

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	2
2 – A ECONOMIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA PROPOSTA POR THORSTEIN VEBLEN E AUTORES VEBLENIANOS.....	5
2.1 – Princípios da Economia Institucional Original	6
2.2 – O comportamento humano formado por instintos e hábitos.....	8
2.3 – A concepção de instituições da Escola Institucionalista Original	20
2.4 – A retomada do conceito de instituições da Escola Original nos trabalhos de Neale, Bush, Hodgson e Chang.....	25
2.5 – Considerações finais.....	31
3 – O PROCESSO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL	33
3.1 – Caracterização do processo de mudança institucional enquanto um processo evolutivo	34
3.2 – As causas da mudança institucional	45
3.3 – O processo de habituação explicado a partir do Modelo de Seleção por Consequências	55
3.4 – Considerações finais.....	68
4 – CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA	71
4.1 – Uma breve exposição do contexto histórico-econômico à época do surgimento da Economia do Desenvolvimento	72
4.2 – Uma análise institucionalista da concepção de desenvolvimento econômico a partir de autores selecionados	77
4.2.1 – Paul Rosenstein-Rodan	77
4.2.2 – Ragnar Nurkse.....	80
4.2.3 – Arthur Lewis	84
4.2.4 – Simon Kuznets.....	95
4.2.5 – Charles Kindleberger	102
4.3 – Instituições e desenvolvimento	104
4.4 – Considerações finais.....	106
5 – UMA LEITURA INSTITUCIONALISTA DA ABORDAGEM PROPOSTA PELA ECONOMIA ECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	109
5.1 – A preocupação com o meio ambiente na agenda global	113
5.2 – Desenvolvimento sustentável na perspectiva da Economia Ecológica	119
5.3 – Duas instituições fundamentais para o capitalismo no século XXI: o crescimento como objetivo primordial de política e o hiperconsumo	141
5.4 – Instituições e desenvolvimento sustentável	150
5.5 – Considerações finais.....	162
6 – CONCLUSÃO.....	166
7 – REFERÊNCIAS.....	169

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes desafios para humanidade no século XXI está relacionado às questões ambientais. As atividades humanas de produção e consumo têm causado impactos prejudiciais à manutenção da vida, como por exemplo, esgotamento de recursos naturais, poluição e pressão sobre os serviços ecossistêmicos. Devido à intensificação desses impactos, a discussão em relação aos limites impostos pela natureza tem se aprofundado em diversas esferas, inclusive na teoria econômica.

O presente trabalho examina e discute a relação entre instituições e desenvolvimento assim como analisa o desenvolvimento sustentável sob a perspectiva da Economia Institucional Original. A relação entre instituições, desenvolvimento e sustentabilidade é investigada no intuito de analisar o papel das instituições na conformação do modelo de desenvolvimento que considera a sustentabilidade como fator chave para a melhoria e manutenção da qualidade de vida da humanidade.

Este trabalho situa-se dentro de um arcabouço composto por abordagens não convencionais, pois examina as instituições segundo a tradição institucionalista original, o desenvolvimento sob a perspectiva de autores desenvolvimentistas do pós Segunda Guerra, e o desenvolvimento sustentável a partir da abordagem da Economia Ecológica. Tem caráter teórico e é constituído pelo estudo da relação entre desenvolvimento sustentável e instituições, justapondo os conceitos provenientes da Economia Institucional e Economia Ecológica, sendo também é um estudo exploratório a respeito do processo de mudanças institucionais necessário ao desenvolvimento sustentável.

A relevância desta pesquisa está em buscar estabelecer uma ponte teórica entre a Economia Institucional e a Economia Ecológica a fim de tratar o desenvolvimento

sob uma perspectiva institucionalista, ressaltando a importância que os hábitos de pensamento incorporados e compartilhados têm no processo de desenvolvimento.

O objetivo geral é investigar o papel das instituições no processo de desenvolvimento sustentável. Argumenta-se que este desenvolvimento requer mudança em instituições fundamentais que governam as atividades de produção e consumo no esquema institucional capitalista do século XXI. Pretende-se mostrar que esse processo é social e culturalmente determinado através dos hábitos de pensamentos compartilhados em cada comunidade.

Para cumprir o objetivo proposto, o trabalho foi dividido em quatro partes além desta introdução e da conclusão. Tendo por base a obra de Veblen e de economistas ligados à tradição vebleniana, o primeiro capítulo apresenta a ontologia do homem e o conceito de instituições, e defende que as instituições são valores incorporados e compartilhados socialmente que desempenham papel constitutivo sobre o comportamento, conformando assim a vida humana.

O segundo capítulo deste trabalho analisa o processo de mudança institucional conforme a tradição teórica do Institucionalismo Original. Define a mudança institucional como um processo evolutivo, investiga suas causas e os mecanismos que fazem os hábitos serem incorporados e compartilhados.

O capítulo seguinte investiga a relação entre instituições e desenvolvimento econômico extraída de autores selecionados da Economia do Desenvolvimento. Este capítulo servirá como uma primeira aproximação sobre a relação entre instituições e desenvolvimento, permitindo assim tratar o desenvolvimento sob uma perspectiva institucionalista.

Após essa discussão, o trabalho segue apresentando os princípios da Economia Ecológica e fazendo uma leitura institucionalista do desenvolvimento sustentável

defendido por autores ligados a essa vertente. A fim de relacionar as proposições deste novo modelo de desenvolvimento com o esquema institucional atual, serão caracterizadas duas instituições fundamentais para o capitalismo no século XXI e analisada a relação delas com o conjunto de propostas para um desenvolvimento que considere não só a viabilidade econômica e equidade social, mas que também tenha por princípio a sustentabilidade ambiental.

2. A ECONOMIA INSTITUCIONAL EVOLUCIONÁRIA PROPOSTA POR THORSTEIN VEBLÉN E AUTORES VEBLENIANOS

O presente capítulo constitui uma revisão de literatura e tem por objetivo apresentar os princípios fundamentais que estruturam a Economia Institucional Original e que permeiam os desenvolvimentos dos economistas institucionalistas ligados à tradição vebleniana (tais desenvolvimentos também são conhecidos como Neo-Institucionalismo)¹. A perspectiva teórica institucionalista aqui exposta constitui a base teórica primordial que guiará a análise em relação ao desenvolvimento econômico que se fará nos capítulos posteriores. A seção 2.1 inicia-se com uma breve discussão da visão da Economia Institucional a respeito do processo econômico enquanto processo dinâmico e evolucionário. A seguir trata-se da constituição do homem conforme a perspectiva institucionalista, que caracteriza o comportamento humano com base em instintos e hábitos. A seção 2.3 apresenta e relaciona o conceito de instituição para vários autores desta escola. A retomada do conceito de instituições no desenvolvimento teórico de autores recentes é apresentada na seção 2.4. Por fim, o capítulo termina com considerações finais.

¹ Três abordagens reivindicam o qualificativo institucionalista em sua denominação: o Antigo Institucionalismo ou Institucionalismo Original, o Neo-Institucionalismo e a Nova Economia Institucional (CONCEIÇÃO, 2002a). O Antigo Institucionalismo é considerado a matriz da escola institucionalista. Tem como principais autores Veblen, Commons e Mitchell, e surgiu no final do século XIX. O Neo-Institucionalismo é um resgate conceitual do Institucionalismo Original ocorrido a partir da década de 1960, e tem por expoentes Galbraith, Hodgson, Rutherford, Samuels, dentre outros. A Nova Economia Institucional desenvolveu-se principalmente a partir dos trabalhos de Commons, e tem como principais autores Coase e Williamson (CONCEIÇÃO, 2002b). As abordagens institucionalistas apresentam diferentes enfoques dado a perspectiva em relação ao conceito de instituição. Entretanto, alguns elementos comuns a elas podem ser destacados, conforme aponta Conceição (2002a, p.80) : “Qualquer abordagem analítica que se pretenda institucionalista deve incluir *path dependency*, reconhecer o caráter diferenciado do processo de desenvolvimento econômico e pressupor que o ambiente econômico envolve disputas, antagonismos, conflitos e incertezas. Dessa maneira, a adversidade, a adaptação e a seleção são elementos fundamentais à definição de estratégias empresariais e às trajetórias de crescimento econômico”. Abordagens como a Escola Francesa da Regulação e a teoria Neo-schumpeteriana também trabalham com conceitos de instituição, embora estes não sejam centrais na análise como ocorre nas três abordagens anteriores (CONCEIÇÃO, 2002b).

2.1 Princípios da Economia Institucional Original

A Escola Institucionalista Original teve como precursor Thorstein Bunde Veblen (1857-1929), ao qual se uniram John Rogers Commons (1862–1945), Wesley Clair Mitchell (1874-1948), Walton Hale Hamilton (1881-1958) e Clarence Edwin Ayres (1891-1972), dentre outros. Estes economistas buscaram entender o processo econômico para além da análise tradicional fundamentada em racionalidade e equilíbrio elaborada na Europa e Estados Unidos.

Os economistas institucionalistas ligados à Escola Original buscaram construir uma análise dinâmica, pois compreendiam que a sociedade e seu ambiente estão em constante movimento. Defendiam que a análise econômica não deve ser voltada para questões de equilíbrio, mas antes deve investigar os elementos históricos que possam explicar as causas dos fenômenos, ou seja, deve esclarecer a cadeia de causalidade dos fenômenos. Nos termos de Veblen (1909), o processo econômico é modificado através de alterações que surgem nos hábitos de pensamento e no comportamento dos indivíduos. Referindo-se aos autores da Escola Original, Conceição (2002b, p. 122) afirma que “O que torna os institucionalistas evolucionários é a negação de pensar a economia em torno da noção de equilíbrio ou ajustamento marginal, reiterando a importância do processo de mudança e transformação”.

Veblen afirma que a ciência moderna tem por ênfase investigar os fenômenos da vida e por isso, deve se ocupar com questões da gênese e da mudança cumulativa, convergindo para uma formulação teórica causal da história da vida. O objeto de investigação da economia é a conduta do homem em sua relação com os meios materiais de vida, é uma investigação sobre a história de vida da civilização material. Por isso a economia deve ser uma investigação genética sobre o esquema de vida². Ele defende que a economia deve adquirir aspectos de uma ciência evolucionária –

² Conforme Hodgson (1994, p. 45), “[...] uma teoria genética é uma explicação causal detalhada que envolve as interações de unidades componentes de um sistema.”

uma teoria concebida em termos dos hábitos de pensamentos que evoluem historicamente, transformando indivíduos e instituições (VEBLEN, 1909).

A análise vebleniana se propõe a ser uma análise análoga a alguns processos da teoria evolucionária. O processo evolutivo é caracterizado como uma sequência de eventos que vão se desdobrando ao longo do tempo. Em relação à economia, esses eventos dizem respeito aos modos através dos quais o homem atinge seus objetivos materiais. Esses modos de atingir determinado objetivo são fatos do conhecimento, da habilidade e preferência humana e, à medida que esses modos de agir são repetidos, eles se tornam hábitos de pensamento incorporados ao indivíduo. A percepção e avaliação do homem quanto a esses modos muda com o passar do tempo, sendo caracterizada como uma mudança nos hábitos de pensamento. Portanto, para Veblen, uma análise evolutiva não é aquela que simplesmente ocupa-se da mudança, mas que explica a mudança em termos de hábitos de pensamentos (VEBLEN, 1898a).

Os hábitos de pensamentos arraigados na sociedade constituem o fator chave para o entendimento do processo de desdobramento. Esses hábitos de pensamento têm em sua constituição fatores biológicos e fatores determinados pela evolução histórico-cultural da comunidade. A introdução dos hábitos de pensamentos como ponto fundamental da investigação é que confere à análise um caráter evolucionário, à medida que permite lidar com a mudança no processo econômico.

Hamilton (1919), no artigo que apresenta pela primeira vez o termo 'Economia Institucional', defende que a teoria econômica deve explicar a natureza e extensão dos fenômenos econômicos. Afirma que a investigação econômica deve estabelecer relação entre as instituições que abrangem a organização da sociedade industrial moderna e deve analisar as peculiaridades do sistema econômico que permitem que as relações econômicas se estabeleçam sob uma forma determinada. A economia deve preocupar-se com “ [...] conventions, customs, habits of thinking, and

modes of doing which make up the scheme of arrangements which we call *the economic order*" (HAMILTON, 1919, p. 311, grifo do autor).

A Escola Institucionalista propõe uma nova forma de olhar a economia ao abandonar as analogias mecanicistas de equilíbrio e a caracterização puramente hedonista do homem. Ela aproxima-se da biologia evolutiva para tratar o comportamento humano num contexto de mudança. A teoria Institucionalista, portanto, é uma teoria sobre a mudança originada nos hábitos de pensamento.

2.2. O comportamento humano formado por instintos e hábitos

Segundo a abordagem Institucionalista, o comportamento do homem é derivado de instintos e hábitos. Analisando o homem enquanto um ser social, em contraposição ao individualismo metodológico, a teoria vebleniana entende que o comportamento do indivíduo está intrinsecamente relacionado à interação dele com a comunidade da qual faz parte. A ontologia de Veblen rejeita o individualismo metodológico, método que busca explicar os fenômenos em termos estritamente individuais, porque uma teoria adequada da conduta humana não pode ser formulada em termos de indivíduos simplesmente (VEBLEN, 1919, p. 8).

A teoria econômica praticada pelos contemporâneos de Veblen explicava a ação humana em termos hedonistas: o objetivo último do indivíduo era maximizar o prazer e evitar a dor. O comportamento que importava para a análise econômica era substantivamente racional e não influenciado pelo contexto social. Como resultado, o homem era transformado em uma criatura passiva, pois não eram atribuídos a ele os motivos que explicavam seu comportamento, tais como instintos e hábitos. Seu comportamento era influenciado por forças externas que o atraíam ou repeliam com precisão mecânica, de forma que o conhecimento necessário para prever a ação humana estaria baseado no conhecimento dessas forças (MITCHELL, 1910, p. 2013). O homem hedonista não é considerado a força motriz do sistema econômico:

como uma calculadora instantânea de prazeres e dores, ele simplesmente age de acordo com preferências dadas; ele não está no centro do processo de viver (VEBLEN, 1898a). A exogeneização das preferências cria uma imagem pouco realista da conduta humana.

Na avaliação de Veblen (1909), a “psicologia hedonista” restringe a conduta humana a uma resposta racional às exigências da vida guiada pela escolha deliberada e exaustivamente inteligente, ou seja, uma resposta racional e sem defeitos aos estímulos de prazeres e dores antecipados após avaliações clarividentes de ganhos e perdas futuros. A psicologia hedonista não é adequada para tratar do desenvolvimento da natureza humana:

The economists have accepted the hedonistic preconceptions concerning human nature and human action, and the conception of the economic interest which a hedonistic psychology gives does not afford material for a theory of the development of human nature. Under hedonism the economic interest is not conceived in terms of action (VEBLEN, 1919, p. 78).

Mitchell (1910) afirma que os refinados cálculos hedonistas de incrementos marginais de bens e trabalho criaram, na teoria, um homem débil e formal. Segundo o autor, a teoria do valor marginalista construiu diagramas para mostrar a variação da utilidade marginal de bens diferentes e a desutilidade crescente com o aumento de horas trabalhadas a partir de pressupostos como a aversão ao trabalho, a satisfação derivada do consumo de bens, a preferência de satisfação presente em relação à satisfação futura, e a inteligência suficiente para reconhecer e agir de acordo com essas condições. Mitchell reconhece que o fato de a teoria hedonista assumir o pressuposto de racionalidade econômica não está tão errado quanto *inadequado*, pois todo esse aparato de racionalidade não é um fato dado por forças externas, mas foi formado gradualmente a partir do desenvolvimento dos conceitos sociais. As atividades realizadas pelo homem na sociedade pecuniária e industrial, bem como do uso da moeda, possibilitaram ao homem desenvolver essa forma de pensar racionalmente e reprimir os instintos que se mostravam contrários a esses comportamentos racionais (MITCHELL, 2010).

Segundo o autor, o grave equívoco de tais economistas é tratar os conceitos sociais que o homem tem gradualmente aprendido como se fossem parte da dotação humana natural. Enquanto algo genericamente humano, esses conceitos seriam aplicáveis a quaisquer sociedades e não apresentariam mudança ao longo do tempo. Entretanto, a base da racionalidade econômica advém dos conceitos sociais, pois “[...] these concepts are the focal points in that organization of ideas which is one of the fundamental requisites of thinking” (MITCHELL, 1910, p. 202). Os cálculos marginais sobre os quais a teoria do comportamento humano hedonista é construída são superficiais porque não revelam a base institucional que compõe a ação nem revelam o caráter parcial da racionalidade humana. Sendo assim, Mitchell (1910) conclui que a teoria hedonista restringe o objeto de estudo da Economia ao campo no qual prevalece a escolha inteligente e que o instrumental analítico baseado em exemplos numéricos e diagramas é para tais economistas um mecanismo conveniente a fim de retratar as características essenciais de um processo muito complicado para ser descrito realisticamente. De fato, esse processo não pode ser descrito a partir da teoria hedonista.

Hamilton (1919) compartilha da crítica vebleniana ao *homo economicus*, afirmando que a teoria do indivíduo é o aspecto da economia neoclássica que mais se assemelha ao conjunto de doutrinas apregoadas pelos pensadores do século XVIII, quais sejam: o individualismo extremo, a racionalidade³ e o utilitarismo. Para Hamilton, essa teoria de conduta apresenta somente uma primeira aproximação, sendo necessário aprofundar o conhecimento a fim de descobrir as influências concretas que são responsáveis pelo comportamento dos indivíduos. Esse conceito de interesse econômico sustentado pela psicologia hedonista não fornece o material para uma teoria sobre desenvolvimento da natureza humana (VEBLEN, 1909) e

³ Racionalidade substantiva, para usar um termo de H. Simon (1979): From Substantive to Procedural Rationality. In : HAHN, F., HOLLIS, M. (eds.). Philosophy and Economic Theory. Oxford : Oxford University Press.

ainda, essa teoria deveria dar lugar a uma teoria que estivesse em harmonia com as conclusões da psicologia social moderna⁴ (HAMILTON, 1919).

Veblen desenvolveu sua teoria da evolução socioeconômica sob a influência de ciências como a biologia, psicologia, filosofia e ciências sociais. Foi influenciado pelos trabalhos de Charles Darwin e Gregor Mendel no campo da biologia, por Herbert Spencer e William McDougall no que diz respeito à teoria dos instintos e pelos filósofos pragmatistas Charles Sanders Peirce e William James (HODGSON, 1997). A partir dos trabalhos desses cientistas, Veblen construiu uma nova teoria do comportamento humano no âmbito da economia.

O homem na visão institucionalista é um ser dotado de instintos. Os instintos são propensões comportamentais inatas que foram desenvolvidas pela espécie humana ao longo do processo de evolução. Segundo Veblen (1914), eles são o *prime mover* no comportamento humano, ou seja, o impulso fundamental do comportamento. A partir do funcionamento dos instintos surge o propósito da vida assim como os conceitos de dores e prazeres, pois todo instinto propõe um objetivo final. Os instintos são traços hereditários e, por isso, persistentes na composição da conduta humana (VEBLEN, 1914). Mitchell (1910, p. 198) concorda com o entendimento de Veblen em relação aos instintos pois “[...] they [instinct] supply the motive power for all mental processes, and determine the ends of all activities”.

Segundo Veblen, as tendências instintivas da humanidade são guiadas pela inteligência em um grau não alcançado por outras espécies. Como o homem tem capacidade de deliberar, analisar e ordenar pensamentos, ele dirige os instintos que lhe são inatos de uma forma que não é possível aos outros animais. Veblen considera as propensões instintivas como dotação da espécie humana que direciona os objetivos de suas ações: “Men take thought, but the human spirit, that is to say the racial endowment of instinctive proclivities, decides what they shall take thought of,

⁴ No artigo de 1919 Hamilton faz menção à teoria de McDougall. Sabe-se que Veblen foi influenciado pela psicologia de McDougall e Dewey (HODGSON, 1997 e MONASTÉRIO, 1996).

and how and to what effect” (VEBLEN, 1914, p. 6). Os instintos foram desenvolvidos através do processo evolutivo; aqueles instintos que garantiram a sobrevivência humana foram selecionados e herdados pelas gerações seguintes. Assim, os instintos remetem a objetivos que garantem a sobrevivência do indivíduo.

A inteligência humana depende dos instintos na medida em que é através do impulso dos instintos que a reflexão e deliberação passaram a ser utilizadas frequentemente (VEBLEN, 1914). Os instintos impulsionaram o homem a utilizar a reflexão e a deliberação, e através da experiência obtida ao longo do tempo, o homem construiu conceitos que o permitiram selecionar e decodificar as informações recebidas de forma a compreender o ambiente ao seu redor e transformá-lo. Em consonância com Veblen, a racionalidade sugerida por Mitchell (1910) refere-se à capacidade do homem de compreender e lidar com as questões da vida e usualmente é apresentada através da aceitação de uma rotina estabelecida que, a partir da experiência, foi provada como efetiva para atingir determinado fim. A racionalidade, enquanto capacidade de agir em direção a um propósito estabelecido e deliberar sobre essa ação, foi moldada a partir dos instintos e estabelecida através do processo de habituação.

É compreensível que os economistas clássicos estabelecessem relação direta entre a conduta humana e a racionalidade uma vez que a teoria hedonista consolidou-se num período no qual a economia pecuniária ganhava força e enquanto os conceitos pecuniários estavam sendo incorporados ao homem através do comportamento direcionado a atividades pecuniárias e industriais. Naquela época, a racionalidade era a característica do comportamento humano que se destacava nas atividades que eram o foco de tais economistas. Conforme Mitchell (1910) afirma, os conceitos pecuniários estabelecidos durante a formação e desenvolvimento do capitalismo, como por exemplo, o dinheiro e sua utilização, a contabilidade enquanto método de controle, e a produção de bens, treinaram o homem para agir racionalmente, e a

repetição desses comportamentos acabou por estabelecê-los enquanto comportamentos comumente aceitos e por moldar as formas de pensar.

Segundo Mitchell (1910), essa racionalidade defendida pela teoria hedonista, expressa nas técnicas empregadas nas indústrias e no uso da contabilidade enquanto método de controle, foi desenvolvida pelos homens a “passos lentos”. O autor argumenta que tanto a contabilidade enquanto prática racional como todas as grandes instituições econômicas - como a organização capitalista do empreendimento comercial, o uso do dinheiro, a propriedade privada, a responsabilidade econômica do indivíduo – foram aprendidas pelo homem de forma gradual. Na citação a seguir, Mitchell (1910, p. 208) esclarece como o uso da moeda desenvolveu hábitos racionais no homem:

[...] daily repetition of acts directed by accounting, and judged on the basis of their contribution toward pecuniary profits, constrains men to the repression of conflicting instinctive impulses and jostles them out of unprofitable habits. Moreover, the prevalence of pecuniary concepts establishes norms of conduct which exercise a prescriptive authority over recalcitrant individuals.

Mitchell (1910) considera que o homem possui uma rica herança de instintos, conceitos sociais e hábitos. Sua racionalidade deriva das instituições na qual ele está inserido e é “[...] a formal scheme imposed upon him with varying degrees of thoroughness, always in conflict with the human nature which he has inherited from uncounted generations of savage ancestors” (MITCHELL, 1910, p. 210). Portanto, a racionalidade é uma característica do comportamento que o homem desenvolveu ao longo do processo de evolução da espécie. Mitchell afirma que o erro dos economistas marginalistas⁵ é tratar os conceitos que o homem moderno aprendeu

⁵ Mitchell afirma que, economistas como Bentham, Jevons e Fisher “applied this hedonism as the universal law of human nature, thus representing all mankind as ruled by the psychological parallel of pecuniary logic”. E ainda: “As has been shown above, however, the classical economists were somewhat inconsistent, both in admitting the instinct of sex, and in making some use of pecuniary concepts. But Jevons and those who have worked upon the mechanics of self-interest since his day, wiped away these realistic blemishes, and developed economic theory directly from the hedonic calculus. A few writers of this type, like Fisher, have formally repudiated Benthamism; but they have kept the old ideas while adopting new words” (MITCHELL, 1910, p. 212 e 214).

como parte da dotação natural do ser humano, como algo genericamente humano, e como a única parte do comportamento que deve ser considerada na análise econômica.

Os economistas institucionalistas reconhecem que a conduta humana é composta por racionalidade. Uma diferença entre esta corrente em relação à economia clássica e seus desenvolvimentos reside no fato de entender a racionalidade apenas como uma das faces do comportamento humano que deve ser considerado na análise econômica e não como a única característica do comportamento que deve ser analisada. Outra diferença reside no fato de a teoria institucionalista internalizar a racionalidade ao seu arcabouço teórico uma vez que explica o processo de formação dessa característica. É interessante perceber que a racionalidade sob esta diferente forma de análise é considerada como construída a partir da interação de instintos e hábitos. Desta forma, a Economia Institucional endogeniza as preferências dos indivíduos.

A ação instintiva é teleológica, ou seja, é direcionada a um objetivo final, envolvendo consciência e adaptação a um fim pré-estabelecido. O objetivo final é definido pelo instinto, mas as formas e meios de alcançá-lo são uma questão de tradição do passado, um legado de hábitos de pensamentos acumulados através da experiência de gerações passadas. As formas e os meios interpostos entre o impulso instintivo e sua realização são resultado da inteligência e experiência, e tornam-se mais numerosos à medida que o grau de inteligência é maior e que o corpo de conhecimento disponível aumenta (VEBLEN, 1914).

Essas formas e meios de atingir os objetivos determinados pelos instintos emergem do conjunto de conhecimento disponível numa comunidade e são estabelecidos como padrão ou norma de comportamento através da sanção social. É no bojo da interação social que as formas e meios ganham aprovação e legitimação e dão origem aos princípios de conduta. Conforme Veblen (1914, p.7), “Under the

discipline of habituation this logic and apparatus of ways and means falls into conventional lines, acquires the consistency of custom and prescription, and so takes on an institutional character and force”.

Através do processo de habituação, as formas e meios são selecionados e aceitos pela comunidade passando a integrar os hábitos de pensamento dos homens. Hodgson (2003, 2004a) afirma que para Veblen e Dewey o hábito é uma propensão adquirida que pode ou não ser expressa no comportamento atual. Dewey (1922, p. 42 *apud* HODGSON, 2004a, p. 652) declara que “The essence of habit is an acquired predisposition to ways or modes of response”. Enquanto os instintos são considerados propensões comportamentais inatas, os hábitos são propensões comportamentais adquiridas no processo de socialização do indivíduo (Conceição, 2007).

Os instintos são herdados, são inatos à natureza humana e por isso apresentam característica de persistência. Os hábitos, em contrapartida, podem mudar, pois ao longo da evolução da espécie o homem desenvolveu a habilidade de avaliar mentalmente o conteúdo dos hábitos que lhe são pertinentes (VEBLEN, 2007, p. 190). A capacidade de avaliação permite ao homem deliberar sobre os hábitos, podendo mantê-los ou mesmo encontrar maneiras diferentes de alcançar os objetivos definidos pelos instintos. Mitchell (1910, p. 203) considera que conceitos sociais, termo que utiliza para se referir aos hábitos, não são parte do equipamento mental herdado pelo indivíduo no nascimento, antes, eles são adquiridos no curso da experiência: “By formal and informal education he is gradually taught to comprehend and to use a more or less considerable fraction of those concepts which prevail in the social group to which he belongs”.

Os instintos são condição necessária do comportamento humano, pois o conjunto de disposições instintivas direciona o homem para os objetivos que devem ser perseguidos, enquanto os hábitos são a condição suficiente uma vez que é a partir

dos hábitos de pensamento e ação que o homem determina qual meio será utilizado para alcançar o objetivo (Pontes, 2008). O próprio conjunto de hábitos de pensamentos de um indivíduo estrutura as possibilidades de sua ação. A espécie humana é dotada dos mesmos instintos, mas os meios e formas utilizados para alcançar os fins perseguidos variam sensivelmente em cada comunidade. Quando essas formas e meios se mostram efetivas para atingir o objetivo, elas são repetidas e acabam sendo incorporadas no repertório de hábitos. O hábito de pensamento aceito e incorporado socialmente é o que se define por instituição.

O uso das instituições faz com que o homem não precise deliberar a todo momento sobre cada comportamento que vai seguir. Ele age guiado por hábitos de pensamentos já estabelecidos que o direcionam a certos comportamentos. Os hábitos auxiliam o homem a lidar com a complexidade da vida diária, pois proporcionam um meio de estabelecer um padrão de comportamento sem que seja necessário realizar cálculos globais que exigem grande quantidade de informações (HODGSON, 1994). É neste sentido que Veblen afirma que o homem não é uma máquina de calcular ambulante (VEBLEN, 1909). Os indivíduos deliberam sobre seus comportamentos e hábitos de pensamentos, mas não precisam fazer isso constantemente a cada ação porque as instituições oferecem uma forma de se comportar que já foi provada como eficaz e é socialmente aceita.

Mitchell (1910) afirma que os conceitos de origem social exercem profunda influência sobre o pensamento e comportamento individuais. Eles poupam o esforço mental e aumentam a eficiência desse esforço, já que parte da ação humana não precisa ser deliberada a cada nova situação. Fornecem também a base para a racionalidade, pois a cognição depende dos conceitos sociais à medida que eles permitem ao homem construir uma estrutura conceitual a partir da qual as informações são compreendidas e o pensamento racional se torna possível. Atividades mais complexas demandam que o homem utilize o intelecto de forma mais direcionada e intensa, entretanto, muitas atividades acabam se tornando resultado do

comportamento habitual em que não há necessidade de reflexão constante (MITCHELL, 1910).

As formas habituais de fazer e pensar são sancionadas pela convenção social, tornando-se assim certas e adequadas e dando origem a princípios de conduta. Elas são incorporadas ao senso comum pelo uso e costume, e como elementos aprovados no esquema de conduta tomam o lugar de fins imediatos da atuação (VEBLEN, 1914). Desta forma, os hábitos compartilhados – as instituições – moldam a vida dos indivíduos.

Conforme argumentado acima, a caracterização da conduta humana traçada por Veblen considera que o homem age tanto teleologicamente quanto de forma habitual. A razão suficiente para o comportamento revela um homem inteligente, que age direcionado a objetivos estabelecidos, que pondera e avalia suas atitudes, que é capaz de estabelecer comparação e julgamento dentre escolhas possíveis para atingir seus objetivos. Isto diz respeito à ação deliberada que antecipa as consequências de suas ações correntes, pois como Veblen (1909, p. 625) afirma, “[...] the relation of sufficient reason runs by way of the interested discrimination, the forethought, of an agent who takes thought of the future and guides his present activity by regard for this future”. Essa capacidade de agir de forma direcionada a objetivos tem como origem os instintos e se desenvolveu a partir do estabelecimento de hábitos.

A causa eficiente refere-se à conduta do homem associada aos hábitos de pensamento, costumes e convenções. Argumenta-se que mesmo tendo a faculdade de pensar, o homem não está fazendo cálculos a todo instante. Ele age em grande parte do tempo sob os limites e incentivos advindos de hábitos de pensar e costumes socialmente adquiridos. Esses costumes e hábitos fazem parte de sua constituição intelectual e motivam a ação sem que seja necessária a racionalização objetiva a cada ação. Monastério (2005, p. 5), em concordância com Veblen, afirma

que “o comportamento habitual caracteriza-se, exatamente, por não levar em conta os resultados das ações, sendo, nesse sentido, não-teleológico”.

A crítica de Veblen em relação à teoria econômica convencional reside no fato de que sua análise restringe-se à razão suficiente, uma vez que define a ação humana somente em termos teleológicos de cálculo e escolha (VEBLEN, 1909). A razão suficiente é apenas um dos elementos da conduta humana, de forma que não se pode prescindir do estudo das relações de causa e efeito explicitadas pela causa eficiente.

Compartilhando a visão de Veblen, Commons também defende uma teoria que considere o homem como indivíduo social. Segundo ele, as escolas de pensamento institucionalistas são marcadas justamente pela mudança do foco de análise de mercadorias e indivíduos para transações e regras de funcionamento da ação coletiva, deixando clara a importância do contexto social para a ação humana. A relação a ser investigada pela economia institucional, em sua visão, é uma relação de homem para homem e não uma relação do homem com a natureza, como é o foco das escolas clássica e hedonista (COMMONS, 1931).

Em contraposição à mercadoria produzida pelo trabalho (visão clássica) e à mercadoria apreciada pelos consumidores finais (visão hedonista), Commons afirma que a menor unidade de análise na teoria institucional é uma unidade de atividade - a transação entre indivíduos. A transação não é a troca de bens, mas a alienação e aquisição entre indivíduos de direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade (COMMONS, 1931). Os direitos e deveres estabelecidos socialmente são fundamentais para compreender as relações humanas. Os direitos de propriedade, assim como a noção de liberdade e de deveres são criados pela sociedade e estruturam as transações entre indivíduos. Ao afirmar que os participantes das transações são controlados e liberados pelas regras de funcionamento do interesse moral, econômico ou político, Commons deixa claro que o comportamento

econômico é construído socialmente e que a ação humana é limitada, controlada e expandida pela ação coletiva.

Aponta-se uma diferença entre a análise de Commons e Veblen em termos da concepção de ambos sobre a natureza do comportamento humano. Enquanto o primeiro restringe seu objeto às transações voltadas para tornar possível a produção e comercialização de mercadorias, ou seja, as transações antes da efetivação da produção e comercialização, Veblen possui um olhar mais amplo ao definir que o objeto de investigação em economia é a conduta do homem em suas atividades com os meios materiais de vida (VEBLEN, 1909). Isto inclui, por exemplo, o processo de apropriação da riqueza; escolhas de métodos de produção; a forma como os indivíduos se organizam para produzir e comercializar e aspectos ligados ao padrão de consumo, conferindo à análise um caráter mais abrangente.

O trabalho de Hamilton parece seguir a mesma linha da teoria vebleniana, pois afirma que a economia institucional deve se preocupar com as convenções, costumes, hábitos de pensar e modos de fazer que constituem o arranjo econômico. Ela deve estabelecer a relação entre as instituições que são a base da organização da sociedade industrial moderna (HAMILTON, 1919), ou seja, não só como a sociedade transaciona ou produz, mas como essa sociedade caracterizada como moderna e industrial organiza seus modos de vida. Sendo assim, o interesse econômico concebido em termos de ação, como propõe a teoria institucionalista original, deve ser apreendido em termos de crescimento cumulativo de hábitos de pensamento (VEBLEN, 1898a).

Uma vez que a proposta de Veblen é construir uma teoria econômica evolucionária, a teoria institucionalista desconstruiu o *homo economicus* e erigiu no lugar outra teoria do comportamento humano. Esta teoria considera, portanto, que o comportamento humano tem dois elementos explicativos – os instintos e os hábitos. A dotação instintiva concede ao homem os impulsos necessários à sobrevivência bem como estabelece os objetivos finais de sua ação. Os hábitos, emergindo do

contexto de interação social, definem as formas e meios utilizados pelo homem para atingir tais objetivos. O homem institucional não é movido somente pela inércia do hábito, mas tem como característica a ação deliberada e racional. A própria capacidade de deliberação e a inteligência do homem são consideradas como resultantes de hábitos de pensamentos selecionados ao longo do desenvolvimento da espécie. Ao longo do processo de habituação as formas e meios acabam por tornar-se os fins, de forma que os hábitos acabam se tornando o elemento principal de determinação da conduta. Portanto, a análise institucionalista reconhece nos hábitos um importante papel enquanto origem do comportamento socialmente convencionado e também como elemento fundamental no desenvolvimento da racionalidade humana.

2.3. A concepção de instituições da Escola Institucionalista Original

O hábito é um conceito central para a teoria institucionalista, pois é o elemento fundamental na determinação de como o homem se comporta diante das condições impostas tanto pelo ambiente físico quanto pelo ambiente social. Dado a diversidade de hábitos que coexistem em uma mesma cultura e da possibilidade de as pessoas agirem de forma diferente do que seria determinado pelos hábitos, uma vez que eles são somente propensões comportamentais e não comportamentos em si, a Economia Institucional preocupa-se com aqueles hábitos que estão incorporados na sociedade, hábitos que tem caráter de generalidade e que apresentam padrão de consistência percebido através dos comportamentos. Esses hábitos incorporados e compartilhados são conhecidos na teoria institucionalista original como *instituições*.

Veblen define instituições como hábitos de pensamento comuns à generalidade dos homens. As instituições são os hábitos socialmente estabelecidos como padrão para o comportamento, como princípios que fundamentam a ação e possuem estabilidade, uma vez que não são questionados sem que haja questionamento da

própria lei e ordem existentes. Enquanto princípios que ordenam a vida, as instituições moldam a forma de agir dos indivíduos - a vida em comunidade, sua estrutura, suas atividades, seus objetivos e interesses, são construídos sob esses valores e normas que conformam a ação individual (VEBLEN, 2007). As instituições são os elementos que estruturam o esquema de vida pois “It is, of course, on individuals that the system of institutions imposes those conventional standards, ideals, and canons of conduct that make up the community's scheme of life” (VEBLEN, 1909, p. 629).

Assim como Veblen, Mitchell define instituições como hábitos de pensamento prevalecentes que ganharam aceitação geral como normas que orientam a conduta (MITCHELL, 1910, p. 203). Os hábitos prevalecentes exercem autoridade prescritiva sobre o indivíduo e sua aceitação pelos membros do grupo faz com que eles moldem os padrões de ação. Os conceitos sociais, ou hábitos de pensamentos na terminologia de Veblen, são considerados por Mitchell como os ativos mais relevantes para uma comunidade. Enquanto soma das realizações culturais de um grupo de indivíduos, os conceitos sociais são adquiridos através da experiência e, portanto, através do processo de socialização (*ibid.*, 202).

Em consonância com a definição de Veblen e Mitchell, Hamilton (1919) define instituições como métodos convencionais de comportamento por parte de grupos ou pessoas em várias situações. Aparentemente rígidas, as instituições são na verdade arranjos sociais passíveis de mudança. A conduta humana é controlada por convenções e hábitos de pensamento e as mudanças que o esquema econômico de vida apresenta são essencialmente mudanças nas ações humanas.

Em seu artigo de 1931, Commons ressalta que há vários entendimentos acerca do conceito de instituições. Segundo ele, elas podem ser entendidas como uma estrutura de leis e direitos naturais a qual os indivíduos estão restritos ou como o próprio comportamento desses indivíduos enquanto restritos a uma estrutura legal

de coerção. Podem ainda ser entendidas como uma contraposição à economia ortodoxa, como algo que é dinâmico ao invés de estático, relacionado a processo ao invés de bens, ou mesmo ação ou controle ao invés de *laissez faire*. Segundo o autor, todas as noções acima destacadas estão inseridas no contexto da Economia Institucional, entretanto são metáforas ou descrições, enquanto a ciência do comportamento humano requer análise sobre causa, efeito e propósito da ação humana e um sistema unificado de princípios. Percebe-se aqui o apreço do autor com relação à análise de causa, efeito e propósito da ação assim como na análise vebleniana.

Commons afirma então que, no esforço de encontrar um elemento comum, presente em todo comportamento conhecido como institucional, pode-se definir instituição como ação coletiva em *controle, liberação e expansão* da ação individual. As instituições são expressas tanto na forma de costumes desorganizados como na forma de interesses contínuos organizados. Como exemplo desses últimos tem-se a família, as corporações, as associações comerciais e o estado. O princípio comum entre eles é um maior ou menor controle, liberação e expansão da ação individual pela ação coletiva. Esse controle exercido por costumes ou interesses consiste em regras de funcionamento que governam o que se pode ou não fazer, o que deve ou não deve ser feito (COMMONS, 1931).

Commons está interessado no que determina, no presente, a produção e consumo, que são ações com incidência no futuro. Ele está interessado nas transações, caracterizando-as como ocorridas entre indivíduos com personalidade, num contexto de incentivos e sanções, circunstâncias de escassez, eficiência, expectativa, regras de funcionamento e fatores limitadores (COMMONS, 1931). A transação é a unidade de sua investigação econômica, por isso sua análise é focada nas instituições diretamente relacionadas à transação, como por exemplo, os direitos de propriedade e os contratos. A ação coletiva estabelece entre os indivíduos uma relação de direitos e deveres, pode ter o caráter de restrição e proibição, mas pode também

proporcionar segurança, conformidade e liberdade. Commons observa que a ação coletiva estabelecida na linguagem de causa, efeito ou propósito, permite entender que os princípios comuns que atravessam a ação coletiva são os princípios de escassez, eficiência, preocupação com o futuro – que são as regras de trabalho da ação coletiva e fatores de limitação e complementaridade da teoria econômica. Dado que há escassez de recursos, busca pela eficiência e preocupação com o futuro, o entendimento da ação coletiva como controle, liberação e expansão da ação individual ganha sentido.

Enquanto Veblen define instituições utilizando conceitos e desenvolvimentos da biologia e psicologia, Commons coloca a economia institucional no arcabouço da jurisprudência e da ética. Todas essas três ciências – economia, jurisprudência e ética, lidam com regras de conduta impostas pela ação coletiva. No caso da ética, as regras de conduta são decorrentes de conflitos de interesses que por sua vez são originados da escassez e impostas pelas sanções morais da opinião coletiva. Conforme o autor, as regras de conduta na economia são impostas por sanções econômicas coletivas relacionadas a ganho ou perda conforme a adequação ou não adequação da conduta do indivíduo. E a jurisprudência lida também com o mesmo tipo de regras, entretanto, neste caso, as regras são impostas pelas sanções organizadas em relação à violência (COMMONS, 1931).

O foco de Commons é sobre as instituições que são diretamente resultantes da ação coletiva relacionada à transação, entretanto, Veblen, Hamilton e Mitchell têm uma visão mais abrangente, pois consideram as instituições relacionadas à organização da sociedade industrial moderna e não só as instituições relacionadas à transação em si. Consideram que a história da vida econômica é a própria história da humanidade, já que essa história de vida é moldada pelos interesses dos homens nos meios de vida materiais. É um processo cumulativo de adaptação dos meios disponíveis para objetivos específicos que mudam cumulativamente à medida que o processo de desenrola.

Veblen afirma que o interesse econômico, ou seja, o interesse dos homens nos meios materiais de vida, afeta a estrutura cultural em todos os pontos e, como consequência, não existe fenômeno cultural que esteja totalmente isolado das instituições econômicas. Para o autor, instituições econômicas “[...] são métodos habituais de dar continuação ao modo de vida da comunidade em contato com o ambiente material no qual ela vive” (VEBLEN, 1987, p. 89). Desse modo, dado que a estrutura cultural é moldada pelo interesse econômico, uma vez que os hábitos estabelecidos e compartilhados estão relacionados à obtenção dos meios de sobrevivência, todas as instituições são de certa forma instituições econômicas (VEBLEN, 1898a).

Mitchell (1910) reconhece o papel constitutivo das instituições. O autor argumenta que conceitos sociais obtêm autoridade prescritiva sobre o indivíduo quando eles se tornam hábitos de pensamento prevalentes aceitos como norma de conduta. A autoridade prescritiva advém do fato de que os indivíduos são moldados pelos conceitos sociais incessantemente através do seu uso diário. Ao agir em conformidade com os conceitos sociais, os indivíduos são moldados em sua forma de pensar e agir o que faz com que tais conceitos sejam aceitos, internalizados e tomem caráter de norma prescritiva.

Um exemplo que Mitchell oferece para corroborar o argumento do papel constitutivo das instituições é o uso de dinheiro e o desenvolvimento dos conceitos pecuniários. Ao longo dos séculos o homem ganhou experiência e domínio sobre o dinheiro e à medida que o dinheiro passou a permear as formas e meios de atingir os objetivos da vida, a estrutura institucional foi forjada sob tais conceitos, o que pode ser constatado através do sistema bancário e monetário, das práticas relacionadas a crédito, dos empreendimentos comerciais e financeiros, das políticas financeiras dos governos, dentre outros⁶. Por conseguinte, os conceitos pecuniários não são

⁶ Mitchell (1910, p. 210) lista um série de consequências da utilização dos conceitos pecuniários sobre as decisões dos indivíduos que os teóricos marginalistas são propensos a ignorar: “That the

meramente símbolos no pensamento humano, mas eles determinam a forma do homem pensar e agir.

Na economia movida pelos conceitos pecuniários, a maioria das atividades econômicas toma a forma de fazer e gastar dinheiro. Os homens são compelidos a conformar seus pensamentos e ações segundo as condições que este ambiente impõe. Dessa forma, obter ganho e evitar perdas pecuniárias se tornam o motivo para as atividades no âmbito da economia pecuniária. A este respeito, McDougall (1908, p. 349, *apud* MITCHELL, 1910, p. 211) afirma que "With men nothing is commoner than that the earning of money, at first taken up purely as a means to an end, becomes an end in itself". Conforme os conceitos ligados à economia pecuniária ganham domínio sobre o homem, os fins passam a substituir os meios: o trabalho, que antes tinha como função primordial garantir a sobrevivência, passou a ter como finalidade o enriquecimento e a atividade de ganhar dinheiro tornou-se um fim em si mesma. Assim, o criador da instituição tem se tornado sua criatura (MITCHELL, 1910).

2.4 A retomada do conceito de instituições da Escola Original nos trabalhos de Neale, Bush, Hodgson e Chang

A visão institucionalista predominou nos círculos acadêmicos norte-americanos entre as décadas de 1900 a 1930, sendo depois substituída pela revolução marginalista e

making of goods is subordinated to the making of money; that industrial experts are similarly subordinated to business experts; that the orderly working of industrial processes is strictly dependent upon the maintenance of the precarious adjustments between various sections of the system of prices; that the rate at which gold is produced and the way in which banking is practiced affect the material welfare of millions of men; that different economic classes feel the disciplining hand of the money economy in such unlike measure as to find difficulty in understanding each other's preconceptions - these are a few among the pregnant consequences resulting from the use of pecuniary concepts which our marginal-utility theorists are prone to overlook".

pelo keynesianismo. Após longo período, a partir da década de 1980, uma série de economistas retomou os trabalhos de Veblen e seus seguidores, resgatando princípios fundamentais da Escola Institucionalista Original.

Neale (1987) apresenta e compartilha do conceito de instituições dos economistas da Escola Original. O autor reafirma que instituições são os hábitos de uso e costumes conforme sustentado por Veblen, são a ação coletiva na linguagem de Commons, são os hábitos sociais predominantes e padronizados da obra de Mitchell, e a forma de pensamento que está inserida nos costumes de um povo conforme Hamilton. A conclusão é que as instituições são regras construídas socialmente que governam e controlam a ação individual oferecendo oportunidades e estabelecendo restrições ao comportamento, às vezes ampliando e outras vezes limitando a gama de atividades permitidas.

Uma instituição não existe por si só, antes ela existe dentro de um contexto institucional amplo e se relaciona com outras instituições nesse contexto. A análise institucional preocupa-se então em explicar como que as instituições se relacionam dentro de uma sociedade. Neale afirma que o estudo adequado de economia para o institucionalismo é aquele que considera como as pessoas obtêm os meios materiais no intuito de atingir determinados fins, como as pessoas procedem enquanto indivíduos ou como membros de um grupo que possui objetivos comuns, ou seja, “[...] what people want to achieve and how they go about it – the institutions that govern provisioning – becomes the subjects of study” (NEALE, 1987, p. 1180).

As instituições estabelecem a forma como o indivíduo se relaciona no contexto social, o que ele espera como resultado de sua ação e como resultado da ação dos outros em determinada situação. As instituições atribuem sentido e continuidade às ações humanas e, conforme Neale (1987, p. 1180), “[...] allow people to act with a high degree of confidence in their expectations of how other people will respond to their actions, and that allow other people to interpret actions and to respond

intelligently”. Sendo assim, as instituições criam uma estrutura de conceitos, de valores, segundo os quais são moldados os interesses e comportamentos dos indivíduos.

Para Neale, o conceito de instituições encontra consonância com o que os cientistas sociais chamam de cultura, pois a cultura é uma ação coletiva, é um legado coletivo de padrões de ação. A partir desses padrões de ação coletivos é que se define o que é permitido e proibido, o certo e errado, o admirável e o repugnante. A cultura fornece o conteúdo para essas definições com regras de comportamento, estabelecendo também oportunidades e limites para os indivíduos (NEALE, 1987). O processo de aprendizado das regras que governam o comportamento é chamado pelos cientistas sociais de enculturação, por sua vez, os economistas institucionalistas denominam esse processo de habituação.

Segundo Neale (1987), as instituições apresentam três características. A primeira é que há várias pessoas atuando em concordância com tal instituição. Como uma instituição é uma construção mental, não pode ser observada diretamente, mas pode-se observar o comportamento das pessoas em determinadas situações e assim aproximar-se do conhecimento da instituição que estaria como fundamento da ação. A segunda característica de uma instituição é a existência de regras que fornecem às atividades repetição, estabilidade e sequência previsível. No entanto essas duas características não são suficientes para identificar uma instituição. Os critérios tradicionais, a terceira característica das instituições, é o elemento complementar necessário para essa identificação. Os critérios tradicionais são os princípios que motivam a ação, eles justificam a atividade e explicam sua continuidade em determinado contexto. Eles representam a razão de determinado comportamento, enquanto as regras seriam as formas de efetivar o comportamento.

A visão da Escola Original também é compartilhada por Bush (1987), que define instituições como conjunto de padrões de comportamentos correlacionados que

foram estabelecidos socialmente. Ele afirma que embora possam existir comportamentos com características ocasionais, é amplamente aceito pelos economistas institucionalistas que o comportamento em uma comunidade está, em última análise, sujeito às convenções sociais. Os comportamentos sociais relevantes são aprendidos pelos indivíduos ao longo da vida e, em grande parte, são comportamentos habituais. Tais comportamentos estabelecidos emergem da interação social, da escolha social da comunidade e, portanto, as instituições enquanto padrões de comportamentos correlacionados são produtos de escolhas feitas em algum ponto da história de uma comunidade sob um contexto específico.

Bush ressalta dois importantes conceitos subjacentes ao termo “padrão de comportamento relacionado”: primeiramente, o termo traz a noção de que o comportamento no âmbito de uma instituição não é algo aleatório, mas é intencional e correlacionado a outros comportamentos; o termo também permite a compreensão de que são os valores que correlacionam os padrões de comportamento. Os valores funcionam como o padrão de julgamento através do qual os comportamentos são correlacionados. As instituições e os comportamentos estão correlacionados dentro de uma estrutura de valores e é em virtude disso que uma mudança institucional deve implicar mudança na estrutura de valor subjacente à instituição (BUSH, 1987).

Hodgson (2006) afirma que o termo instituição tem sido recentemente usado em várias ciências como sociologia, filosofia, psicologia e geografia. Para Hodgson, as instituições são sistemas de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam a interação social. Por isso, o conceito de instituições é formado no cerne da atividade dos indivíduos. As instituições são construídas socialmente, ou seja, surgem da interação dos indivíduos a partir de suas concepções, valores e visões de mundo. Elas são o tipo de estrutura que mais importam no reino social porque elas compõem o material da vida (HODGSON, 2006).

As instituições são constituídas por hábitos. O hábito nesse contexto refere-se a uma propensão de comportamento de acordo com a circunstância que pode se concretizar em comportamento ou não. Os hábitos são essenciais na composição dos pensamentos e comportamentos. Segundo Hodgson (2005), hábitos podem existir mesmo que não se manifestem em comportamento e são “[...] submerged repertoires of potential behaviour; they can triggered by na appropriate stimulus or context” (2005, p. 92).

Compreender instituições requer analisar como e porque as regras são seguidas pelos indivíduos (HODGSON, 2005). As instituições funcionam quando as regras são transformadas em hábitos de pensamento incorporados e comportamentos compartilhados. Assim, as regras são seguidas porque as pessoas escolhem segui-las repetidamente. O caráter de durabilidade das instituições deve-se ao fato de que elas podem, de forma útil, criar expectativas sobre o comportamento humano (HODGSON, 2004a).

As instituições compõem o material da vida social porque elas têm efeito sobre o comportamento: os indivíduos se comportam (pelo menos em grande medida) de acordo com as instituições que incorporaram ao longo da vida. Elas impõem forma e consistência sobre as atividades humanas uma vez que permitem e restringem a ação através da ordenação dos pensamentos, expectativas e ações. Mas além das características de permitir e restringir a ação, as instituições possuem a capacidade de moldar e mudar as preferências e disposições. Essa capacidade confere às instituições um caráter de auto-reforçamento e auto-perpetuação. As instituições moldam as preferências através dos hábitos – a mudança de hábitos existentes e a aquisição de novos hábitos concorrem para alterar as preferências (HODGSON, 2004a).

Hodgson resgata a ideia contida no conceito de Veblen de causação cumulativa através do conceito de *reconstitutive downward causation*, o qual desempenha

importante papel explicativo em relação ao seguimento de regras. Segundo este entendimento, as instituições são condicionadas e dependem dos indivíduos, pois as instituições são aqueles hábitos de pensamento e ação que foram socialmente incorporados e estabelecidos. Ao mesmo tempo, os indivíduos agem em conformidade e em resposta às instituições, pois suas preferências e disposições estão ligadas às instituições vigentes. Considerando esse papel constitutivo das instituições, Hodgson afirma que elas são estruturas objetivas fora da mente humana e molas subjetivas da ação dentro da mente humana. Os indivíduos e as instituições estão conectados por um círculo de interação mútua e interdependência (HODGSON, 2005).

O processo de *reconstitutive downward causation* (RDC) confere um caráter dinâmico às instituições. Conforme a análise de Hodgson, tanto Veblen como Commons entenderam instituições como um tipo especial de estrutura social com potencial de mudar os agentes, incluindo mudanças em seus propósitos e preferências. Essas mudanças estão ligadas à mudanças nos hábitos de pensamento. A esse respeito, Hodgson (2005, p. 93) afirma que “People do not develop new preferences, wants or purposes because mysterious ‘social forces’ control them. The argument here is that the pragmatism and institutionalism concept of habit provides part of a plausible and reconstitutive mechanism”. O processo de RDC trabalha através da criação e moldagem dos hábitos (HODGSON, 2004a).

Chang (2005) define instituições como padrões sistemáticos de expectativas compartilhadas, normas e rotinas de interação aceitas que têm robusto efeito em moldar motivações e comportamentos de um conjunto de atores sociais interconectados. Chang pretende expor uma visão mais densa de instituições que considere o papel chave da cultura e ideias na conformação das instituições e também o papel constitutivo das instituições em moldar os meios pelos quais grupos e indivíduos definem suas preferências.

Na visão de Chang, a abordagem institucional deve desenvolver uma visão adequada de como instituições moldam o comportamento econômico e seus resultados, e deve criar um entendimento mais sistemático de como instituições são formadas e mudam ao longo do tempo. É preciso considerar instituições como dispositivos que permitem a realização de objetivos que requerem coordenação supra-individual e ainda mais importante, como constitutivas de interesses e visões de mundo dos atores econômicos (Chang, 2005).

Seguindo no caminho da Escola Original, Chang entende que o papel das instituições vai além de permitir e restringir a ação humana. O autor ressalta que as instituições e indivíduos são mutuamente constitutivos. Agindo sob um conjunto de instituições, os homens internalizam os valores incorporados nessas instituições, ou seja, elas incutem certos valores ou visões de mundo sobre aqueles que estão sob sua influência. Assim como as instituições moldam as visões de mundo, da mesma forma as visões de mundo moldam as instituições, pois as visões de mundo são resultado do raciocínio e deliberação humanos. As instituições têm a capacidade (embora em diferentes medidas) de direcionar o comportamento sem que haja necessidade de monitoramento e sanção porque os indivíduos acreditam nos valores subjacentes às instituições e agem de acordo com esses valores (CHANG, 2005). É notável a semelhança entre esta definição e a definição de Hodgson acima apresentada.

2.5 Considerações finais

Este capítulo buscou apresentar os fundamentos da Economia Institucional de tradição Original. Foi destacado o caráter evolucionário da perspectiva institucional, a caracterização do homem baseada em instintos e hábitos, o conceito de instituições definidos pelos precursores da escola e desenvolvimentos recentes dessa escola.

As instituições enquanto hábitos de pensamento socialmente incorporados estruturam a vida do homem e influenciam suas ações. Verificou-se a relação entre instituições e o sistema econômico. Num processo de causação cumulativa, as instituições conformam o comportamento humano assim como são conformadas por ele. O homem é capaz de deliberar sobre seus hábitos de pensamento e assim mudar as instituições ao longo do tempo, em decorrência de avanço no conhecimento ou de mudanças impostas pelo ambiente.

Sob a perspectiva institucionalista, a Ciência Econômica refere-se ao estudo dos fenômenos ou dos meios pelos quais a humanidade se organiza a fim de suprir suas necessidades materiais. Neste ínterim, é de fundamental importância caracterizar o comportamento humano. Somente a partir da compreensão da ontologia do homem e do conceito de instituições, apresentados neste capítulo, é possível lançar luz sobre o processo de mudança dos hábitos de pensamentos incorporados aos indivíduos, que é o tema do próximo capítulo.

3. O PROCESSO DE MUDANÇA INSTITUCIONAL

O capítulo 2 evidenciou que as instituições constituem a base do esquema de vida de cada comunidade porque moldam e direcionam o comportamento dos indivíduos. Ao longo da história as instituições mudaram, pois os homens desenvolveram novas formas e meios de prover suas necessidades materiais. Veblen (1898) assevera que o objetivo da análise econômica é delinear os fenômenos relacionados à manutenção da vida humana, os meios pelos quais a humanidade se organiza para suprir suas necessidades materiais, e a forma como estes meios são alterados ao longo do desenvolvimento de cada comunidade. A história econômica é moldada pelo interesse dos indivíduos em garantirem sua sobrevivência através dos meios materiais de vida, logo, “An evolutionary economics must be the theory of a process of cultural growth as determined by the economic interest, a theory of a cumulative sequence of economic institutions stated in terms of the process itself” (VEBLEN, 1919, p. 77).

Para Veblen, o interesse do cientista moderno preocupado com fenômenos econômicos deve estar sobre as mudanças operadas na estrutura da conduta humana, sobre as questões de continuidade e de mutação do esquema de conduta utilizado pela humanidade para lidar com os meios materiais de vida (VEBLEN, 1909). Estas alterações são o resultado da intercessão entre preservação e modificação de elementos existentes no contexto socioeconômico e são o elemento indutor da evolução de instituições num processo continuado de mudança cumulativa.

O objetivo deste capítulo é investigar o processo de evolução institucional, destacando suas principais características. Como o processo de mudança é definido por Veblen enquanto processo evolucionário e a análise vebleniana tem estreita relação com a teoria evolucionária darwiniana, buscou-se primeiramente entender o

que é a evolução nesta teoria e dela extrair conceitos que pudessem ser utilizados para entender o processo de mudança institucional. Tendo o objetivo definido, a seção 3.1 propõe-se a apresentar o processo de mudança institucional como um processo evolutivo nos termos da teoria darwiniana. A seção 3.2 investiga as causas da mudança institucional partindo da ontologia assumida por Veblen. A seção 3.3 procura explicar o mecanismo de incorporação dos hábitos através do modelo de seleção por consequências, um modelo da Psicologia Behaviorista que compartilha a herança darwiniana como a teoria vebleniana, a fim de contribuir para o entendimento do mecanismo através do qual as instituições surgem, mudam e são seguidas pelos indivíduos de uma comunidade. O capítulo é encerrado com considerações finais.

3.1 Caracterização do processo de mudança institucional enquanto um processo evolutivo

A influência da teoria biológica da evolução na obra de Veblen é amplamente evidenciada pelo autor. A utilização frequente de conceitos como “evolução”, “seleção”, “adaptação” e “luta pela existência” em sua obra, assim como o caráter de causalidade cumulativa, revelam que a análise vebleniana foi construída sobre uma base teórica evolutiva. Assim como a evolução biológica, a evolução institucional é tratada enquanto um processo contido em um sistema complexo que evolui ao longo do tempo.

A emergência da teoria da evolução darwiniana no final do século XIX serviu de base para elaborações teóricas que relacionavam a evolução da vida dos organismos vivos como um processo cumulativo de mudanças. Antes da publicação de *On the Origin of Species* em 1859, já havia cientistas e filósofos que se preocupavam com as mudanças que ocorriam nos organismos vivos. Conforme Ridley (2006), naturalistas e filósofos anteriores à Darwin chegaram a especular

sobre a transformação das espécies, como por exemplo, o enciclopedista Diderot e o cientista francês Maupertius. Contudo, nenhum desses pensadores apresentou uma teoria que fosse satisfatória em explicar por que as espécies mudam. A partir do século XVIII o entendimento de que o mundo não era estático, ou seja, de que as espécies não apresentavam a mesma constituição desde o início da vida na Terra, tornou-se generalizado entre os naturalistas e geólogos. A investigação sobre as espécies e sobre a constituição geológica da Terra oferecia indícios de que o mundo havia se movido de organismos mais simples para outros organismos cada vez mais complexos. Lamarck foi o primeiro a expor tal ideia em detalhes (MAYR, 2009).

O debate que se seguiu à publicação de *On the Origin of Species* permitiu que a noção de evolução fosse amplamente aceita entre naturalistas e geólogos embora houvesse restrições em relação a algumas teorias explicativas propostas por Darwin (MAYR, 2009). As descobertas de Darwin tornaram possível o desenvolvimento do estudo da vida enquanto processo evolutivo porque se mostraram consistentes com a construção de uma teoria da análise da mudança em termos causais, ou seja, uma teoria que explicava a causalidade de um conjunto de fenômenos caracterizados por mudar ao longo do tempo. Esta possibilidade de explicação causal de fenômenos foi difundida para outras áreas do conhecimento como a política, a história e a economia. A fim de analisar os processos econômicos enquanto processos evolutivos, faz-se necessário apresentar a definição do termo *evolução* e em seguida extrair de seu significado no contexto biológico elementos que auxiliem a análise dos processos sociais.

Segundo Ridley (2006, p. 28), Darwin define evolução como “descendência com modificação”. A evolução de uma população ocorreria através do processo pelo qual os indivíduos que possuem características mais adaptadas tendem a sobreviver e deixar maior descendência. O processo de seleção natural ocorre quando os seguintes fatores são observados: variabilidade de características do indivíduo; diferentes graus de adaptabilidade de cada característica; hereditariedade de

características e a luta pela sobrevivência imposta pelas limitações ambientais (MAYR, 2009). A seleção é o processo pelo qual os indivíduos melhor adaptados sobrevivem e os outros são eliminados. Ao longo do tempo, as características mais adaptadas passam a ter maior frequência no conjunto da população.

A síntese evolucionista, resultante da união entre a teoria da evolução darwiniana e a genética Mendeliana, concluiu que “A evolução é uma mudança das propriedades de populações de organismos ao longo do tempo” (MAYR, 2009, p. 28). Ridley (2006, p. 28) afirma que “[...] evolução significa mudança, mudança na forma e no comportamento dos organismos ao longo das gerações”. Neste sentido, a evolução é a mudança que ocorre sobre a população, uma vez que a evolução do conjunto dos organismos é caracterizada pela modificação entre gerações de uma população pertencente à determinada espécie. Isso significa que a evolução tem caráter cumulativo porque as mudanças biológicas que ocorrem vão sendo acumuladas ao longo do tempo.

Economistas que desenvolvem seus trabalhos a partir de princípios evolutivos incorporam os conceitos da biologia de formas distintas com base na teoria darwiniana ou lamarckiana, ou mesmo tentando uma convergência entre as duas teorias (WINTER, 1982; HODGSON, 2002; POSSAS, 2008). Esta seção, contudo, não pretende discutir as especificidades das teorias mencionadas, antes, irá utilizar os princípios evolutivos adotados por Veblen a fim de organizar um esquema explicativo de mudança e do surgimento de novas instituições.

A análise vebleniana apropria-se dos conceitos de variabilidade, adaptação, seleção, cumulatividade e causalidade presentes na teoria de Darwin. As instituições são resultado do processo de adaptação e seleção de hábitos mentais mais aptos, e por serem métodos habituais de relações entre os membros de um grupo e da relação do homem com o ambiente, elas são fatores eficientes de seleção de novas

instituições. O seguinte trecho na obra de Veblen (1987, p. 87) corrobora o exposto acima:

A evolução da estrutura social foi um processo de seleção natural das instituições. [...] As instituições são elas próprias o resultado de um processo seletivo e adaptativo que modela os tipos prevalecentes, ou dominantes, de atitudes e aptidões espirituais; são, ao mesmo tempo, métodos especiais de vida e de relações humanas, e constituem, por sua vez, fatores eficientes de seleção.

A mudança institucional foi caracterizada por Veblen (1909) como um processo incontinente, cumulativo e consistente. O processo é incontinente porque cada movimento cria uma nova situação e assim induz a mais uma variação na maneira habitual de resposta, de forma que está sempre passando por alterações. É cumulativo porque cada nova situação é originária do conjunto de acontecimentos anteriores a ela, e incorpora estes acontecimentos como fatores causais. A cumulatividade na teoria vebleniana pode ser expressa por crescimento acumulado de hábitos de pensamento (VEBLEN, 1919). A mudança também tem a característica de ser consistente, pois os traços subjacentes da natureza humana permanecem substancialmente inalterados ao longo do processo. Mesmo com a mudança de hábitos de pensamento, os indivíduos mantêm características de sua natureza humana, seus instintos básicos. A este respeito, Veblen considera que “Changes in the institutional structure are continually taking place in response to the altered discipline of life under changing cultural conditions, but human nature remains specifically the same” (VEBLEN, 1914, p. 18).

Veblen ressaltou a importância de tratar o processo econômico como um processo que muda ao longo do tempo, como uma mudança incessante e cumulativa dos elementos habituais da vida humana, resultando em crescimento prolífero e contínuo das instituições (VEBLEN, 1914). Em *A Teoria da Classe Ociosa*, o autor refere-se à evolução social como um processo de seleção das instituições, ou seja, hábitos mentais mais aptos, e como processo de adaptação do indivíduo a um ambiente que muda progressivamente como resultado do desenvolvimento da comunidade e da mudança de instituições que estruturam a vida. Este processo de seleção e

adaptação dos hábitos de pensamento gera o esquema de vida de uma comunidade, compreendido como “[...] o consenso de opiniões mantidas pelo conjunto de indivíduos no tocante ao que é certo, bom, conveniente e belo na natureza da vida humana” (VEBLEN, 1987, p.90). Os hábitos de pensamento mudam e, à medida que são socialmente compartilhados e incorporados, tornam-se instituições.

A concepção de processo evolutivo darwiniano possibilitou a Veblen explicar o processo econômico como desdobramento de instituições criadas, transmitidas e alteradas ao longo do tempo de acordo com as características biológicas, ambientais e sociais da comunidade. Veblen pretendeu apresentar uma explicação causal e evolutiva sobre a origem do comportamento humano direcionado a provisão dos meios materiais de vida (HODGSON, 2004b). A concepção de instituições enquanto elemento constitutivo das relações humanas que se desenvolve, é transmitido entre gerações e muda ao longo do tempo, só pode existir num contexto de processo evolutivo.

Hodgson (1997) propõe uma taxonomia para identificação do conceito de evolução utilizado em várias teorias econômicas. O autor esclarece que este conceito tem sido adotado em diferentes concepções e pretende tornar claro e organizar os muitos significados diferentes que têm sido conferidos ao termo. A taxonomia é composta por dois principais grupos: o primeiro abrange teorias relativas ao desenvolvimento e o segundo abrange teorias genéticas. A evolução relativa ao desenvolvimento está relacionada a teorias que afirmam que o processo de evolução socioeconômico ocorre através de uma série de estágios. Nestes estágios, as características socioeconômicas apresentam determinada configuração que, em certo momento, se torna suscetível a mudanças. A causalidade do processo de mudança é holística, ou seja, baseada na influência de elementos diversos que impelem o processo evolutivo. Um exemplo deste tipo de evolução seria a teoria desenvolvida por Marx, segundo a qual a sociedade evolui do “comunismo primitivo” para o feudalismo e depois para o capitalismo, passando pela Antiguidade Clássica. Entretanto, essas

teorias não explicam os elementos específicos que seriam a causa do processo evolutivo (HODGSON, 1997).

O segundo grupo principal da taxonomia abrange as chamadas teorias genéticas da evolução econômica. O termo 'genético' é empregado nesta taxonomia com o sentido de explicação causal, sentido que tinha originalmente antes de ser apropriado pela biologia (Hodgson, 1997). Conforme Hodgson (2004b, p. 347), "The term 'genetic' like 'genesis' refers to causal origin or determination". Uma teoria genética é aquela que desenvolve bases explicativas da causalidade dos fenômenos relacionando as interações das unidades que o compõem. A esse respeito, Veblen (1903, p. 655 *apud* HODGSON, 2004b) afirma que um método de análise é considerado genético quando "[...] deals with the forces and sequence of development and seeks to understand the outcome by finding how and why it has come about. The aim is to organize social phenomena into a theoretical structure in causal terms".

As teorias genéticas da evolução econômica não implicam necessariamente explicações em termos de genes biológicos, antes, defendem que o processo evolutivo deriva de um conjunto de entidades humanas suficientemente duradouras. Essas entidades podem ser os hábitos humanos, os indivíduos, as rotinas organizacionais ou instituições sociais. Dentro desse grupo há uma subdivisão para diferenciar teorias que consideram as entidades humanas fixas e teorias que consideram que essas entidades podem mudar. Nesta subdivisão, Hodgson (1997) utiliza dois termos provenientes da Biologia: ontogenia e filogenia. A ontogenia é o processo que envolve o desenvolvimento de um organismo particular a partir de um conjunto dado e imutável de genes. As características do ambiente afetam o organismo, entretanto sua constituição genética permanece a mesma durante a vida. A filogenia é o processo de evolução de uma população de forma continuada que

envolve alterações do patrimônio genético assim como nas características fenotípicas⁷ dos indivíduos.

Aplicando os conceitos biológicos para a taxonomia de teorias da evolução econômica, uma teoria ontogenética é caracterizada pelo fato de que o elemento causal não muda ao longo do processo de evolução, enquanto uma teoria filogenética é caracterizada pela mudança continuada do elemento causal. Por conseguinte, a teoria vebleniana é especificada como uma teoria filogenética da evolução econômica. Veblen assume que os hábitos de pensamento dos indivíduos podem mudar ao longo do processo de causação cumulativa e preocupa-se com a investigação dessa mudança.

Os economistas institucionalistas reconhecem que as relações econômicas ocorrem dentro de uma estrutura institucional socialmente estabelecida. Várias instituições coexistem numa comunidade e estão relacionadas através critérios de valores atribuídos pelo grupo de indivíduos. O conjunto de instituições em uma comunidade está funcionalmente relacionado de modo a fornecer regras e critérios para atividade dos seus membros (NEALE, 1987). Essa estrutura institucional possui estabilidade e permeia as relações sociais de forma que estas relações respondem às regras e critérios estabelecidos. A conduta humana que encontra respaldo na estrutura institucional é legitimada através da sua aceitação e difusão entre os membros do grupo, conferindo-lhe estabilidade e legitimidade.

Embora a estrutura institucional tenha caráter de estabilidade, ela não é rígida. Instituições podem sofrer alterações, e, muitas vezes, aquelas que por algum tempo direcionaram a ação dos indivíduos são substituídas por outras. Neale (1987) afirma que cada instituição se “encaixa” no sistema de instituições vigentes: elas se relacionam dentro de um esquema definido pelos valores que advém de cada

⁷ Características observáveis dos indivíduos, como por exemplo, a morfologia e comportamento.

instituição. Desta forma, quando uma delas muda, pode provocar mudança no mobiliário institucional daquela comunidade.

Este argumento que estabelece a coexistência entre mudança e permanência no esquema de vida é proposto por Veblen. Segundo o entendimento do autor, a civilização material é um esquema de instituições composto de dois elementos complementares, quais sejam: a estrutura institucional e o desenvolvimento institucional (VEBLEN, 1909). Ele reconhece que as instituições conferem ordenamento à civilização material uma vez que a estrutura institucional apresenta consistência em moldar a ação dos indivíduos. O caráter de estabilidade da estrutura institucional decorre do fato de que ela ordena e impõe forma à conduta humana sob uma base de valores e princípios subjacentes ao conjunto de instituições

Entretanto, esses princípios e valores das instituições também são passíveis de mudança. Quando mudam, a estrutura institucional se assenta em novas bases porque os indivíduos passam a agir de acordo com princípios e valores diferentes. Esta conjugação de fatores pode ser entendida como desenvolvimento institucional. Em outras palavras, pode ser resumido como um processo de mudança de princípios e valores construídos sob a base de instituições anteriormente aceitas. Algumas instituições mudam, enquanto outras permanecem inalteradas, de forma que instituições antigas e novas passam a coexistir dentro da estrutura institucional. Desta forma, novas instituições emergem e, através de sua aceitação entre os indivíduos, elas são legitimadas dando estabilidade e ordenamento às ações. A relação entre estrutura e desenvolvimento institucional, embora pareça antagônica à primeira vista, é na verdade uma relação de complementaridade, conforme depreende-se da análise vebleniana.

É interessante perceber que a evolução social tem a característica de ser específica em cada população, ou seja, ela é experimentada por cada comunidade⁸ de maneira diferente, assim como ocorre com relação à evolução biológica. Contudo, enquanto na biologia a evolução ocorre somente entre gerações, no contexto social a evolução ocorre tanto de forma intergeracional como intrageracional.

Assim como o esquema de instituições, as próprias instituições apresentam estabilidade e possibilidade de mudança ao mesmo tempo. Hodgson (2001) afirma que a estabilidade das instituições deriva do fato de que elas moldam os propósitos e as preferências dos indivíduos. Esse caráter dual de permanência e mudança pode ser compreendido através da análise dos conceitos de valores cerimoniais e instrumentais que compõem as instituições. Tais conceitos estão presentes na análise da Escola Institucionalista Original, e são aqui apresentados a partir dos desenvolvimentos de Neale (1987) e Bush (1987).

A estrutura institucional de qualquer sociedade incorpora aspectos instrumentais e cerimoniais. O aspecto instrumental está relacionado aos processos de solução de problemas que os homens enfrentam, como por exemplo, que método utilizar para a produção de determinado bem ou como regular o fluxo de veículos. O aspecto cerimonial diz respeito a crenças e práticas vindas do passado e que são aceitas como solução de problemas sem a necessidade de serem testadas constantemente (NEALE, 1987). Neale argumenta que esses aspectos são vistos por alguns economistas como uma dicotomia, principalmente devido ao uso do termo *tecnológico* ao invés de instrumental, e *institucional* ao invés de cerimonial. Segundo Neale (1987), o uso dos termos tecnológico e institucional levou a uma compreensão incorreta a respeito da relação entre eles, conferindo-lhes o caráter de

⁸ O termo *comunidade* é recorrentemente utilizado por Veblen e permite inferir que a análise pode ser realizada em relação a diferentes agrupamentos sociais que apresentam características distintas em relação à sua constituição cultural e histórica. Este conceito permite a flexibilidade de analisar a sociedade de um país ou um grupo característico que faz parte desta sociedade. A escolha do nível de análise está diretamente relacionada às instituições que se pretende estudar.

incompatibilidade, quando na verdade os aspectos instrumentais e cerimoniais coexistem como aspectos contrastantes de todas as instituições.

Assim como Neale, Bush (1987) também argumenta que a estrutura institucional incorpora valores cerimoniais e instrumentais, que apesar de opostos estão entrelaçados no contexto institucional. Os valores cerimoniais estabelecem padrões de julgamento entre diferenças que determinam *status*, privilégios e relações de poder. Sua validação ocorre através do apelo à tradição e a ideologias. Por sua vez, os valores instrumentais fornecem padrões de julgamento para instrumentos e habilidades empregados nos processos de resolução de problemas da comunidade, assim como para os métodos relacionados à expansão do conhecimento. Assim, o critério de julgamento dos valores instrumentais é o que o autor denomina eficiência instrumental.

Pelo exposto acima, conclui-se que a mudança das instituições está sujeita aos aspectos cerimoniais e instrumentais. Está sujeita aos aspectos instrumentais na medida em que novos métodos, instrumentos e habilidades para a resolução de problemas dependem do desenvolvimento do conjunto de conhecimentos que determinada comunidade domina. Em comunidades diferentes e, portanto, com conjuntos de conhecimentos diferentes, as soluções para problemas semelhantes possivelmente serão diferentes. Embora os aspectos instrumentais determinem de que maneira o problema pode ser solucionado, são os valores cerimoniais, os aspectos de tradição e ideologias, que determinam se a solução será socialmente aceita. Este é o fenômeno da dominância cerimonial. O julgamento da solução, do novo hábito de pensamento, em última análise, é definido em termos dos valores cerimoniais compartilhados pela comunidade. Sendo assim, um instrumento menos eficiente para o processo de solução de problemas pode ser selecionado se apresentar maior aderência aos valores cerimoniais, ou seja, se estiver em concordância com tais valores.

A dominância cerimonial constitui uma das explicações possíveis para o fato de que a evolução das instituições não leva necessariamente a melhores condições de vida do que se tinha anteriormente. Não é atribuído à dominância cerimonial o caráter negativo de restringir o avanço tecnológico de uma comunidade (embora esta ideia tenha permeado a análise de alguns autores). Na verdade, os valores cerimoniais estabelecem critérios de julgamentos baseados no apelo à tradição e ideologias, e não na eficiência dos novos hábitos de pensamento em comparação aos hábitos vigentes, o que resulta, em algumas situações, na seleção de um hábito menos eficiente no cumprimento de seu objetivo. É interessante perceber, entretanto, que a mudança de hábitos de pensamento tem se tornado comum e mais frequente nas sociedades atuais.

Quando a solução comumente utilizada para resolver um problema não é mais satisfatória, é natural que surja outra solução dado a capacidade deliberativa e inovativa do ser humano. Muitas vezes, as soluções antigas ainda não se tornaram obsoletas e mesmo assim novas soluções emergem da propensão do homem à curiosidade. Ocorre que a solução será julgada pelos critérios cerimoniais e, se ela for aceita, acaba por tornar-se comum ao comportamento da comunidade. Caso contrário, é desprezada ou mesmo banida. Bush (1987) afirma que a dominância cerimonial sobre os valores instrumentais é reconhecida pelos economistas institucionalistas. Nesta mesma linha, Neale (1987) considera que qualquer instituição ou conjunto de instituições surge como parte de uma solução instrumental para problemas já antes solucionados de outra forma.

As formas e meios com os quais o indivíduo alcança seus objetivos surgem do conjunto de conhecimento adquirido através da relação do indivíduo com o meio ambiente no qual vive e com os outros indivíduos. Esse conjunto de conhecimento é constituído por padrões de comportamento cerimonial e instrumental. Considerando o fenômeno de dominância cerimonial, somente a parte do fundo de conhecimento que pode ser acomodada na estrutura de valores existentes será sancionada para o

objetivo de resolução de problemas (BUSH, 1987). Isto significa que a mudança institucional ocorre sob um conjunto de valores estabelecidos. A não ser que estes valores sejam alterados, nenhum instrumento ou método de resolução de problemas é socialmente aceito se estiver em contradição com tais valores. Conforme Neale argumenta, “Institutions change within the context of existing rules and folkviews, adapting some rules and folkviews and creating some new ones” (NEALE, 1987, p. 1200). Logo, dentro de uma estrutura institucional coexistem elementos que impulsionam a mudança e elementos de inércia que funcionam como entraves à mudança institucional.

Foi argumentado acima que a teoria vebleniana da evolução econômica é o estudo de como as instituições surgem e mudam ao longo do tempo de forma a garantir aos indivíduos os meios materiais para suprir suas necessidades. Tal teoria, enquanto processo evolutivo genético, precisa apresentar as causas das mudanças que ocorrem cumulativa, incontinente e consistentemente no esquema institucional. Hodgson (2004b, p. 347) ressalta que “A causal account of the interaction between the individual and social structure had to be provided. This causal account should not stop with the individual, but it should also attempt to explain the origin of psychological purposes and preferences”. Neste sentido, se faz necessário investigar como foram formadas e se desenvolveram a racionalidade e as preferências dos indivíduos. O elemento causal da mudança dos hábitos de pensamento será discutido a seguir.

3.2 As causas da mudança institucional

A origem das mudanças de hábitos de pensamento na teoria vebleniana repousa sobre dois elementos: o homem e o ambiente. É importante perceber esse argumento diretamente nas palavras de Veblen (1987, p. 87):

as forças que modelaram o desenvolvimento da vida humana e da estrutura social são sem dúvida ulteriormente redutíveis a termos de tecido vivo e ambiente material; mais aproximadamente, para o objetivo em vista, essas forças podem melhor ser definidas em termos de meio ambiente, em parte humano, em parte não humano, e num elemento humano dotado de uma constituição física e intelectual mais ou menos definida.

Cabe esclarecer o significado das expressões “ambiente humano” e “ambiente não humano” utilizadas acima. O ambiente não humano refere-se ao meio ambiente e à relação do homem com os meios materiais que garantem sua sobrevivência. As condições ambientais, que mudam continuamente, moldaram as propensões instintivas da espécie humana ao longo do processo evolutivo. O homem por sua vez, responde às mudanças ambientais no decorrer de sua vida interferindo no meio ambiente através da capacidade de compreender e manejar alguns de seus elementos (Veblen, 1898b).

O ambiente humano pode ser entendido como as relações estabelecidas entre os seres humanos, as relações sociais que os indivíduos continuamente estabelecem a partir do momento em que passaram a viver em comunidade. Tanto a relação do homem com o meio ambiente como a relação social dos indivíduos emergiu a partir dos processos da seleção evolutiva. A afirmação de Veblen de que o elemento humano é dotado de constituição física e intelectual “mais ou menos definida” pode ser compreendida com base na ontologia assumida pelo autor: os instintos são características humanas inatas, comuns a todos os indivíduos, e que permanecem constantes ao longo da vida. Enquanto os hábitos de pensamento compõem a parte da constituição humana que é variável, que sofre alterações ao longo do tempo. Assim, a constituição humana é formada por uma parte fixa (instintos) e uma parte mutável (hábitos).

Existem disposições internas ao homem que o tornam propenso a mudanças e capaz de responder a mudanças de forma assertiva, garantindo-lhe a sobrevivência em contextos adversos e diferentes. Considerando o desenvolvimento evolutivo da espécie humana, entende-se que a origem da inclinação para mudanças está no

instinto para o artesanato e na propensão do homem à curiosidade intelectual, que permitem ao homem gerar mudanças bem como responder assertivamente às alterações externas. É a partir da utilização desses dois elementos que uma explicação vebleniana da mudança institucional pode ser oferecida como parte do próprio processo evolutivo.

O instinto para a curiosidade desinteressada (*idle curiosity*) é a inclinação do homem para conhecer o mundo e entender os fenômenos que o cercam mesmo sem motivações práticas específicas (CAVALIERI, 2009). Sob a orientação da curiosidade desinteressada o homem avançou continuamente em direção a um sistema de conhecimento cada vez mais compreensível. Devido ao avanço da inteligência e experiência, o homem pode observar e analisar mais detalhadamente os fatos (VEBLEN, 1906). Cavalieri (2009, p. 14) considera que no artigo *The Place of Science in Modern Civilization*, Veblen “procurou demonstrar a curiosidade desinteressada como fator mais importante para as conquistas tecnológicas e produtivas da humanidade do que a busca pragmática do conhecimento”.

O instinto para o artesanato (*workmanship*) é a propensão inata que o homem possui para realizar de forma bem feita tarefas que tenham um propósito identificável. Esse propósito identificável refere-se, normalmente, à provisão material necessária para a sobrevivência da comunidade (CONCEIÇÃO, 2007). Esse instinto inclina o homem para realizar atividades que assegurem a manutenção da vida. Nas palavras de Veblen (1898b, p. 191), o instinto para o artesanato é um impulso para o “trabalho bem feito e imbuído de propósito” e ainda a atitude ou propensão do homem para realizar trabalho eficaz e repugnar o esforço fútil, pois valoriza o mérito da eficiência e evita o demérito da futilidade (VEBLEN, 1987). Assim, o homem está buscando continuamente melhorar sua condição de vida e se adaptar da melhor forma às mudanças imposta pelo ambiente no qual vive, o que gera novas formas de lidar com os meios materiais de vida e assim, novos hábitos de pensamento.

O instinto para o artesanato contribui com o surgimento de novas instituições porque direciona o interesse do homem para habilidades práticas, dispositivos e invenções de eficiência e economia, proficiência, trabalho criativo e domínio tecnológico dos fatos (VEBLEN, 1914). Veblen (1914) destaca que as formas materiais e imateriais pelas quais o homem alcança os objetivos impostos pelos instintos estão sempre em processo de mudança e são condicionadas por mudanças cumulativas dos elementos habituais que controlam o esquema de vida.

Cabe ressaltar que Veblen reconhece que a evolução das instituições não está relacionada diretamente com avanço ou melhoria e não há garantia de que uma nova estrutura institucional seja mais adequada para o funcionamento dos instintos do que a estrutura anterior: “But there is no warrant for assuming that each or any of these successive changes in the scheme of institutions affords successively readier, surer or more facile ways and means for the instinctive proclivities to work out their ends” (VEBLEN, 1914, p. 19).

O instinto para o artesanato e o instinto para a curiosidade desinteressada geram o crescimento do conjunto de conhecimento da humanidade (NEALE, 1987)⁹. Novos conhecimentos vão sendo adquiridos à medida que o homem busca realizar tarefas de formas diferenciadas e na medida em que tem inclinação para descobrir e conhecer o funcionamento do mundo mesmo sem motivações pragmáticas específicas.

Os novos conhecimentos adquiridos são responsáveis por mudar a forma de pensar do homem em relação às suas atividades e responsabilidades para com o mundo que o cerca. Eles também são novas formas de pensar em relação a um problema e/ou novas formas de encarar a vida. Podem mudar a forma de pensar e agir dos

⁹ Neale (1987) não utiliza diretamente os termos “instinto para o artesanato” e “instinto para curiosidade desinteressada”, entretanto, a partir da análise dos argumentos do autor para a origem das mudanças, é possível estabelecer esse paralelo.

indivíduos na medida em que são acomodados na estrutura de valores existentes (BUSH, 1987). Quando esses novos conhecimentos e formas de pensar se tornam socialmente incorporados, ocorre então uma mudança institucional e/ou o surgimento de uma nova instituição gerada dentro do contexto institucional da sociedade. Esses novos hábitos de pensamento geram mudanças no ambiente econômico e tais transformações podem também modificar as instituições.

Neale (1987) aponta que as instituições mudam como resposta às novas tecnologias. A tecnologia é entendida de forma ampla em relação aos modos a partir dos quais os homens solucionam problemas, como os métodos através dos quais as pessoas experimentam ferramentas e sistemas, e como elas adotam soluções que parecem melhorias de coisas já existentes (NEALE, 1987). Nesse sentido, Bush (1987, p. 1090) afirma que “The emergence of novelty by combination in human culture results from the choices made in the problem-solving processes”. A tecnologia não é um fator a mais que deve ser elencado juntamente com as propensões instintivas do homem e as alterações ambientais na explicação das mudanças dos hábitos de pensamentos. Uma vez que novas tecnologias surgem devido à ação do homem em gerar novos conhecimentos, possibilitada pelos seus instintos e por sua capacidade de deliberação (ambos formados no processo evolutivo), a tecnologia não é mais um elemento explicativo para o surgimento de mudança, e sim está contida no que aqui se chama de elemento interno ao homem¹⁰.

A inovação tecnológica envolve mudança de comportamento, e mudanças de comportamento criam novos problemas para a comunidade. Este é o processo de causação cumulativa defendido por Veblen (BUSH, 1987). Ou seja, se a tecnologia é o modo como se enfrenta e soluciona o problema, então pode-se dizer que a

¹⁰ O termo interno é utilizado em contraposição aos elementos que provocam mudanças e que estão “fora” do homem (meio ambiente e interação social). O termo, portanto, não quer dizer que os instintos e a capacidade de deliberação são dotações naturais provenientes somente de elementos internos ao homem. Como foi demonstrado, os instintos e a capacidade de deliberação foram incorporados pelo homem ao longo do processo evolutivo.

mudança das instituições está ligada a mudança de visão de mundo, mudança de hábitos de pensamento através da descoberta de novas possibilidades. Seguindo esta visão da mudança baseada na tecnologia, o impulso dinâmico para a mudança institucional é o crescimento do “conjunto de conhecimento” da sociedade (BUSH, 1987).

A modificação dos hábitos de pensamento também pode ocorrer para além das alterações que ocorrem dentro de uma comunidade específica. O contato entre culturas diferentes pode introduzir novos conhecimentos e hábitos de pensamento em uma comunidade, conforme Neale (1987) argumenta ao referir-se à história das colônias europeias, como a Índia, e à história econômica da Alemanha e Japão. Além dos fatores instintivos internalizados no homem pelo processo de evolução, a mudança das instituições pode ocorrer devido às restrições impostas pelo meio ambiente. A citação a seguir explicita as causas das mudanças aqui apresentadas:

Mas enquanto cresce a população, e enquanto o conhecimento e a proficiência humanos se ampliam no dirigir das forças da natureza, os métodos habituais de relações entre os membros do grupo, e o método habitual de dar realização ao modo de vida do grupo como um todo, já não apresentam mais os mesmos resultados anteriores (VEBLEN, 1987, p. 89).

A análise da mudança institucional em Hodgson (2001) compartilha a visão do papel constitutivo das instituições sobre os hábitos de pensamentos. Inicialmente o autor argumenta que o estudo das instituições deve ressaltar sua evolução, deve analisar o processo de mudança em curso. Não é possível partir de um estado livre de instituições porque a emergência de uma instituição sempre pressupõe instituições e regras anteriores, o que leva o pesquisador ao problema de regressão infinita. Dentro dessa perspectiva, não é aceitável que o ponto de partida seja o indivíduo num estado livre de instituições. Nem o indivíduo nem as instituições possuem primazia explicativa. Entretanto, as instituições apresentam amplitude de vida

diferente dos indivíduos, elas sobrevivem a estes¹¹ e seus mecanismos de reprodução são diferentes (HODGSON, 2001).

Uma vez que não é possível chegar a um estado livre de instituições, o autor propõe que se ressalte o caráter evolucionário do processo contando com outras instituições como ponto de partida, tendo sempre em mente que estas surgiram num contexto de instituições anteriores. O autor então explica como funcionaria o processo de “causação reconstitutiva de cima para baixo”, processo pelo qual as instituições moldam os propósitos e preferências individuais. O argumento defendido é que “instituições envolvem regras, restrições, práticas e ideias que podem – através de mecanismos psicológicos e sociais que devem ser especificados – [...] moldar propósitos e preferências individuais em alguma maneira” (HODGSON, 2001, p. 106).

As instituições possuem capacidade de estruturar, canalizar e restringir o comportamento e assim tornam possível a formação de novos hábitos. O elemento chave nesse processo, segundo o autor, é o hábito. O hábito, enquanto propensão ao comportamento, é formado a partir da repetição de ação ou pensamento. O entendimento de que o hábito é formado pela repetição do comportamento foi inicialmente defendido por Mitchell (1910). Em outras palavras, a ação ou pensamento repetido dá origem à propensão a se comportar de determinada forma e assim o hábito é incorporado pelo indivíduo. À medida que esse hábito é incorporado pela maioria dos indivíduos ele passa a ser compartilhado por uma determinada sociedade, tornando-se uma instituição.

Hodgson defende que as restrições impostas pelas instituições são um canal para a mudança institucional. As instituições estruturam e restringem a ação e deste modo acabam por fazer emergir novas disposições e percepções entre os indivíduos. Dado

¹¹ As instituições mudam ao longo do tempo e também surgem novas instituições, o fato é que as instituições (de forma genérica) sempre estão presentes quando se olha para as relações entre os indivíduos.

novas disposições e percepções, os indivíduos formam novos hábitos, de maneira que surgem novas instituições. As instituições têm efeito reconstitutivo sobre as preferências individuais e a formação de hábitos ocorre através de canais e restrições institucionais (HODGSON, 2001). Assim, o mecanismo de causalção reconstitutiva de cima para baixo é importante para o entendimento de que as mudanças institucionais não são originadas pelos indivíduos *per se*, mas da relação entre eles, dos hábitos de pensamento individuais e dos hábitos de pensamento compartilhados e incorporados, ou seja, das instituições.

Na abordagem de Hodgson, as instituições podem emergir sem planejamento ou interferência do Estado, como foi o caso da linguagem. Entretanto, o surgimento e desenvolvimento da moeda, por exemplo, está ligado ao Estado e seu poder legitimador. O Estado, estando no ápice do sistema legal, legitima a moeda contribuindo para gerar confiança em relação a sua utilização (Hodgson, 2001). Instituições precisam de mecanismos de policiamento e de legitimação que podem não serem oferecidos somente pelo funcionamento da instituição. Como Sened (1995, *apud* HODGSON, 2001, p. 116) afirma, “Muitas instituições sociais importantes não emergem do equilíbrio de jogos entre agentes iguais, mas como equilíbrio entre agentes que controlam velhas instituições e agentes que desafiam tais instituições com novas demandas”.

Para essas instituições que não têm capacidade auto-policiadora, o Estado pode exercer importante papel de legitimação. Conforme esse argumento, o Estado tem a capacidade de agir tanto formalizando convenções de comportamento existentes, quanto restringindo, policiando e conferindo legitimidade a comportamentos. Hodgson complementa o argumento ressaltando que em um mundo de informação incompleta e imperfeita, elevados custos de transação e relações de poder assimétricas, são necessárias “instituições poderosas”, capazes de garantir os direitos individuais, como por exemplo, o direito de propriedade (HODGSON, 2001).

Argumentou-se que uma instituição pode transformar as preferências do indivíduo, pois ao restringir e moldar o comportamento, ela faz surgir novos hábitos. Conforme Hodgson (2001), um hábito de pensamento dá origem a uma instituição através da repetição do comportamento. Mitchell ressalta a importância de se “aplicar os hábitos” para que eles sejam incorporados, ou seja, comportar-se de acordo com eles. O autor afirma que “The formation of habits consists largely in *mastering and applying them*, and these concepts, as the common elements in habits, make men similar to each other in their thoughts and actions” (Mitchell, 1910, p. 203, grifo nosso). Entretanto, os autores não esclarecem qual o mecanismo que faz com que um indivíduo repita um comportamento para que assim ele se torne um hábito incorporado.

A teoria institucionalista explica quais as causas das mudanças, ou seja, a fonte da mudança. Explica que as instituições agem sobre as preferências através do processo de RDC que postula a interação mútua e interdependência entre instituições e indivíduos. Os indivíduos não adquirem preferências, desejos e propósitos porque forças misteriosas os controlam. Os hábitos dos indivíduos são moldados pelas instituições e as instituições são alteradas através da mudança de hábito dos indivíduos. Existe interferência mútua, as instituições não podem existir sem os indivíduos ou seja, não vem de forças sociais misteriosas (HODGSON, 2005), e os indivíduos desde o ponto mais remoto da evolução tiveram instintos e hábitos desenvolvidos pelo processo de evolutivo e ao se agruparem surgiram então os hábitos compartilhados – as instituições. Isto explica que o indivíduo é simultaneamente moldado pela estrutura institucional e agente que gera mudança institucional e novas instituições seja através da utilização de seus instintos ou da resposta às restrições e mudanças ambientais.

Até este ponto, o presente capítulo caracterizou o processo de mudança institucional e indicou as origens da mudança nos hábitos de pensamento. Concluiu-se também que a esta mudança será incorporada através da repetição do comportamento.

Agora, a questão que precisa ser respondida é o que faz um indivíduo repetir certo comportamento. Contudo, a Economia Institucional não lança luz sobre o processo de habituação. Neste ponto surgem algumas perguntas que são fundamentais para os economistas institucionalistas que pretendem analisar a evolução institucional e oferecer respostas para a mudança do processo econômico: o que faz com que um novo comportamento que surgiu como uma variação do comportamento comumente aceito seja repetido de forma ser incorporado como um hábito de pensamento? O que faz com que alguns desses hábitos sejam rejeitados e não incorporados no comportamento? O que faz com que um novo hábito passe a ser compartilhado socialmente?

Para responder a estas questões faz-se necessário lançar luz sobre o processo de habituação. Hodgson (2004b, p. 354) afirma a respeito da teoria de Veblen: “This relative stability and durability of habits and institutions made them key objects of evolutionary selection in the socio-economic sphere. But Veblen did not examine the processes or institutional replication or inheritance in sufficient detail”. Hodgson (2001, p.109) indica que os mecanismos do processo de habituação ainda foram esclarecidos e, portanto, constituem um ponto na agenda de pesquisa institucionalista:

Recapitulando, foram aqui levantados dois pontos importantes e conectados, como parte de uma agenda de pesquisa futura. O primeiro se refere à possibilidade de instituições terem um efeito reconstitutivo sobre as preferências de atores individuais. O segundo é o elemento-chave no mecanismo de reconstituição: a formação de hábitos através da operação de canais e restrições institucionais.

O processo de formação de hábitos requer o entendimento de como um comportamento emerge e se torna repetido. Segundo Hodgson (2006, p. 6), “Habits are submerged repertoires of potential thought or behavior; they can be triggered or reinforced by an appropriate stimulus or context”. O autor ainda aponta que a única maneira de observar as instituições é justamente através do comportamento manifesto. Deve-se então buscar compreender o mecanismo que estimula a

repetição do comportamento. Uma vez que estas questões dizem respeito ao comportamento humano, buscou-se respondê-las através de uma teoria da Psicologia que trata o comportamento humano em termos evolutivos. O Behaviorismo Radical oferece uma resposta a essas questões através do modelo de seleção por consequências.

3.3 O processo de habituação explicado a partir do Modelo de Seleção por Consequências¹²

O Behaviorismo Radical apresenta duas características importantes que o tornam uma boa opção dentro do conjunto de teorias da Psicologia para o diálogo com a Economia Institucional. Em primeiro lugar, ele também é formulado em termos da teoria evolucionista darwiniana (SKINNER, 2007). Em segundo, sua análise não está restrita ao indivíduo, mas se dá justamente sobre a relação do indivíduo com o ambiente (humano e natural) e, assim, analisa o homem dentro de um contexto biológico e culturalmente formado, de forma análoga à Economia Institucional. A seguir apresenta-se uma breve caracterização da teoria behaviorista radical, a convergência entre os conceitos centrais da referida teoria com a economia institucional de tradição vebleniana, e o modelo de seleção por consequências.

A Psicologia engloba um grande número de escolas de pensamento com diferentes visões e propostas teóricas acerca do comportamento humano (Bock, 2002). Dentre elas, o Behaviorismo (tradução comumente utilizada do termo “*Behaviorism*”) foi iniciado por John Watson em 1913 com a publicação do artigo “*Psychology as the behaviorist views it*”. A Escola desenvolveu-se no início do século XX com a visão de que a psicologia deveria estudar o comportamento em termos causais. Com o tempo, ela se fragmentou em vários “behaviorismos” de modo que se tornou

¹² O entendimento da autora sobre o Behaviorismo Radical e a construção desta seção não seriam possíveis sem as inestimáveis conversas, trocas de emails e explicações oferecidas generosamente por Tiago Carlos Zortéa, mestre em Psicologia pela UFES.

apropriado especificar de que tipo de behaviorismo se refere quando esta corrente é mencionada. Mas “quaisquer que sejam suas divergências, todos os behavioristas concordam com as premissas básicas de Watson: é possível criar uma ciência natural do comportamento, e a psicologia pode ser essa ciência” (Baum, 2006, p. 25). O mais conhecido behaviorista pós-Watson é Burrhus Frederic Skinner (1904-1990) que intitulou sua posição teórico-filosófica de *Behaviorismo Radical*, adjetivo este relacionado à busca da raiz do comportamento no processo de suas explicações (Baum, 2006).

Skinner foi influenciado pelo pragmatismo de William James (filósofo que também influenciou a obra vebleniana) e Ernst Mach, e pela teoria da evolução por seleção natural de Charles Darwin. O autor propôs que o objeto de estudo da psicologia deveria ser o comportamento. O comportamento é compreendido como um sistema de interações entre o organismo (indivíduo) e seu contexto, de modo que esta interação produz modificações em ambas as partes (SKINNER, 1978). Uma de suas principais contribuições foi a aplicação e adaptação da teoria de seleção natural darwiniana às explicações da origem e funcionamento do comportamento, processo este denominado por Skinner como “seleção por consequências” (SKINNER, 1981).

Na proposta skinneriana, o homem é compreendido como um organismo que age sobre o ambiente, modifica-o, e ao mesmo tempo é modificado pelas consequências de suas ações (Skinner, 1978). O conceito de ambiente para o Behaviorismo Radical diz respeito “ao conjunto de condições e circunstâncias que afetam o comportar-se, não importando se estas condições estão dentro ou fora da pele” (Smith, 1983). Isto significa que o ambiente é tomado como as condições naturais (meio ambiente) e sociais (relação entre indivíduos) que afetam o comportamento humano e são por ele afetados.

O homem é resultado da herança evolutiva da espécie, das interações com o ambiente e ao mesmo tempo agente que interfere diretamente em suas condições.

Desta forma, uma vez que a concepção de homem é esboçada na relação homem-ambiente (condições naturais e sociais), o comportamento humano não pode ser compreendido em termos individuais, independentemente de sua relação com o ambiente que o cerca. Skinner (1938, apud Dittrich, 2004, p. 65) afirma que “O movimento de um organismo só pode ser definido como comportamento se implica alguma forma de interação com o ambiente”. Micheletto e Sérgio (1993, p.3) corroboram esta afirmação apontando que

O homem constrói o mundo a sua volta, agindo sobre ele e, ao fazê-lo, está também se construindo. Não se absolutiza nem o homem, nem o mundo; nenhum dos elementos da relação tem autonomia. Supera-se, com isto, a concepção de que os fenômenos tenham uma existência por si mesmo, e a noção de uma natureza, humana ou não, estática, já dada. A própria relação não é estática, não supõe meras adições ou subtrações, não supõe uma causalidade mecânica. A cada relação obtém-se, como produto, um ambiente e um homem diferentes.

Dois aspectos convergentes com relação à ontologia do homem podem ser destacados entre o Behaviorismo Radical e a Economia Institucional: a concepção de um homem construído/formado na relação com o ambiente e a característica dinâmica desta relação, na qual tanto o homem quanto o ambiente estão mudando ao longo do tempo.

Por sua vez, o conceito de comportamento emerge da interação do indivíduo com o ambiente: “o que denominamos comportamento evoluiu como um conjunto de funções aprofundando o intercâmbio entre organismo e ambiente” (SKINNER, 2007, p. 129). Andery *et al* (2007, p. 31) ressaltam que o comportamento

[...] é sempre uma relação ou interação entre eventos ambientais (estímulos) e atividades de um organismo (respostas). Nenhum dos dois termos da relação pode sofrer qualquer tipo de restrição metodológica. O termo ambiente envolve estímulos públicos e privados, físicos e sociais, e a atividade do organismo envolve respostas manifestas e encobertas. Além disso, a relação organismo-ambiente envolve desde relações aparentemente simples (por exemplo, o reforçamento de uma resposta específica) até relações obviamente complexas (por exemplo, o intrincado controle de estímulos que caracteriza a solução de problemas, a abstração, ou o autoconhecimento).

A partir dessas afirmações compreende-se que o ambiente diz respeito tanto a aspectos físicos quanto sociais, o que remete ao que Veblen chamou de ambiente humano e não humano. O comportamento pode ser compreendido como aquilo que o indivíduo faz e pensa (respostas manifestas e encobertas) dado a relação estabelecida entre ele e o ambiente. Considera-se que essa relação entre o indivíduo e o ambiente emergiu e se desenvolveu gradualmente através do processo de evolução (ANDERY *et al*, 2007).

Com base nestes argumentos, a teoria Skinneriana critica a visão de outras Escolas da Psicologia segundo as quais a explicação do comportamento humano se dá originalmente por fatores internos ao indivíduo. Do contrário, o Behaviorismo Radical propõe uma explicação causal do comportamento a partir de um processo análogo ao da seleção natural darwiniana. A seleção por consequências (Skinner, 2007) postula que uma variação no comportamento pode produzir uma consequência de valor para o indivíduo. Dado o valor da consequência, tal variação é selecionada fazendo com que o determinado comportamento que produziu a consequência seja repetido e estabelecido. Sobre tal processo, Abib (2008, p. 2 e 3) afirma:

O modelo de seleção por consequências dá origem a novos comportamentos de modo similar àquele [modo pelo qual] o processo de seleção natural dá origem a novas espécies. Uma variação comportamental pode produzir uma consequência de valor para o organismo. Quando isso acontece, a variação é selecionada, podendo-se dizer que há um novo tipo de comportamento no mundo. [...] O modelo de seleção por consequências gera novas 'espécies de comportamentos'.

Skinner busca explicar como se originam, como se alteram e como se mantêm comportamentos a partir dos princípios de variação e seleção da Teoria da Evolução. Ao explicar o comportamento através do modelo de seleção por consequências, o autor elimina da Psicologia as explicações por ele denominadas “mentalistas” que definem a causa do comportamento como tendo origens internas ao organismo. Tal como Darwin retira das ciências biológicas uma entidade criadora no processo de formação e origem das espécies, Skinner destitui da Psicologia as entidades criadoras do comportamento (“mente”, “*self*”, “consciência”, “cérebro”

dentre outros), interpretando os processos internos, denominados “eventos privados” pelo Behaviorismo Radical, também como comportamentos, mas de acesso somente àquele que se comporta (Baum, 2006).

O modelo de seleção por consequências analisa o comportamento a partir de três níveis de seleção, a saber: (1) filogênese: diz respeito aos comportamentos selecionados ao longo da evolução e que são comuns à espécie; (2) ontogênese: nível de seleção dos comportamentos de um indivíduo durante sua história de vida; e (3) cultura: seleção dos comportamentos que beneficiam o grupo e sua sobrevivência. Estes níveis explicam a origem e funcionamento do comportamento humano, sendo este um produto dos três níveis de seleção concomitantemente. Dessa forma, Skinner refuta as explicações simplistas de estímulo-resposta (“ação-reação”) influenciadas pela mecânica clássica do século XIX.

O primeiro nível de análise diz respeito à seleção das características filogenéticas das espécies, ou seja, aquelas características típicas de cada espécie que usualmente são chamadas de inatas. O comportamento também é visto como uma característica de origem filogenética, além das características anatômicas e fisiológicas, e Skinner ressalta que o primeiro nível também selecionou os primeiros tipos de comportamento. Esses comportamentos são identificados como comportamentos respondentes: comportamentos que permitem ao indivíduo reagir a determinado estímulo do ambiente sempre de uma determinada maneira. Este nível selecionou comportamentos como: a) a movimentação com direção específica, que foi possível através do desenvolvimento do “simple movimento” (deslocamento no espaço sem direcionamento pré-determinado); e b) o sentir, sensação em relação ao ambiente que possibilitava o organismo a afastar-se de estímulos prejudiciais e aproximar-se de materiais úteis (Andery *at al*, 2007). No nível 1, é selecionado o funcionamento biológico humano, ou seja, os comportamentos chamados reflexos

ou respondentes, através do processo de seleção natural¹³. Os comportamentos neste nível são selecionados pelo valor da consequência produzida para a sobrevivência e reprodução.

No segundo nível é selecionado o comportamento operante. Consolidada a seleção de comportamentos respondentes, tornou-se possível aos organismos desenvolver comportamentos que não estavam mais restritos às respostas filogeneticamente selecionadas: novas repostas puderam ser produzidas e de modo mais rápido, ou seja, durante o curso da vida do organismo (em contraposição ao comportamento respondente, selecionado em milhares de anos, em termos evolutivos). Os organismos estariam preparados para viver em um ambiente que muda constantemente por estarem aptos a desenvolverem respostas específicas, como afirmam Andery *at al* (2007, p. 39):

Com o surgimento, nas diferentes espécies, de respostas sob controle operante (isto é, sob controle de suas consequências) os indivíduos, membros dessas espécies, passam a estar submetidos a um segundo nível de seleção por consequências: variação e seleção ontogenética, que é o processo que descreve como indivíduos desenvolvem um conjunto específico de respostas e de relações entre respostas e mudanças ambientais.

Os comportamentos operantes, selecionados no nível ontogenético, são aqueles comportamentos que ocorrem no contexto de contingências de reforço (Dittrich, 2004). Uma contingência de reforço se dá pela agregação de três elementos básicos: 1) estímulos discriminativos, que são os eventos que ocorrem no ambiente

¹³ Um exemplo de comportamento respondente seria o comportamento comumente chamado de “medo”, isto é, a ativação do sistema nervoso central mediante contingências de risco ou na presença de predadores, de forma a preparar o organismo para luta ou fuga. Este mecanismo é composto por manifestações como hiperventilação (aumento da frequência respiratória), taquicardia (aumento da frequência cardíaca para a maior circulação e distribuição de oxigênio às células do corpo, propiciando maior produção de ATP – energia), palidez periférica (migração de maior volume de sangue para os músculos), dilatação das pupilas, liberação de sudorese (a fim de manter a estabilidade térmica do organismo prevendo aumento de calor com o gasto de energia na tarefa de sobreviver) e aumento da sensibilidade auditiva. No processo de seleção natural, sobreviveram os indivíduos que apresentaram uma ou mais de tais variações fisiológicas, podendo transmiti-las às gerações descendentes até tornarem-se características comuns em praticamente todos os seres humanos.

físico e social; 2) respostas operantes, que são as ações que o indivíduo emite neste ambiente; e 3) estímulos reforçadores, que são as consequências produzidas pelas respostas operantes do indivíduo no ambiente. Os indivíduos emitem respostas a todo o instante, mesmo não tendo consciência delas. Tais respostas são denominadas “indiferenciadas”. No entanto, quando uma resposta indiferenciada produz consequências reforçadoras, ela adquire o “status” de comportamento operante (ou resposta operante), pois opera sobre o ambiente e produz consequências que retroagem sobre o indivíduo¹⁴.

Conforme esta perspectiva teórica, o comportamento operante é selecionado devido às consequências reforçadoras que ele produz (Dittrich, 2004). Isto significa que um comportamento será mantido se suas consequências aumentarem a probabilidade de ocorrência deste comportamento no futuro quando estiver na presença do mesmo ambiente (estímulos discriminativos) onde tais consequências foram produzidas. Por outro lado, o comportamento terá sua probabilidade de ocorrência reduzida se produzir consequências desfavoráveis a ele (punitivas). Caso o comportamento não produza nenhum tipo de consequência (reforçadoras ou punitivas), ele entrará no processo de extinção operante – o organismo aumentará sua taxa de respostas para produzir o reforçador, mas não obtendo-o, este comportamento terá sua frequência reduzida até a extinção, dentro daquela contingência determinada. Isto não significa, no entanto, que o sujeito não mais emitirá tal resposta extinta. Mas sim, que tal resposta terá sua probabilidade de emissão reduzida quando o indivíduo estiver no contexto em que nenhuma consequência foi produzida.

¹⁴ Um exemplo simples é quando uma criança, na presença de seus pais, emite respostas de choro e estes lhe dão doces. A criança emite respostas indiferenciadas (quaisquer reações – choro, birra, gestos, etc.) e uma delas (o choro) produz uma consequência reforçadora (os pais lhe dão doces). Essa consequência então seleciona (reforça, fortalece) a resposta de choro. A resposta antes indiferenciada passa a ter uma função, adquirindo o status de comportamento operante. Assim, a presença dos pais passa a ser um estímulo que discrimina a possibilidade de obtenção de doces, caso a resposta de choro seja emitida. Uma vez que não é possível conhecer todas as variáveis que influenciam a emissão do comportamento, não se pode afirmar que a resposta operante sempre ocorrerá. Fala-se então que a resposta de choro tem sua “probabilidade” de ocorrência aumentada quando ocorrer o estímulo (presença dos pais).

É possível estabelecer uma comparação entre os conceitos de comportamento operante e hábitos. Para a Economia Institucional, um hábito é uma propensão comportamental adquirida no processo de socialização do indivíduo. Ele é construído a partir da interação dos instintos com as condições ambientais (ambiente humano e não humano) e mudam ao longo da vida como resposta às mudanças ambientais. Analogamente, o Behaviorismo Radical define comportamento operante como um conjunto específico de respostas e de relações entre respostas e mudanças ambientais (Andery et al., 2007) que compõe o repertório comportamental do indivíduo. Desta forma, os dois conceitos indicam que há diferentes possibilidades de se comportar quando ocorrem alterações ambientais e que a resposta a essas mudanças varia de indivíduo para indivíduo. Os hábitos e os comportamentos operantes dependem da história de vida de cada pessoa.

Considerando o valor de sobrevivência das interações sociais para a espécie humana, o comportamento de um indivíduo pode assumir função reforçadora para o comportamento de outro indivíduo. Da mesma forma, respostas operantes de um membro do grupo podem assumir função de estímulo discriminativo que aumente a probabilidade de outro membro emitir determinados comportamentos. Estas inter-relações entre comportamentos possibilitaram o surgimento de novas relações entre o indivíduo e o ambiente. A partir da interação entre indivíduos com comportamentos operantes foi estabelecido o terceiro nível de seleção: o nível cultural. Assim como o comportamento operante, práticas culturais surgem a partir das contingências (relações funcionais entre estímulos discriminativos, estímulos reforçadores e respostas) que afetam o comportamento dos indivíduos. Mas há uma diferenciação entre esses dois conceitos. Não é qualquer comportamento operante que pode ser considerado prática cultural, mas só aquele comportamento que é *reforçado* e *transmitido* (entre geração ou entre grupos de uma mesma geração) pelos membros de certa cultura (DITTRICH, 2004).

Para a Economia Institucionalista, as instituições são hábitos incorporados aos indivíduos e compartilhados socialmente. De forma semelhante, as práticas culturais são conjuntos de comportamentos operantes que são reforçados e transmitidos entre os indivíduos. Tanto práticas culturais quanto instituições referem-se ao comportamento socialmente aceito e preservado em uma comunidade, e estabelecem padrões para a atividade humana no que se refere às relações sociais e à interação do homem com o meio ambiente.

As práticas culturais são constituídas por contingências de reforço entrelaçadas. Tais contingências dizem respeito às inter-relações comportamentais dos indivíduos que, dado a socialização, passam a ter função de ambiente para a ocorrência dos comportamentos de outros indivíduos. O termo contingências entrelaçadas chama atenção para o fato de que, no nível cultural, o comportamento de cada pessoa tem dupla função: o papel de ação e o papel de ambiente comportamental para a ação de outros indivíduos (GLENN, 1991, p. 56 *apud* ANDERY *et al*, 2005, p. 150). Segundo Dittrich (2004), esse tipo de contingência característica do nível de seleção da cultura refere-se a contingências nas quais o indivíduo não apenas se comporta, mas ao fazê-lo, cria variáveis ambientais que participam do controle do comportamento de outros indivíduos. Isto significa que as ações dos indivíduos têm efeito sobre o comportamento do grupo, influenciando suas práticas culturais. O entrelaçamento das contingências de reforço remete à propriedade que as instituições apresentam de ordenar expectativas e ações e moldar preferências sociais, ou seja, seu papel constitutivo nas relações sociais. Em relação ao estabelecimento das práticas culturais, Skinner (2007, p. 131) afirma que

O processo presumivelmente se inicia no nível do indivíduo. Uma melhor maneira de fabricar uma ferramenta, de produzir alimentos ou de ensinar a uma criança é reforçada por suas consequências – respectivamente, a ferramenta, os alimentos ou um ajudante útil. A cultura evolui quando práticas que se originam dessa maneira contribuem para o sucesso de um grupo praticante em solucionar os seus problemas. É o efeito sobre o grupo e não as consequências reforçadoras para seus membros, o responsável pela evolução da cultura.

As práticas culturais produzem consequências favoráveis não apenas para o indivíduo, mas também para o grupo. Assim, quando outras pessoas do grupo emitem os mesmos comportamentos seja por modelação (imitação), ou por instrução (comportamento verbal - por exemplo, educação e escolarização), tem-se então a transmissão desta prática cultural. Este nível de seleção tornou “possível para os indivíduos de um grupo aprender pela experiência do outro, produzir e acumular conhecimentos e experiências, organizar e difundir estilos e formas de vida e organização” (ANDERY *at al*, 2007, p. 40).

Dittrich (2004) afirma que as práticas culturais são constituídas por comportamentos operantes e por isso são controladas pelas contingências de reforço (contingências do nível 2). Ou seja, os comportamentos que constituem as práticas culturais são resultado da reprodução e variação que ocorrem no âmbito do nível de seleção ontogenética, o que significa que a manutenção de tais comportamentos está relacionada às contingências que operam especificamente sobre o indivíduo.

Entretanto, a seleção desses comportamentos operantes, de forma que venham a se tornar práticas culturais, ocorre devido às contingências de sobrevivência das práticas culturais entre gerações. Sendo assim, ainda que as contingências de reforço do comportamento operante sejam necessárias para a ocorrência de evolução da cultura, é o efeito sobre o grupo que seleciona as práticas culturais que serão adotadas e transmitidas. A evolução da cultura necessita que primeiramente o comportamento seja incorporado ao indivíduo, pois a seleção no nível cultural só atua sobre comportamentos que já existem no repertório comportamental. A partir de então, comportamentos que foram incorporados e que ao longo do tempo alcançam valor de sobrevivência, ou seja, se mostram úteis para a sobrevivência da cultura, são transmitidos a outros membros do grupo e a outras gerações. Assim, os comportamentos incorporados se tornam compartilhados¹⁵.

¹⁵ Considere como exemplo de prática cultural a “educação no trânsito”. Comportamentos como respeito às leis de trânsito favorecem o bem da cultura (pois reduzem o número de acidentes, por exemplo) e só podem ser mantidos (só passam a ser incorporados ao indivíduo) através da

O efeito sobre o grupo a que Skinner se refere são os efeitos de longo prazo das práticas culturais sobre as possibilidades de sobrevivência de certa cultura (DITTRICH, 2004). Aqueles comportamentos operantes que ao longo das gerações contribuem para a sobrevivência da cultura, o que em última análise significa dizer que contribuem para a sobrevivência dos indivíduos e para a transmissão da cultura, são os comportamentos selecionados como práticas culturais.

Os comportamentos são selecionados de acordo com estes três níveis dado o valor da consequência produzida. Os três níveis de seleção não atuam de forma isolada, mas coexistem na seleção do comportamento (a divisão é somente didática). Conforme afirma Skinner (2007, p. 131),

o comportamento humano é o produto de a) contingências de sobrevivência responsáveis pela seleção natural das espécies, e b) contingências de reforçamento responsáveis pelos repertórios adquiridos por seus membros, incluindo c) contingências especiais mantidas por um ambiente cultural evoluído.

Enquanto Veblen analisa o esquema institucional com foco em como os homens lidam com os meios materiais de vida para suprirem suas necessidades, o Behaviorismo Radical preocupa-se com os comportamentos humanos e suas consequências para a sobrevivência do indivíduo e da cultura. De certa forma, a análise recai sobre o mesmo ponto: a interação entre indivíduo e ambiente (natural e social) que possibilita a manutenção da vida.

A explicação do surgimento de novos comportamentos encontra-se nas relações que existem entre o indivíduo e seu contexto, sendo que as consequências produzidas pelas variações de respostas do sujeito passarão então a *selecionar* e *manter* tais variações, compondo assim um novo comportamento, isto é, uma nova forma de

administração de consequências em nível ontogenético (individual), como muitas, perda de pontos na habilitação, apreensão do veículo, etc. Entretanto, o comportamento referente ao respeito às leis de trânsito só se tornará uma prática cultural (comportamentos compartilhados) se ao longo do tempo contribuir para o bem da cultura, isto quer dizer, contribuir para a sobrevivência dos indivíduos e for transmitido entre eles.

interagir. O comportamento do indivíduo depende da sua relação com um ambiente suscetível a mudanças (SKINNER, 2007).

Neste ponto aparece a indagação em relação à origem das variações antecedentes à seleção. Skinner aponta que tais variações surgem em virtude do arranjo acidental e deliberado de contingências ambientais (contingência refere-se a um arranjo temporal no qual um evento é consistentemente seguido por outro, e há entre eles uma relação funcional). Na biologia, a origem das moléculas mais complexas, das variações características da vida, se deve ao arranjo acidental de moléculas mais simples. Os desenvolvimentos do Neodarwinismo mostraram que o arranjo acidental de genes deu origem às variações fenotípicas dos organismos (ABIB, 2008). Analogamente, parte das variações no comportamento ocorre pelo arranjo acidental das condições ambientais. Skinner também reconhece que, assim como cientistas inventam novas moléculas, as variações do comportamento podem ser geradas de forma intencional pela ação deliberada do homem sobre as condições ambientais. E, portanto, “o arranjo deliberado de contingências ambientais pode gerar comportamentos novos que provavelmente também não ocorreriam por acidente” (ABIB, 2008, p. 3). Esta afirmação remete à caracterização do homem enquanto agente capaz de deliberar e modificar seus modos de atuação e seus hábitos, como defendido pela Economia Institucional.

Em decorrência do fato de que as variações passíveis de seleção podem ser geradas de forma intencional, o Behaviorismo Radical defende que é possível moldar o comportamento dos indivíduos através do planejamento da cultura. Skinner (1983, p. 103) afirma que “o núcleo essencial da cultura consiste nas ideias tradicionais historicamente derivadas e selecionadas” e ainda que “o ambiente social é o que chamamos de cultura. Dá forma e preserva o comportamento dos que nele vivem” (SKINNER, 1983, p. 115). É nítida a convergência entre o conceito Behaviorista Radical de cultura e o conceito Institucionalista de esquema de instituições enquanto elementos ordenadores das ações humanas.

Skinner (1983) ressalta que os indivíduos precisam lidar tanto com mudanças no meio físico, tais como mudanças climáticas e escassez de recursos naturais, quanto com mudanças no meio social, à medida que se alteram as dimensões do grupo ou que “as instituições de controle se tornam mais ou menos poderosas”. As práticas culturais são os meios através dos quais enfrentam-se essas mudanças posto que são “instrumentos mutáveis e provisórios a serviço da sobrevivência das culturas” (DITTRICH, 2008, 255).

Abib (2008) considera que o planejamento de práticas culturais pode oferecer às comunidades novas formas de lidar com práticas consideradas nocivas à sobrevivência cultural. Essas variações de práticas serão submetidas ao processo de seleção, podendo ser selecionadas ou não. O planejamento da cultura deve atuar sobre as contingências de reforçamento, isto é, sobre o indivíduo, porque seu comportamento não é originalmente direcionado para promover o bem da cultura, mas é influenciado pelas contingências de reforço (DITTRICH, 2004). O planejamento cultural definido por Skinner refere-se ao “controle de práticas culturais (através das contingências de reforços que as integram) em função de seu possível valor de sobrevivência” (DITTRICH, 2004, p. 230).

Após a apresentação do modelo de seleção por consequências e o exame da semelhança de conceitos apresentados pelo Behaviorismo Radical e a Economia Institucional, retorna-se as duas questões levantadas na seção anterior: como um hábito se torna incorporado e como passa a ser compartilhado socialmente? A incorporação de um hábito por determinado indivíduo acontece quando ele se comporta de forma correlata a esse hábito e quando esse comportamento gera uma consequência reforçadora, ou seja, o comportamento foi favorável ao indivíduo gerando assim o estímulo de repetição. A repetição do comportamento é determinada pela consequência reforçadora que ele produz sobre o indivíduo. E enquanto houver reforçadores o comportamento será mantido. Dado esse estímulo, o comportamento é repetido de forma a se tornar um hábito de pensamento.

O que determina a frequência de uma prática cultural são as contingências de reforço planejadas e mantidas por certa cultura e as consequências desta prática para a sua sobrevivência futura (sobrevivência da cultura). A continuidade da prática cultural enquanto tal depende de sua transmissão. A transmissão ocorre quando os membros da cultura são ensinados a se comportar de acordo com a prática e são ensinados a ensinar a prática (DITTRICH, 2004). Então, o que faz uma prática cultural (instituição) ser *compartilhada* (ou seja, que haja mais indivíduos atuando de acordo com determinado hábito) são as contingências de reforço que a mantém e o fato de ela ser transmitida aos membros do grupo. Sendo assim tanto as contingências de reforço quanto as contingências de sobrevivência da cultura são responsáveis por tornar comportamentos operantes em práticas culturais e por analogia, tornar hábitos em instituições.

Um hábito se torna instituição porque 1) foi instituído como hábito pela repetição do comportamento em decorrência do reforço e porque 2) apresenta efeitos de longo prazo sobre as possibilidades de sobrevivência da cultura (sobrevivência dos indivíduos e transmissão da prática). Portanto, os hábitos passam a ser compartilhados pelo efeito constitutivo que têm sobre o comportamento do grupo.

3.4 Considerações finais

O processo de mudança institucional é um processo cumulativo em que coexistem hábitos de pensamentos “antigos” e “novos”, e no qual a explicação causal encontra-se no elemento humano. O instinto para o artesanato, a curiosidade desinteressada assim como a capacidade que o homem adquiriu de avaliar seus hábitos de pensamento, comportamentos e o ambiente à sua volta, permitem que ele seja agente ativo no processo de mudança institucional. Ressalta-se que nem toda mudança é intencional, entretanto, em última análise, surgiu da capacidade do homem em alterar seu comportamento e assim alterar suas atitudes mentais.

O processo de habituação requer o entendimento de como um comportamento emerge e se torna repetido, e foi indicado por Hodgson como um ponto relevante na agenda de pesquisa da Economia Institucional. Neste capítulo, buscou-se oferecer uma resposta a esta questão a partir do modelo de seleção por consequências proposto pelo Behaviorismo Radical. Através deste modelo, foi possível afirmar que um comportamento é repetido e mantido quando produz uma consequência reforçadora sobre o indivíduo. Dado a produção dessa consequência, a variação do hábito é selecionada fazendo com que o determinado comportamento que produziu a consequência seja repetido e estabelecido. Assim responde-se a questão de como os hábitos são incorporados. A resposta a respeito de como um hábito de pensamento passa a ser compartilhado socialmente, de maneira a se tornar uma instituição, foi dada através da compreensão do efeito das consequências de reforço e das consequências das práticas culturais para a sobrevivência da cultura. A seleção das práticas culturais, conceito análogo ao de instituições, permite subsidiar o entendimento do processo pelo qual um hábito se converte em instituição.

As análises vebleniana e behaviorista radical tomam como ponto de partida para a formação do comportamento humano o contato e a interação entre o homem o meio ambiente e com seus pares. A forma como o homem se relacionou com o ambiente moldou sua constituição cultural. Uma vez que a cultura foi estabelecida ela concorre para moldar o homem e assim pode-se afirmar que a causalidade passa a ser de ambos os lados.

Este capítulo tratou do processo de mudança institucional visando construir a base teórica necessária para relacionar desenvolvimento e instituições no contexto histórico do século XXI, que inclui questões relacionadas à sustentabilidade. Antes de tratar especificamente do desenvolvimento sustentável, é relevante examinar o conceito de desenvolvimento em sua origem – a Economia do Desenvolvimento estabelecida no período pós Segunda Guerra. Será empreendida uma leitura institucionalista da teoria dos autores clássicos do desenvolvimento a fim de

perceber e exemplificar como as instituições se relacionam com o desenvolvimento. A discussão apresentada no capítulo a seguir permitirá compreender o papel das instituições e seu caráter de mudança sob uma perspectiva econômica.

4. CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO SOB UMA PERSPECTIVA INSTITUCIONALISTA

Após a apresentação dos fundamentos da Economia Institucional e da discussão a respeito do processo de mudança institucional realizados nos capítulos anteriores, o presente capítulo investiga, sob uma perspectiva institucionalista, a relação entre desenvolvimento e instituições na teoria de autores da Economia do Desenvolvimento. Os autores selecionados não pertencem formalmente à escola institucionalista, mas sua perspectiva teórica permite traçar esse paralelo. O objetivo é apreender de sua análise como as instituições influenciam o processo de crescimento/desenvolvimento e investigar se abordam a questão da necessidade de mudança institucional. Dessa forma, este capítulo irá contribuir para a dissertação ao apresentar e avaliar os conceitos de desenvolvimento e apresentar a relação entre desenvolvimento e instituições.

A literatura econômica que procurou tratar do crescimento/desenvolvimento no século XX é extremamente vasta, incluindo modelos de inspiração keynesiana (como o modelo Harrod-Domar), modelos neoclássicos (como os modelos de Solow e Romer), a teoria schumpeteriana, dentre outros. Entretanto, esta dissertação está focada na análise de determinados autores clássicos da Economia do Desenvolvimento que se dedicaram a investigar especificamente as razões pelas quais alguns países não conseguiam crescer, por que havia tanta desigualdade entre as nações, e como países mais pobres poderiam atingir maiores níveis de crescimento e melhores condições de vida. Uma vez que esta literatura é extensa, foge aos objetivos do capítulo resenhar todas as análises dessa vertente. Por isso, escolheu-se examinar a contribuição dos autores pioneiros da Economia do Desenvolvimento em virtude da originalidade e robustez de sua análise do desenvolvimento no arcabouço heterodoxo, bem como da proximidade destas

abordagens com os princípios institucionalistas apresentados nos capítulos anteriores.

Para cumprir os objetivos estabelecidos, este capítulo foi dividido em 5 seções. Após esta introdução, a seção 4.1 apresenta um breve histórico das condições nas quais a Economia do Desenvolvimento surgiu enquanto vertente na literatura econômica. A seção 4.2 apresenta e analisa a teoria do desenvolvimento de um grupo de autores da Economia do Desenvolvimento. A seção 4.3 apresentará a relação entre desenvolvimento e instituições com base no que foi apresentado neste e nos capítulos anteriores. O capítulo encerra-se com as conclusões.

4.1 Uma breve exposição do contexto histórico-econômico à época do surgimento da Economia do Desenvolvimento

A teoria do desenvolvimento foi constituída como campo específico dentro da teoria econômica a partir da década de 1950 (AGARWALA e SINGH, 2010). Nesta década, a disparidade econômica entre os países estava patente: alguns países apresentavam alto nível de renda *per capita* enquanto outros permaneciam com baixa acumulação de capital e baixo nível de renda. Essa disparidade de acumulação de recursos e crescimento entre as nações fez surgir a preocupação de analisar os fatores responsáveis pelo desenvolvimento de algumas nações, assim como os fatores que mantinham economias atrasadas. Uma série de fatores sociais, econômicos e políticos foi responsável pelo reavivamento do interesse teórico relacionado à produção e sua distribuição no sistema econômico.

Os autores que se dedicaram a estudar o desenvolvimento econômico do século XX resgatam dos clássicos a preocupação com a relação entre excedente econômico, acumulação de capital e crescimento estabelecendo uma alternativa à abordagem convencional focada na alocação de recursos (AGARWALA e SINGH, 2010).

Bresser-Pereira (1995) aponta que a teoria do desenvolvimento econômico surgiu no final da década de 1940 como uma crítica fundamental à economia neoclássica. Enquanto Keynes na década de 1930 tinha criticado a perspectiva de curto prazo e ciclo econômico da referida corrente, os autores da economia do desenvolvimento fizeram uma crítica complementar em relação aos aspectos de longo prazo. A nova teoria tinha por objetivos básicos: 1) legitimar o processo de industrialização; 2) elevar a capacidade de poupança e investimento dos países subdesenvolvidos; e 3) promover a decolagem para o crescimento sustentado (BRESSER-PEREIRA, 1995). De forma geral, os autores tratavam o desenvolvimento como crescimento da renda *per capita*, embora na análise de alguns ficasse claro que para alcançar maiores níveis de renda seriam necessárias algumas mudanças institucionais.

Agarwala e Singh apontam alguns fatores que influenciaram o pensamento econômico sobre desenvolvimento a partir da década de 1950. De acordo com eles, a teoria do desenvolvimento, como os demais avanços na ciência econômica “é fruto de seu tempo, das condições sociais e ideológicas que marcam tanto o seu nascimento quanto a forma geral que assume” (AGARWALA e SINGH, 2010, p. 8). Um primeiro fator importante que influenciou a literatura econômica sobre desenvolvimento nesta época foi o fim do liberalismo econômico após o início da Primeira Guerra Mundial. A força econômica, financeira e política da Inglaterra foi erodida com a ascensão de duas novas potências no contexto mundial – os Estados Unidos e a Alemanha – e com elas um padrão econômico e político diferente. No período que se seguiu à guerra, a organização política dos países em blocos e as políticas intervencionistas dos governos tiveram grande influência sobre o fim do *laissez-faire*.

Outro fator importante foi o processo de industrialização pelo qual passava a ex-União Soviética enquanto o mundo capitalista vivia as dificuldades da Grande Depressão. Sob um padrão intervencionista e através do planejamento econômico, o governo soviético desencadeou em pouco tempo uma industrialização intensa e com

baixa utilização de recursos do exterior, chegando a atingir uma situação de pleno emprego. O padrão de intervenção pública na economia tornou-se política comum na maioria dos países durante a Segunda Guerra Mundial, situação na qual as economias adotaram um alto grau de intervencionismo a fim de suprir suas necessidades tanto internas como externas (enfrentamento da guerra).

Conforme Seers (1979), a guerra mudou a forma como eram percebidos os problemas econômicos. A principal questão econômica no período inter-guerras era a flutuação comercial, e os economistas então estavam preocupados com a estabilidade econômica. Entretanto, com o fim da guerra emergiu a necessidade de reconstruir as nações arrasadas e dar novo fôlego às relações de comércio internacional. Assim, a busca por estabilização deu lugar a uma perspectiva de crescimento e expansão como objetivo central da economia.

A descolonização ocorrida na Ásia e na África foi um fator geopolítico importante para o surgimento de teorias do desenvolvimento. As antigas colônias precisavam de políticas específicas, diferentes daquelas que foram configuradas para os países do norte. Essas novas teorias deveriam lidar, por exemplo, com a baixa acumulação de capital e com a numerosa oferta de mão de obra pouco capacitada. Os pesquisadores voltaram-se então para a investigação das condições e motivos do subdesenvolvimento e para a proposição de medidas que pudessem ajudar a alavancar o crescimento econômico nestas regiões.

A constatação do crescimento intensivo e desigual da renda *per capita* entre vários países do mundo no século XIX foi outro fator que contribuiu para enfraquecer as políticas de cunho liberal. Segundo Maddison (2001, *apud* AGARWALA E SINGH, 2010, p.12) no período de 1820 a 1998 a população cresceu 5,6 vezes enquanto a renda *per capita* cresceu 8,5 vezes. Entretanto, esse crescimento foi desigual entre os países, distanciando grandemente o padrão de vida entre os países desenvolvidos e os países pobres. Conclui-se que o conjunto dos fatores

apresentados acima contribuiu para confrontar o conjunto teórico liberal e ao mesmo tempo fez surgir a necessidade de teorias capazes de lidar com circunstâncias econômicas e políticas que se estabeleceram no pós-guerra.

É possível distinguir diferentes grupos de autores que se propuseram a estudar o crescimento no período pós-guerra: aqueles que se propuseram a encontrar um modelo geral que pudesse explicar os fundamentos básicos do crescimento para os países; e aqueles que reconhecerem que o crescimento é um processo específico em cada país e assim tentaram apontar fatores imperativos econômicos ou “não-econômicos” que influenciariam o processo. Alguns modelos foram construídos considerando um arcabouço matemático como melhor aproximação ao tema do crescimento. Tais modelos não se propunham a considerar e avaliar fatores sociais e culturais mas buscavam um modelo que pudesse amplamente aplicado através do qual os países pudessem alcançar o crescimento independentemente das diferenças existentes entre eles. Havia um “passo-a-passo” comum a todos e que era considerado eficaz em todos os casos.

Os desenvolvimentos teóricos e estatísticos na análise econômica possibilitaram a construção de modelos de crescimento, como por exemplo, o modelo Harrod-Domar, que relacionava o crescimento à taxa de poupança e à relação capital/produto permitindo estimar o nível de investimento necessário para atingir uma determinada taxa de crescimento. Solow também apresenta um modelo de crescimento, no qual relaciona crescimento populacional, investimento e tecnologia. Conforme Seers (1979), tais modelos foram projetados para ajustar estruturas contábeis e conceitos de renda e investimento concebidos para os países industrializados e, portanto, não se ajustavam à realidade dos países subdesenvolvidos e não eram capazes de lidar com importantes questões como o desemprego e a fome.

O desenvolvimento econômico tornou-se cada vez mais identificado com o crescimento econômico medido pela renda nacional. A elevação da renda *per capita*

era vista como a condição para a criação do estado de bem-estar social com alto nível de emprego e para a construção da democracia. Seers (1979) aponta que a despeito das diferentes visões acerca do melhor modo de obter capital, e em que medida deveriam ser permitidas as forças de mercado, havia um consenso de que um alto nível de renda era o objetivo do desenvolvimento e o investimento em capital era o meio para alcançá-lo.

Veiga (2010) afirma que até o início dos anos 1960 não se sentia necessidade de fazer distinção entre crescimento e desenvolvimento na teoria econômica, pois as poucas nações desenvolvidas eram também aquelas que haviam se tornado ricas pela industrialização e as nações onde o processo de industrialização era incipiente eram pobres. Entretanto, as evidências que surgiram na década de 1950 modificaram este quadro. Diversos países semi-industrializados com intenso crescimento econômico não conseguiram alcançar melhorias significativas nas condições de vida da população, como maior acesso a bens materiais e culturais, e acesso à educação e saúde.

Juntamente com o avanço do *mainstream* em relação aos modelos de crescimento, outras teorias se desenvolviam. Apesar de focarem o crescimento da renda *per capita* como finalidade do desenvolvimento, tais teorias tratavam-no numa perspectiva mais ampla, considerando a necessidade de planejamento econômico e a existência de diferenças culturais e históricas que tornavam a utilização dos modelos de crescimento ineficazes nas economias subdesenvolvidas. As análises deste conjunto de cunho heterodoxo constituíram o que se convencional chamar de Economia do Desenvolvimento (ou Teoria do Desenvolvimento Econômico). Dentre os muitos economistas desta vertente, escolheu-se apresentar as contribuições dos seguinte autores: Simon Kuznets (1901-1985); Paul Rosenstein-Rodan (1902-1985); Ragnar Nurkse (1907-1959); Charles Kindleberger (1910-2003); William Arthur Lewis (1915-1991); e Celso Furtado (1920-2004); Amartya Sen (1933 -).

4.2 Uma análise institucionalista da concepção de desenvolvimento econômico a partir de autores selecionados

4.2.1. Paul Rosenstein-Rodan

Rosenstein-Rodan foi um dos primeiros autores da Economia do Desenvolvimento. Seu artigo “Problems of Industrialization of Eastern and South Eastern Europe”, de 1943, foi o documento base para as discussões do grupo formado pelo autor e por outros economistas que entre 1942 e 1945 para discutir os problemas dos países subdesenvolvidos. Baseando-se na hipótese de que a demanda cresce simultaneamente com a expansão da oferta, Rosenstein-Rodan propôs que as economias da Europa oriental deveriam investir em uma gama variada de indústrias complementares, promovendo um grande impulso (*Big Push*) na economia de maneira que os novos trabalhadores constituíssem o mercado para a nova oferta. Para o autor, o desenvolvimento resulta do aumento e da distribuição mais equitativa da renda. A industrialização teria papel crucial no desenvolvimento econômico pois “it is *the way of achieving a more equal distribution of income between different areas of the world by raising incomes in depressed areas at a higher rate than in the rich areas*” (ROSENSTEIN-RODAN, 1943, p. 202, grifo do autor)¹⁶.

O autor destaca que a industrialização em áreas deprimidas, quando feita de forma descentralizada, ocorre mais lentamente e com menor taxa de investimento, ocasionando menor nível de renda. Com vistas a promover o crescimento dessas áreas, Rosenstein-Rodan (1943) advoga a necessidade de planejamento dos investimentos direcionados à implantação de indústrias complementares nos países da Europa Oriental. A implantação desse conjunto de indústrias necessitaria anteriormente de investimentos na capacitação da mão de obra e na construção de infraestrutura básica do país.

¹⁶ Artigo originalmente publicado no *The Economic Journal*, jun.-set. 1943.

Mas o *Big Push* proposto por Rodan enfrentava uma restrição institucional fundamental: as organizações existentes no mercado internacional para investir ou conceder crédito eram direcionadas a empresas individuais, dificultando o investimento em países subdesenvolvidos pelo fato de empreendimentos isolados não apresentarem a lucratividade que incentive o investimento. Importantes investimentos como uma companhia de energia elétrica, poderiam não ser lucrativos individualmente, mas poderiam ser responsáveis por abrir novas oportunidades de investimentos e lucros de forma a dinamizar a região. O planejamento do crescimento equilibrado através do estabelecimento de um conjunto de indústrias complementares (que tem ainda a vantagem de promover economias externas) era uma forma de aumentar a renda *per capita* sem que o país ficasse refém da iniciativa privada para investir.

A fim de solucionar o entrave institucional da oferta de crédito para o processo de industrialização nos países da Europa Oriental, Rosenstein-Rodan propõe a combinação de investimento planejado e de investimento externo. A industrialização dependeria da formação de um truste composto pelas indústrias criadas nos países do leste e sudeste europeu que financiasse 50% dos investimentos com capital oriundo da região. Os outros 50% seriam aportados através de investimento externo. Neste novo arranjo institucional proposto pelo autor, os países devedores e credores atuariam como se fossem sócios de uma empresa comercial e compartilhariam o objetivo de estruturar a indústria na Europa Oriental.

A necessidade da formação do truste advém da realidade de que as instituições financeiras nacionais e internacionais da época não tinham incentivos para financiar investimentos lucrativos do ponto de vista do “produto marginal líquido social”, mas que não fossem lucrativos em termo de “produto marginal líquido privado”. A industrialização se tornaria viável a partir do esforço conjunto e direcionado do governo e empresários e não da alocação ótima do capital a partir da livre iniciativa privada. Essa mudança da concepção de que o investimento privado daria conta de

distribuir os capitais entre os países para a concepção da necessidade de um planejamento econômico centralizado em regiões deprimidas constitui claramente um caso onde a mudança institucional seria necessária a fim de efetivar a estratégia de crescimento.

Após quatro décadas de estudos sobre desenvolvimento econômico, Rosenstein-Rodan (1984) afirma que a teoria econômica pode determinar as condições necessárias, embora não suficientes para o crescimento. O autor indica que, além dos fatores estritamente econômicos, fatores não econômicos devem ser considerados porque “data must, however, cover not only available material and human resources, technological possibilities, and psychological preferences but also *attitudes of mind* and the *ability to change them*” (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p. 220, grifo nosso). Embora reconheça a importância das “atitudes da mente” em influenciar o processo de crescimento assim como a importância da capacidade de mudar tais atitudes, Rodan não detalha esta questão. Segundo ele, essas atitudes são em grande parte desconhecidas, são dados não disponíveis. Apesar do autor não entrar em detalhes, é interessante perceber que ele dá ênfase nos fatores não econômicos e afirma que “atitudes da mente” influenciam o processo de crescimento assim como sua mudança. Estas atitudes da mente, que o autor também chama de atitudes sociais, são o objeto de estudo da Economia Institucional. São aqueles elementos que, embora não podem ser quantificados, são extremamente importantes na análise econômica e em particular, na análise do desenvolvimento.

Rodan afirma ainda que o problema econômico possui uma multiplicidade de *meios* e uma multiplicidade de *fins*. Em relação ao desenvolvimento, os diversos objetivos (fins) estariam relacionados a uma função de bem-estar social: “the different aims - growth, employment, better income distribution – were at once emphasized; growth was only a *means* to achieve the other *ends*, since it is easier to reshuffle a growing than a stagnant income” (ROSENSTEIN-RODAN, 1984, p. 220, grifo nosso).

Portanto, o crescimento não é visto simplesmente como o alvo que deve ser perseguido, mas sim um dos meios para alcançar o bem-estar social.

4.2.2. Ragnar Nurkse

Assim como Rosenstein-Rodan, Nurkse considera a industrialização um fator fundamental na teoria do desenvolvimento. A formação de capital em países subdesenvolvidos apresenta problemas a serem superados tanto pelo lado da demanda – poupança interna insuficiente e mercado restrito – quanto pelo lado da oferta – o chamado “efeito demonstração” dos padrões de consumo. O subdesenvolvimento seria causado pela falta de recursos para investimentos como pode ser percebido pela declaração do autor no início de seu artigo de 1953: “Um país pobre é pobre porque é pobre. A afirmação parece um lugar-comum, mas expressa as relações circulares que afligem tanto a demanda quanto a oferta no problema da formação de capital nas áreas economicamente atrasadas” (NURKSE¹⁷, 2010).

Para superar o subdesenvolvimento e garantir melhor nível de vida a seus cidadãos, países pobres deveriam passar pelo processo de industrialização e elevação do nível de produtividade, o que resultaria em aumento da renda e por consequência melhorias no padrão de vida. Entretanto, em um país subdesenvolvido, a dimensão do mercado não incentiva investimentos e não há poupança interna que possibilite a acumulação de capitais. Para gerar a dinâmica interna necessária, Nurkse defendia o investimento em indústrias complementares que, em conjunto, ampliassem o mercado interno e garantissem a acumulação de capital. O autor ressalta que a Lei de Say não é válida para uma indústria isoladamente, ou seja, cada indústria não é capaz de criar sua própria demanda, pois “uma vez que as necessidades humanas são diversas, as pessoas ocupadas na nova indústria não desejarão gastar toda a

¹⁷ Artigo originalmente publicado em *The American Economic Review*, em maio de 1953.

sua renda em seus próprios produtos” (NURKSE, 2010, p. 277). Entretanto, um conjunto de indústrias direcionadas ao consumo interno teria a capacidade de gerar sua demanda e ampliar o mercado tornando possível a acumulação de capital.

Nurkse ressalta que o investimento privado internacional norteia-se pelo impulso da demanda: o capital só irá migrar para um país onde seja escasso em relação a outros recursos (como terra e mão de obra) se houver demanda de mercado para tal investimento no determinado país. Mas nas áreas pobres, a demanda não constitui incentivo suficiente para um grande volume de investimentos. Sendo assim, o rendimento elevado do capital em ambiente onde ele é escasso está condicionado ao investimento simultâneo em indústrias complementares e investimentos em serviços públicos, que gerariam a demanda para os novos produtos e aumentariam a produtividade em diferentes setores, respectivamente. O crescimento equilibrado defendido pelo autor cria a demanda de que o capital necessita na medida em que vários empreendimentos são realizados de forma complementar visando a ampliação do mercado interno e dinamização da economia. Uma vez que também reconhece a externalidade positiva de um conjunto planejado de investimentos sobre o crescimento, a perspectiva de Nurkse está em clara concordância teórica entre com Rosenstein-Rodan.

Nurkse explica que a poupança não depende somente do nível de renda absoluto, mas também do nível de renda relativa. A explicação se dá através da observação de que as crescentes diferenças no padrão de vida entre os países e o conhecimento dos padrões de vida mais elevados fariam crescer a propensão geral ao consumo, o que teria impacto negativo sobre a poupança nos países mais pobres. Citando a hipótese de Duesenberry, o autor argumenta que as funções de consumo individuais não são independentes, mas relacionam-se entre si e que esta interdependência entre as preferências dos consumidores afeta o consumo e a poupança. O exemplo que embasa esta afirmação é a constatação de que 75% das famílias norte americanas não poupam, não porque são demasiadamente pobres ou

porque não queiram poupar, mas pelo fato de que “vivem num ambiente que as leva a necessitar cada vez mais de novos bens de consumo” (NURKSE, 2010, p. 284). Este é o efeito demonstração dos padrões de consumo apresentado por Duesenberry: os indivíduos tendem a ter sua propensão de consumo elevada devido ao contato com bens ou padrões de gastos superiores. Esse acréscimo de consumo estaria relacionado a bens de subsistência, produzidos no país, mas também a bens de luxo ou semi-luxo, os quais seriam importados.

Para solucionar o problema do subdesenvolvimento, Nurkse afirma que as restrições às importações como medida para fazer surgir poupança forçada só atacam a superfície do problema, pois o efeito demonstração não se refere somente a propensão ao consumo de bens importados, mas influencia a propensão ao consumo em geral. A transferência de renda internacional também seria inócua uma vez que seria utilizada para satisfazer a maior propensão ao consumo. Nurkse defende que os países desenvolvidos controlem sua propensão ao consumo de bens importados e que através de esforços no campo das finanças públicas o país consiga extrair poupança da renda nacional. De acordo com ele, a formação de capital não é possível sem medidas que priorizem a poupança doméstica através de políticas fiscais e monetárias uma vez que “a tarefa não é extrair mais bens de capital do comércio externo, mas extrair mais poupança da renda nacional” (NURKSE, 2010, p. 291).

Nurkse utiliza os termos crescimento e desenvolvimento de forma intercambiável, considerando como objetivo econômico o crescimento da renda e assim melhoria nas condições de vida da população dos países subdesenvolvidos. O meio de alcançar esse crescimento seria a industrialização, que diversificaria a demanda e daria dinamismo à economia. Assim como Rosenstein-Rodan, Nurkse propõe que os países subdesenvolvidos gerem um impulso interno através do investimento em indústrias complementares geradoras de economias externas.

Em um artigo publicado em 1951 na Revista Brasileira de Economia, Nurkse afirma que a essência do progresso econômico é o aumento do estoque de bens de capital de forma a tornar possível um aumento da produção de bens de consumo no futuro. A formação de capital desempenha papel fundamental no desenvolvimento, embora não seja o único fator determinante do processo. O autor considera a importância de fatores não econômicos ao afirmar que

As áreas "subdesenvolvidas", em comparação com as adiantadas, são insuficientemente equipadas de capital em relação à sua população e recursos naturais. Mas, devemos ter presente no nosso espírito que isso não é tudo. O desenvolvimento econômico é estreitamente ligado a aptidões humanas, atitudes sociais, condições políticas e acontecimentos históricos. A formação de capitais é uma parte importante, mas não o problema todo (NURKSE, 1951, p. 11).

Nurkse reconhece que aptidões humanas e atitudes sociais também têm papel relevante no processo de desenvolvimento. Por exemplo, a capacidade de empreendimento e espírito de iniciativa são atitudes consideradas importantes para alcançar o desenvolvimento¹⁸ (NURKSE, 1953). Entretanto, ele afirma que a investigação econômica tem por foco solucionar a debilidade de investimento em países com baixa renda real, e que a análise de fatores não econômicos deve ser deixada aos sociólogos. Enquanto Rodan reconhece que os fatores não econômicos são dados não disponíveis para análise (dentro de sua matriz teórica), Nurkse é mais decisivo em afirmar que tais fatores não poderiam ser tratados dentro da teoria econômica.

Há que se reconhecer que o instrumental teórico de tais autores não permitiam incluir na análise econômica do desenvolvimento as questões relacionadas aos fatores não econômicos. Entretanto, é interessante perceber que Rodan e Nurkse apontaram que o desenvolvimento envolve causas além daquelas chamadas comumente de "econômicas". Como será apresentado a seguir, Lewis incluiu os fatores não econômicos na análise.

¹⁸ O autor faz referência à teoria de desenvolvimento schumpeteriana, na qual o empreendedor desempenha papel crucial no processo de expansão econômica.

4.2.3 Arthur Lewis

Lewis, em seu conhecido artigo “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra”, de 1954, desenvolve um modelo de crescimento econômico tendo como base a economia clássica (de Smith à Marx). Sua intenção é atualizar a análise clássica considerando os conhecimentos modernos e verificar em que medida essa análise pode contribuir para a compreensão dos problemas contemporâneos. O autor define crescimento como aumento da produção *per capita*, e considera os termos “crescimento” e “desenvolvimento” como sinônimos. Em sua perspectiva, a oferta de mão de obra é ilimitada em países com população numerosa em relação ao capital e aos recursos naturais de forma a existir setores onde a produtividade marginal do trabalho seria ínfima ou nula: uma espécie de desemprego disfarçado, como seria o caso de criados de famílias abastadas, biscates e camponeses.

Considerando que tais países não se encaixam nos modelos neoclássico e keynesiano, o autor então pretende oferecer um esquema diferente que os contemple, demonstrando uma preocupação característica de muitos economistas do pós-guerra: o subdesenvolvimento. O modelo de crescimento apresentado por Lewis, que pode ser considerado um modelo clássico revisitado, traz alguns princípios dos autores clássicos atualizando-os a partir dos fatos e resultados sociais e econômicos vigentes à época. Uma leitura atenta desse trabalho revela que há questões institucionais perpassando a análise, como por exemplo, a necessidade da existência de uma classe industrial, ou seja, “um grupo de homens que pensam em termos de investimento produtivo de capital” (LEWIS, 1954, p. 432), e a importância de um sistema de crédito como parte integrante do mecanismo de desenvolvimento econômico. O artigo de 1954 é amplamente citado em referência à teoria de desenvolvimento de Lewis, entretanto, para o objetivo deste capítulo, outra obra do autor assume destaque: o livro “A teoria do desenvolvimento econômico”, publicado em 1960.

Lewis (1960) investiga o desenvolvimento econômico de forma mais abrangente. Ele se propõe a investigar os fatores que levariam ao desenvolvimento, considerando que esses fatores variam entre os países devido sua constituição cultural e histórica. O autor aponta que não é possível delimitar um modelo padrão de desenvolvimento, e pretende, por conseguinte, traçar um quadro de referências analisando como questões institucionais afetam o desenvolvimento. Lewis define crescimento como aumento da produção por habitante, e esclarece que seu foco é analisar a produção e o crescimento, e não questões de consumo e distribuição. Sua análise busca esclarecer os fatores que permitem o crescimento do produto e não se propõe a abranger os efeitos do crescimento sobre o bem-estar, satisfação e felicidade.

Nesse trabalho, Lewis considera que aumento da produção *per capita* se deve aos recursos naturais disponíveis e ao comportamento humano. O foco no comportamento humano enquanto um importante fator para o crescimento é o diferencial desse trabalho em comparação ao de 1954. Os fenômenos responsáveis pelo crescimento são ampliados de forma que a terra, o capital e mão de obra estão incluídos em um arcabouço maior de elementos explicativos que incluem os hábitos e crenças de cada comunidade. Lewis (1960, p. 17 e 18) afirma que “o crescimento econômico depende de atitudes em relação ao trabalho, à riqueza, à poupança, à procriação, às invenções, aos estrangeiros, à aventura, e assim por diante, atitudes essas que brotam de fontes profundas da mente humana”. A análise do desenvolvimento proposto por Lewis avança em relação à análise de Rodan e Nurkse em relação aos aspectos institucionais, pois enquanto estes mencionaram que atitudes da mente e atitudes sociais influenciariam o desenvolvimento sem tratar do assunto, Lewis se propõe a investigar algumas atitudes que influenciam o desempenho econômico sob o sistema capitalista.

Lewis aponta que o desenvolvimento tem três causas imediatas: 1) o esforço para economizar; 2) o aumento do conhecimento e sua aplicação; e 3) a expansão do volume de capital. No artigo de 1954, levantou algumas questões institucionais sem

entretanto detalhá-las, como por exemplo, a necessidade de uma classe direcionada a investir constantemente os lucros de forma a expandir o sistema econômico de uma comunidade. No trabalho de 1960, o autor se dedica a investigar o comportamento humano de forma a elencar as atitudes e instituições que cooperam ou não para o crescimento.

Considerando o objetivo de extrair o viés institucional contido na perspectiva de Lewis, será analisada a seguir a primeira causa do desenvolvimento: o esforço humano para economizar. Uma vez que dimensão do presente capítulo não permite a análise das três causas imediatas, o esforço para economizar foi escolhido porque é uma amostra representativa de como o comportamento e os valores sociais afetam o processo econômico. Cabe ressaltar que, em adição a essas três causas, o autor também analisa a relação entre tecnologia e crescimento; os requerimentos para formação de capital e questões de produtividade; a relação entre população, recursos naturais e produção; assim como a utilidade de ações do governo para a promoção do desenvolvimento econômico.

Segundo o autor, o esforço humano para economizar é a vontade de realizar atividade econômica, ou seja, o esforço para aumentar o rendimento de dado recurso ou o esforço para reduzir o custo de um rendimento. Lewis argumenta que o desenvolvimento é o resultado deste esforço humano, e que o modo e a intensidade com a qual os membros de uma sociedade procuram e exploram as oportunidades econômicas variam sensivelmente. O autor define quatro atitudes do homem que influenciam a vontade de economizar, a saber: a) a consideração da riqueza enquanto *status* social; b) a limitação dos desejos humanos; c) a atitude diante do trabalho e d) o espírito de aventura.

A vontade de possuir bens é reforçada quando a riqueza se torna sinônimo de *status* social e dá acesso ao poder dentro de uma sociedade. Todas as sociedades ao longo da história associam riqueza, prestígio e poder. A diferença está no

direcionamento da riqueza (uso produtivo ou improdutivo) e nas fontes de riquezas que se relacionam ao prestígio. Onde a fonte de riqueza ligada ao prestígio é a terra e o excedente é direcionado ao consumo improdutivo, o desenvolvimento terá mais dificuldade em estabelecer-se (interpretação que, diga-se de passagem, é compatível com análise que Veblen faz da classe ociosa). Em sociedades onde o prestígio advém da riqueza relacionada a atividades comerciais e industriais e onde o excedente é gasto atividades produtivas, o crescimento teria maior e melhor espaço para se estabelecer. Assim os hábitos de pensamento incorporados em uma sociedade podem incentivar ou servir de entrave ao crescimento.

O que interessa para o desenvolvimento é que a riqueza seja canalizada para investimentos produtivos e o prestígio seja dado àqueles que realizam atividades produtivas. Um exemplo apontado por Lewis em relação a prestígio social e crescimento é o baixo *status* dos comerciantes na Espanha em comparação com os comerciantes na Inglaterra elisabetana. Este é considerado um dos fatores que deve ser levado em conta para a explicação da falha espanhola em aproveitar as oportunidades econômicas dos séculos XVI e XVII. Lewis (1960, p. 34, 35) destaca que o posicionamento diante da riqueza é um fator essencial para alcançar o crescimento:

É o *hábito* do investimento produtivo, e não as diferenças de distribuição de renda ou *status* conferido aos ricos, que distingue nações ricas das pobres. [...] A mutação realmente significativa na vida da sociedade se dá não quando se começa a respeitar a riqueza, mas quando se passa ter em alta conta o investimento produtivo e a riqueza a este associada (grifo nosso).

Portanto, o hábito do investimento produtivo está positivamente relacionado ao desenvolvimento, assim como o prestígio ligado à riqueza de fonte produtiva. Esses hábitos aumentam a vontade de possuir bens e incentivam a atividade econômica. A citação acima revela uma postura teórica do autor que está em estreita sintonia com a abordagem institucionalista vebleniana assim como discutida nos capítulos anteriores. Ao reconhecer que a propensão ao investimento produtivo é importante para o desenvolvimento, Lewis está destacando um hábito de pensamento que foi

desenvolvido e incorporado socialmente ao longo do processo capitalista (convém ressaltar que este hábito não se estabeleceu de igual forma e intensidade nas diferentes sociedades).

Outro fator que afetaria a vontade de possuir bens seria a limitação dos desejos humanos devido ao desconhecimento da existência dos bens ou da impossibilidade de utilizá-los. A diversidade de bens disponíveis estaria relacionada à quantidade de capital físico acumulado, ao acervo cultural e aos hábitos e tabus em cada sociedade. É o que Lewis denomina “horizontes limitados” considerando ser uma das causas mais importantes da limitação da vontade humana de possuir bens. Sob uma perspectiva institucionalista, pode-se afirmar que os hábitos são responsáveis pelo tipo de bens que uma sociedade considera que devem ser consumidos.

Quando os horizontes são expandidos (quando surgem novos e diversificados bens) os homens desejam aumentar seu consumo, e para isso trabalham mais. A expansão dos horizontes aumenta à medida que o capital físico aumenta, que a cultura se torna mais complexa, que a força das convenções se retrai e que o conhecimento de novos bens se difunde entre as sociedades. Conclui-se que quanto maior e mais diversos os desejos por bens, maior será o estímulo às atividades econômicas e maior será o incentivo ao crescimento. Esta perspectiva de Lewis confirmou-se historicamente: os desenvolvimentos econômico, científico, cultural e dos meios de comunicação ocorridos no século XX mostraram-se altamente eficazes na geração de novos desejos, levando a um sentimento constante de não saciedade material.

Após analisar a vontade de possuir bens, Lewis passa a discorrer sobre os efeitos que o custo do esforço tem sobre a vontade de economizar. Com relação a este aspecto, são analisados como a atitude diante do trabalho e o espírito de aventura concorrem para a realização ou não de maior esforço para atividades econômicas. O autor considera que o desenvolvimento econômico requer que se trabalhe de

maneira conscienciosa, adequada e fazendo o melhor trabalho possível. Em sociedades onde o trabalho é atividade comum a todas as classes, ou seja, onde não é considerado uma atividade degradante, a atitude diante do trabalho teria efeito positivo sobre o crescimento. Em contraposição, em sociedades que consideram o trabalho como atividade de escravos e onde os ricos vivem na ociosidade, os indivíduos procurarão trabalhar o menos que puderem. O autor reconhece essa diferença de atitudes e como elas podem afetar a vontade de economizar. A valorização do trabalho enquanto atividade digna incentivaria o crescimento. A concepção do valor do trabalho está relacionada às instituições que uma sociedade mantém. Por outro lado, afirma que não há relação direta entre intensidade do trabalho e formação de capital uma vez que a vontade de buscar e aproveitar oportunidades não é função do número de horas de trabalho, mas depende, em certa medida, do espírito de aventura.

Na perspectiva de Lewis, o crescimento requer liberdade para que se possa experimentar o novo a criar novas possibilidades de atividades econômicas: “em toda comunidade há pessoas naturalmente inclinadas à experimentação de novas técnicas, novos produtos ou novas formas econômicas [...] o crescimento, porém, depende muito do estímulo e da liberdade que a atmosfera social concede a tais pessoas” (LEWIS, 1960, p. p. 63 e 64). Neste sentido, é importante que se tenha alguma margem para agir de forma não condizente com convenções e tabus que restringem a oportunidade econômica. Tabus relativos ao tipo de trabalho que as mulheres podem fazer; ao controle de natalidade; à manutenção das formas tradicionais de se realizar atividades; preconceitos relativos a tipos de profissões e espécies de trabalho – todos eles restringem as possibilidades econômicas. A inclinação para experimentar o novo e buscar oportunidades, denominada por Lewis de espírito de aventura, é necessária ao desenvolvimento e, para que possa vigorar, necessita que haja certa liberdade.

Após a análise das atitudes necessárias e da disposição das pessoas em fazerem o esforço necessário ao desenvolvimento, Lewis volta seu olhar para instituições econômicas que incentivariam e permitiriam tal esforço. O efeito das instituições sobre o desenvolvimento, promovendo-o ou limitando-o, depende da proteção que ofereçam ao esforço realizado (o direito à recompensa), às oportunidades de especialização que facilitem (comércio e diversificação) e a liberdade de ação que permitam (liberdade econômica).

O direito à recompensa é essencial para o crescimento dado que o homem não fará esforço e não se dedicará à atividade econômica se não obtiver o fruto desse esforço para si. Três instituições são apontadas como importantes na garantia do direito à recompensa: a recompensa material e privada; a propriedade privada; e a recompensa ao trabalho (acordo social que define o quanto cada classe tem direito no produto).

Lewis reconhece que as recompensas imateriais do trabalho (apreço pelo trabalho e pelo seu fruto, utilidade para fins sociais, mérito social) são um estímulo para o indivíduo. Entretanto, afirma que esse tipo de recompensa não é suficiente para estimular o crescimento, pois o homem trabalhará menos quando for privado da recompensa material. As obrigações para com a comunidade em tempos anteriores garantiam o trabalho necessário para a sobrevivência do grupo, ficando a recompensa material individual em segundo plano. Entretanto, o crescimento requer que se expanda as relações para além da comunidade onde não há mais o sentimento de pertencimento e onde os benefícios do trabalho não mais se estendem a todos. Assim, é necessário que haja recompensa individual pelo esforço do trabalho. Lewis (1960, p. 74) aponta que “o individualismo avança a passos largos em toda sociedade sujeita a mutações econômicas aceleradas”. O crescimento não beneficia a todos igualmente e, portanto torna-se difícil estimular o trabalho se o benefício do que trabalha for atribuído a outros.

Conforme Lewis, o direito à propriedade (privada ou pública) está entre uma das condições de formação de capital, constituindo-se, portanto, numa importante instituição para o crescimento econômico. A propriedade, enquanto o direito que se tem de privar outros da utilização de determinado bem, é uma instituição reconhecida em todo o mundo e essencial para o progresso da espécie humana, uma vez que não haveria incentivo algum para melhorar o meio em que vive se não existisse tal direito (LEWIS, 1960). É preciso também que haja uma espécie de acordo social em que o resultado do trabalho seja distribuído entre as classes de forma a incentivar cada uma delas. Isso se relaciona com a ponderação de qual parte do esforço cabe a cada um e quais são as pessoas a quem são reconhecidos os direitos de recompensa.

O comércio é visto como uma instituição que encoraja o desenvolvimento econômico. A aceleração do crescimento e as mudanças sociais estão historicamente relacionadas à intensificação de atividades comerciais, pois o comércio incentiva a demanda a partir da introdução de novos bens em uma comunidade, estimula a vontade de trabalhar mais e com maior eficiência, além de gerar novos hábitos de consumo, novas técnicas e novos conceitos de relações sociais. O comércio também incentiva a especialização e diferenciação de atividades econômicas. A diversidade de funções e atividades acaba estimulando o surgimento de embates de experiências e de concepções, que são fundamentais para o progresso científico. A especialização contribui para o choque de interesses materiais que provoca a contínua evolução da sociedade (LEWIS, 1960).

A especialização e o comércio requerem mercados organizados e especializados para diferentes bens e serviços, como o mercado de trabalho, de casas, de moeda, ações, etc. O autor ressalta que há diversas formas de organização dos mercados e aponta que por mais eficiente que seja dado mercado, o nível da expansão da produção exigido pelo desenvolvimento econômico torna necessária a participação do governo nesse processo. O dinheiro desempenhou relevante papel na expansão

do comércio. A inserção da moeda tal como a conhecemos na atualidade foi fator essencial para expandir as fronteiras comerciais tornando-o factível em grande escala. Além de facilitador operacional das relações comerciais, Lewis argumenta que o uso da moeda modifica as atitudes humanas, pois tornam as relações econômicas mais impessoais, facilitam a manifestação de instintos aquisitivos e o desejo de riqueza, difunde relações capitalistas como empréstimo monetário e trabalho assalariado. Ao conformar as atitudes humanas em direção à eficiência, ao lucro, ao instinto aquisitivo, a utilização do dinheiro contribui para a incorporação de valores e práticas relacionadas ao comércio e ao crescimento.

A liberdade econômica é outra importante instituição que favorece o crescimento econômico. O autor considera que o aumento da renda *per capita* na Europa e Estados Unidos esteve ligada a uma maior liberdade dos cidadãos em mudar de posição social, adquirir recursos e utilizá-los de forma a obter maior produtividade, e concorrer em uma mesma atividade com outros indivíduos, por exemplo. Dentro da questão da liberdade, Lewis ressalta três pontos: o individualismo e a ação coletiva; mobilidade vertical (possibilidade de ascensão social); e liberdade de mercados (acesso aos recursos, acesso à força de trabalho; acesso ao mercado).

Apesar do individualismo ser uma característica relevante do processo de desenvolvimento, Lewis afirma que a ação coletiva através do governo é necessária para suplementar a ação individual. O sentimento de coesão nacional também favorece o desenvolvimento uma vez que um grupo coeso e organizado é, provavelmente, mais capaz de atingir objetivos específicos. Lewis salienta que a questão não é escolher entre a ação individual ou a ação coletiva através do Estado, e sim combinar esses dois elementos da forma mais conveniente.

A análise de Lewis está em consonância com a perspectiva de Hamilton apresentada no capítulo 2 no sentido de que “a investigação econômica deve estabelecer relação entre as instituições que abrangem a organização da sociedade

industrial moderna e deve analisar as peculiaridades do sistema econômico que permitem que as relações econômicas se estabeleçam sob uma forma determinada” (capítulo 2, seção 2.1.1, p. 5). Para Hamilton, ao contrário do que Nurkse afirma, a economia deve preocupar-se com os hábitos de pensamento e modos de realizar atividades que estão na base da ordem econômica.

Além de tratar examinar a compatibilidade de diferentes instituições com o desenvolvimento, Lewis também investiga a transformação das instituições. Há duas perguntas básicas que norteiam o estudo: como as instituições mudam? e, a mudança segue um curso predeterminado?

Nossa indagação acerca da compatibilidade das instituições com o desenvolvimento econômico nos leva a concluir que promovem elas o crescimento na medida em que associam o esforço a recompensa, ante as possibilidades que ofereçam à especialização e ao comércio, e à liberdade que outorguem em buscar e aproveitar oportunidades econômicas. As instituições dos diversos países variam grandemente sob tais aspectos. Por outro lado, estão em permanente mudança, lenta ou rapidamente. Podem estar-se modificando em sentido favorável ao desenvolvimento, como de forma a restringi-lo ou a detê-lo (LEWIS, 1960, p. 181).

Uma vez que as instituições variam entre os países e estão em constante mudança, o autor se propõe a estabelecer algumas características desse processo de mudança. A mudança institucional pode ocorrer devido a alterações nas próprias instituições ou por motivos naturais (mudanças ambientais), por questões religiosas ou políticas. Nem todas as mudanças sociais têm origem em fatores econômicos. Entretanto, Lewis (1960) está interessado nas mudanças que ocorrem devido a mudanças nas instituições.

Depreende-se da análise do autor que a mudança institucional é um processo cumulativo, uma vez que a continuidade da instituição numa determinada forma “depende de sua conveniência, da fé que se tenha em sua retidão e da sua força” (LEWIS, 1960, p. 182). Neste processo, alguns hábitos mudam enquanto outros não se modificam. A transformação institucional nunca é integral: o processo modifica totalmente algumas crenças e hábitos culturais, mas mantém instituições antigas

(coexistência de instituições antigas e novas). Conforme Lewis (1960, p. 183), “O novo e o velho se misturam sem lógica, e em proporções curiosas, que diferem amplamente entre uma sociedade e outra”. O ajustamento das pessoas às novas instituições ocorre gradativamente e pode levar muito tempo.

Para o autor, não é possível regular a transformação social de modo a evitar a incongruência de instituições que mudam mais rapidamente que outras. O desequilíbrio é característico da transformação porque as mudanças não ocorrem simultaneamente nem de forma proporcional. Entretanto, Lewis ressalta que é possível influenciar o curso da mutação. Por exemplo, mesmo que o surgimento de favelas esteja ligado à industrialização, é possível, através do planejamento urbano, obter industrialização sem favelas (LEWIS, 1960).

Outra característica importante a ser ressaltada é o fato de que o desenvolvimento não é contínuo: ele tende a ser um processo que começa lentamente, acelera-se e depois vai desacelerando de acordo com os estímulos que são impostos. As instituições podem modificar-se de maneira favorável ou desfavorável ao desenvolvimento. Não há garantia de que o desenvolvimento seja mantido indefinidamente, pois “é impossível afirmar que as instituições evoluam cumulativamente em sentidos favoráveis ao desenvolvimento” (LEWIS, 1960, p. 200). O autor afirma que podem ser observados no passado períodos onde o desenvolvimento econômico foi negativamente afetado por mudanças institucionais: momentos no qual a escravidão sucedeu à liberdade; em que obstáculos crescentes frearam a especialização; e em que a liberdade de ação foi restringida pela rigidez das classes sociais. Portanto, o crescimento pode ser interrompido devido a mudanças institucionais que o afetem negativamente.

Pelo exposto, infere-se que a teoria da mudança institucional proposta por Lewis está em acordo em diversos pontos com a análise da evolução institucional apresentada no capítulo 3. Em ambos os casos, a mudança é um processo

cumulativo no qual coexistem instituições que incentivam e que oferecem obstáculo ao desenvolvimento. A mudança é uma característica intrínseca do esquema institucional uma vez que as instituições, enquanto hábitos de pensamento socialmente incorporados que refletem a relação do homem com a natureza e com os outros indivíduos, são passíveis de serem alteradas ao longo do tempo.

4.2.4 Simon Kuznets

Kuznets é um dos mais importantes estudiosos do crescimento econômico no pós-guerra. A análise de Kuznets (1966) refere-se ao período que ele denomina “moderno crescimento econômico”, que teve início em meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, chegando ao século XX, especificamente até o período Pós Segunda Guerra. Na visão de Kuznets (1964 e 1966), o crescimento econômico é caracterizado por dois fenômenos: o aumento do produto *per capita* continuado (ou seja, mantido por um longo período), muitas vezes acompanhado pelo crescimento populacional; e os deslocamentos estruturais que ocorrem na economia. O aumento do produto *per capita* está relacionado, em grande parte, com o aumento da eficiência, ou seja, aumento do produto por unidade de insumo. Este aumento da eficiência está relacionado a modificações na educação e qualificação da mão de obra e no avanço do conhecimento tecnológico. Segundo o autor, esta conclusão já tinha se tornado familiar na análise econômica através dos trabalhos de Abramovitz, Kendrick, Denison e Solow.

Outra característica do moderno crescimento econômico são os deslocamentos estruturais. Esses deslocamentos são mudanças estruturais na organização das atividades humanas e são específicos de cada época. Na época moderna, são caracterizados pelos seguintes processos: industrialização e mudanças na estrutura de produção; a urbanização; alteração da posição econômica relativa de grupos dentro da nação (influenciada pelo *status* de emprego, pela ligação com diferentes

atividades e pelo nível de renda *per capita*); distribuição do produto em consumo doméstico, formação de capital e consumo governamental; dentre outros.

A análise de Kuznets (1964) abre espaço para as questões institucionais a partir do momento em que reconhece que os países têm constituição natural, histórico e social diversas. No primeiro capítulo do livro “O crescimento econômico do Pós-Guerra” o autor ressalta essas diferenças e indica que elas influenciam o comportamento dos indivíduos, sendo, portanto, refletidas no processo de crescimento. A diversidade entre as nações refere-se ao tamanho da população e do território; às riquezas naturais existentes no país; às realizações econômicas, no que diz respeito ao produto *per capita* e ao padrão de vida econômica e social; à estrutura econômica (organização do sistema produtivo); à organização política e social; e um conjunto de características que o autor denomina “outros fatores” e que engloba diferentes instituições sociais responsáveis por diferentes padrões de comportamento social e econômico.

Kuznets indica que a diversidade de características físicas e estruturais das nações (como tamanho, riquezas naturais, realizações econômicas e organização política) condiciona grande parte de sua estrutura econômica e de seu crescimento, mas não esgota os aspectos relevantes para a análise. O autor introduz a importância das instituições na constituição do desenvolvimento ao afirmar que os países “apresentam diferenças relativamente a instituições sociais, conceitos de seus papéis no mundo, e noções dominantes referentes às relações do homem com o homem e do homem com a natureza, o que dá origem a diferentes padrões de comportamento social e econômico” (KUZNETS, 1964, p. 22). Ele caracteriza o complexo de instituições sociais e crenças como tendo vida própria e como consequência de uma longa história peculiar a cada sociedade através da qual os conceitos que unem os membros da nação e servem de base para a ação são construídos. Essa passagem demonstra claramente que Kuznets atribui aos

“conceitos” e “noções dominantes” de uma sociedade a capacidade de influenciar tanto sua organização quanto sua evolução material e social.

É possível perceber a estreita relação entre a utilização do termo “instituição” por Kuznets, com a definição de instituições sustentada pelo Institucionalismo Original uma vez que o autor relaciona instituições com crenças e conceitos comuns à determinada sociedade que influenciam o comportamento dos indivíduos. A abordagem de instituições de Kuznets concorda em dois pontos centrais com definição de instituições da Escola Original: primeiro a concepção de que instituições são conceitos socialmente incorporados; e segundo, que são conceitos que afetam o comportamento dos indivíduos em diversos aspectos da vida. Sua afirmação de que as instituições têm vida própria encontra referência na afirmação de Hodgson de que as instituições muitas vezes sobrevivem aos indivíduos (cap. 2, p. 41). A afirmação de que as instituições são consequência da história dos homens tem ligação com a visão institucionalista de que moldam e são moldadas pelos indivíduos, que são conceitos sociais aprendidos pelos homens e por eles modificados ao longo de sua história, conforme salientado por Veblen, Mitchell, Commons e Hamilton (cap. 2, seção 2.1.2).

Kuznets afirma que cada época da história do desenvolvimento humano é marcada por inovações. As inovações características de uma época podem ser em grande parte tecnológicas, mas a exploração de seu potencial depende de inovações institucionais (KUZNETS, 1966, p. 9). A inovação que marca a época moderna é a ampla aplicação da ciência a problemas da atividade econômica. O fundamento do moderno crescimento econômico, ou seja, das elevadas taxas de produto *per capita* e das rápidas alterações estruturais é o enorme aumento do estoque de conhecimentos úteis. A busca constante por esses conhecimentos está relacionada com a “alteração geral da atitude do homem para com o bem-estar material e da sua capacidade de explorar com eficiência o mundo que o rodeia para fins úteis” (KUZNETS, 1964, p. 32). Sendo assim, o avanço da tecnologia é considerado como

resultado de uma nova visão do homem em relação ao mundo e da conseqüente mudança de conceitos e comportamentos. Esta concepção é estreitamente relacionada à perspectiva de interação entre inovação tecnológica e mudança institucional defendida por Bush e Neale (seção 3.2). Nota-se a importância do homem enquanto agente ativo no processo e a relevância de seus hábitos de pensamento no que se refere à transformação, à mudança, e ao crescimento econômico assim como sustentado pela Economia Institucional.

A aplicação da ciência teve importante papel tanto sobre o crescimento econômico quanto sobre o próprio crescimento da ciência. O autor considera que o efeito retroalimentador que a aplicação da ciência gera sobre si mesma é “uma espécie de auto-estimulação do crescimento econômico ulterior” (KUZNETS, 1966, p. 13). A aplicação da ciência para a resolução de problemas econômicos permitiu expandir as possibilidades de crescimento incessante e cumulativamente. Essas mudanças foram, ao longo do tempo, permitindo e incentivando o desenvolvimento da ciência. Por outro lado, o desenvolvimento tecnológico também foi responsável por moldar conceitos e comportamentos sociais. É interessante perceber que o autor reconhece que o próprio desenvolvimento da ciência coopera para a mudança das instituições e que o avanço tecnológico está relacionado a mudanças institucionais. Tais conclusões podem ser percebidas no seguinte trecho:

[...] quando dizemos que a época moderna se distingue pela aplicação da ciência a problemas de produção econômica e bem-estar humano, queremos dizer que ela se distingue por um clima de competência humana, por alguns conceitos dominantes sobre a relação do homem com o universo, que impulsionam a ciência e sua aplicação. [...] Sem mudanças nas instituições sociais, não teria ocorrido a aplicação da ciência por via tecnológica. Foram necessárias novas formas de comportamento para adaptar e promover o ajustamento de instituições e práticas sociais à exploração do potencial fornecido pela tecnologia de base científica (KUZNETS, 1966, p. 14).

O desenvolvimento científico e tecnológico resultou em um crescente potencial de realizações econômicas que requer adaptações sociais para que possa ser explorado. As instituições políticas e sociais precisam ser recompostas, precisam

mudar a fim de que seja possível estabelecer as condições para o crescimento. Essas mudanças devem permitir a geração do volume de capital necessário para expansão econômica; o investimento em educação e capacitação profissional adequados aos requerimentos modernos; a mobilidade de pessoas para lugares que ofereçam maiores oportunidades econômicas; e garantir a motivação e lucros que tornem o crescimento sustentado (KUZNETS, 1964, p. 33). Portanto, o crescimento econômico depende de mudanças institucionais.

Kuznets argumenta que a época moderna é caracterizada por uma cosmovisão (*Weltanschauung* – conjunto de conceitos, ideologia) peculiar que permite e estimula a aplicação da ciência às questões econômicas e dessa forma promove o crescimento econômico moderno. Esta cosmovisão pode ser sugerida por três palavras (comportamentos/atitudes do homem diante do ambiente que o cerca): secularismo, igualitarismo e nacionalismo. Segundo Kuznets, estes conceitos são sugeridos porque o tema não permite formulação precisa e porque ele, enquanto indivíduo inserido na época da qual trata, não pode indicar a caracterização da época moderna em sua forma final. O autor considera que tais conceitos podem ser identificados como características peculiares da época moderna, embora não sejam ilimitadamente difundidos. A importância da tentativa de distinguir os elementos da esfera institucional deve-se ao fato de que “as *ideias dominantes* de uma época econômica são tão características e tão importantes como a inovação tecnológica e social que caracteriza a época” (KUZNETS, 1966, p. 14, grifo nosso).

Essas ideias dominantes são conceitos em certa medida incorporados que permitem a aplicação da ciência e o desenvolvimento. O secularismo é definido como a concentração dos anseios e perspectivas humanos na vida na terra em contraposição à ideia de uma vida temporária que merece relativamente pouca atenção. Os homens voltaram-se intensamente para atividades relacionadas à realização econômica enquanto seres responsáveis por seu destino, de forma que a vida na terra e suas demandas passaram a ocupar o topo da escala de prioridades.

O segundo conceito, o igualitarismo, diz respeito à negação de quaisquer diferenças inatas entre os seres humanos. O avanço do domínio do homem sobre a ciência fez ruir as bases mitológicas que justificavam diferenciação econômica e social para uma minoria dita de classe superior. Sob o igualitarismo, os grandes rendimentos financeiros são explicados não com base em aspectos religiosos ou mitológicos, mas com base na eficiência econômica dos indivíduos, que, portanto, mereciam tais rendimentos. Tal concepção enfraqueceu os fundamentos religiosos e mitológicos de poder e prestígio político permitindo que um maior fluxo de talento e energia fosse direcionado às atividades econômicas do que a outras atividades. Os indivíduos não são mais impedidos de exercer determinada função ou profissão por conta de divisões de classe, o que permite a tão importante liberdade de ação também ressaltada por Lewis.

Por fim, figura o conceito de nacionalismo, que é “a exigência da comunidade de sentimento” devido ao passado histórico e herança cultural comuns. Em outras palavras, é a fraternidade em relação aos membros da nação e a soberania em relação aos outros países, que geraria incentivos para estabelecer o desenvolvimento do país enquanto alvo de seus cidadãos. Assim, o secularismo, igualitarismo e nacionalismo são considerados pelo autor ideias dominantes na época do crescimento econômico moderno que permitem e estimulam a aplicação da ciência às atividades econômicas.

Neste ponto, com base na teoria institucional evolucionista, a análise de desenvolvimento de Kuznets permite algumas observações em relação ao processo de mudança institucional. É interessante a percepção de que o crescimento ocorre através da interação entre as mudanças tecnológicas e as mudanças sociais. Novas tecnologias muitas vezes necessitam de mudança nas instituições para que possam ser amplamente utilizadas, assim como novos conhecimentos modificam as instituições permitindo um novo tipo de comportamento. Estabelece-se assim um

processo de causalção dupla: da tecnologia para instituições e das instituições para a tecnologia. O processo ocorre, de certa forma, simultaneamente.

As mudanças institucionais e tecnológicas vão se acumulando até um ponto onde se torna perceptível a nova configuração do esquema institucional. Apesar do esquema apresentar instituições antigas (persistência institucional), muitas instituições mudam de forma que o comportamento social é perceptivelmente alterado. Instituições antigas e novas coexistem devido ao caráter gradativo da mudança e devido à persistência dos hábitos compartilhados no comportamento. A coexistência de ambas, assim como o fato de que as novas instituições são constituídas sobre as antigas (aspecto hereditário), demonstram o caráter evolutivo do processo institucional. Kuznets reconhece a interação entre instituições e tecnologia, e entre instituições antigas e novas. Nos seus termos:

A interação de mudanças tecnológicas e institucionais faz parte assim da essência do crescimento econômico [...] todo modelo regularmente cumulativo de crescimento em uma época está associada com essa interação entre mudança tecnológica e mudança social [...] em qualquer época o crescimento é uma questão tanto de mudança coletiva quanto de alterações estruturais. Mesmo que o impulso para o crescimento seja proporcionado por uma inovação tecnológica importante, as sociedades que a adotam precisam modificar sua estrutura institucional preexistente. Isto implica mudanças substanciais na organização da sociedade – surgimento de novas instituições e diminuição da importância das antigas (KUZNETS, 1966, p. 10).

É possível perceber a estreita relação entre a análise da Economia Institucional no que diz respeito ao conceito e mudança de instituições com a perspectiva de Kuznets sobre as mesmas questões. Embora não seja considerado um autor de herança vebleniana a análise de Kuznets tem forte caráter institucional¹⁹.

¹⁹ Interessante observar que Kuznets teve contato com Mitchell na Universidade de Columbia na década de 1920 e que os dois trabalharam juntos no National Bureau of Economic Research.

4.2.5 Charles Kindleberger

Uma visão do desenvolvimento enquanto mudança institucional também pode ser encontrada na análise de Kindleberger (1976). Diferentemente das teorias analisadas até aqui, o autor diferencia os conceitos de crescimento e desenvolvimento, afirmando que o primeiro refere-se a crescimento da produção enquanto o segundo implica não só em maior produção como também “mudanças nas disposições técnica e institucional, pelas quais se chega a esta produção” (KINDLEBERGER, 1976, p. 1). Entretanto, o autor argumenta que não é possível ter desenvolvimento sem crescimento porque a produção de excedente é necessária para que se possa gerar recursos para atividades ligadas ao desenvolvimento.

O autor considera que as pessoas moldam as condições sociais e culturais que levam ao desenvolvimento e também são moldadas por este desenvolvimento. Vários fatores não econômicos influenciam esse processo. Kindleberger (1976, p. 35) ressalta que “as atitudes entre as pessoas, a estrutura de classe e de família, os pontos de vista racial e religioso e o tamanho da unidade social devem ser alterados se houver crescimento econômico, e [...] auxiliam o processo do desenvolvimento econômico”. Discute-se a seguir alguns destes fatores.

O desenvolvimento faz com que as pessoas passem a julgar sua relação com o mundo e suas relações sociais em bases mais ligadas à razão do que ligadas à superstições. Sendo assim, a escolha do papel que cada indivíduo deve desempenhar passa a ser relacionada com sua capacidade de desempenhar determinado papel e não com restrições impostas pela família, casta, religião ou renda. O pensamento racional (aquele direcionado a um objetivo específico) é exigido no desenvolvimento não só para fomentar as ciências e as inovações, mas para guiar os indivíduos a um objetivo determinado e a trabalhar com vistas a atingir determinado fim, que neste caso, são padrões de vida mais elevados. A racionalidade, assim como apresentada pelos economistas institucionalistas como

hábito de pensamento desenvolvido ao longo do processo evolutivo é ressaltada por Kindleberger enquanto importante fator não econômico que influencia positivamente o desenvolvimento.

A estrutura de classe é outro fator importante para o processo de desenvolvimento. Sistemas sociais que têm estruturas de classe muito rígidas tornam difícil a criação do desejo de economizar recursos objetivando o progresso social. Uma vez que a possibilidade de ascensão social é remota ou nula, os indivíduos das classes mais baixas não têm incentivos para buscar uma melhoria no seu padrão de vida. Segundo o autor, o desenvolvimento depende da possibilidade de mobilidade social e é estimulado por uma classe média forte voltada para o comércio, indústria e uma gama diversa de profissões (como também foi observado na análise de Lewis).

As diferenças urbano-rurais também influenciam o processo. No campo, o isolamento, as exigências inadiáveis da natureza às quais o homem deve responder tendem a estabilizar e tornar mais rígidos os valores e a vida social. Enquanto na cidade a maioria dos contatos do homem é com objetos criados por ele, o que provoca uma necessidade maior de racionalidade, de universalidade e especificidade nas relações do homem com seu ambiente. Estes fatores dão mais plasticidade e mobilidade à vida social, sendo características fundamentais para que o processo de desenvolvimento ocorra uma vez que requer mudança nos padrões de vida dos homens.

Kindleberger reconhece as diferenças culturais entre os países e afirma que as instituições econômicas, para serem eficazes, devem se adaptar às necessidades e cultura de cada povo. Instituições tomadas de empréstimo a países mais desenvolvidos muitas vezes não se adaptam à cultura de outro país. As instituições empregadas para a produção, distribuição e alocação de crédito e para a associação entre produtores, consumidores e público são mais eficazes quando atendem

simultaneamente às necessidades econômicas e às especificidades culturais de uma sociedade.

Considerando que o desenvolvimento envolve fatores não econômicos, Kindleberger levanta a questão sobre a determinação entre cultura e desenvolvimento. O desenvolvimento econômico determina a cultura, ou a cultura determina o desenvolvimento econômico? São as instituições que moldam o desenvolvimento, ou é o desenvolvimento que leva a instituições “melhores”? Após a análise dos fatores sociais e culturais que influenciam o processo de desenvolvimento, o autor conclui que “o determinismo social não constitui uma explicação mais plausível do curso de desenvolvimento econômico do que o determinismo econômico da história social” (KINDLEBERGER, 1976, p. 40). Ou seja, uma vez que cultura e economia estão interligadas no processo de formação das sociedades ao longo da história, elas determinam-se mutuamente, não sendo possível distinguir qual tem primazia explicativa.

4.3 Instituições e Desenvolvimento

A análise dos autores da Economia do Desenvolvimento contribuiu para lançar luz sobre a relação de instituições e desenvolvimento e para corroborar as conclusões em relação à mudança institucional observadas no capítulo anterior.

Conforme apresentado na seção anterior, o conceito de crescimento enquanto objetivo econômico está incorporado na análise dos autores da Economia do Desenvolvimento. Para Rodan e Nurkse crescimento e desenvolvimento são termos que dizem respeito ao crescimento da renda *per capita*. Lewis também assume os termos enquanto sinônimos apesar de analisar mais a fundo a relação entre instituições e desenvolvimento. Kuznets considera que o desenvolvimento não é somente o crescimento da renda, mas também abarca mudanças estruturais que

estão que ocorrem em contexto de mudança institucional. Kindleberger entende o desenvolvimento enquanto crescimento da renda acompanhado de mudanças tecnológicas e institucionais. A perspectiva de Sen apresenta uma ampliação do conceito de desenvolvimento ao apresentá-lo enquanto expansão das liberdades individuais.

Algumas conclusões podem ser destacadas considerando as análises apresentadas neste capítulo e nos capítulos anteriores:

1. O crescimento/desenvolvimento é considerado um processo conformado pelos valores estabelecidos em cada sociedade. As instituições influenciam diretamente neste processo. Na análise dos autores apresentados, tanto crescimento quanto desenvolvimento (nos casos onde cabe a distinção) dependem da mudança institucional.
2. As instituições não são fixas, elas mudam ao longo do tempo dando origem a novos comportamentos e valores.
3. Existem instituições que favorecem e instituições que servem de obstáculo ao crescimento/desenvolvimento.
4. A evolução do capitalismo conformou certas instituições e comportamentos que estão relacionados a sucesso econômico. Estas instituições e comportamentos permitiram ao homem alcançar níveis de crescimento e expansão tecnológica cada vez maiores confirmando o caráter cumulativo do processo.
5. A coexistência de instituições divergentes (instituições novas e antigas) é comum em uma sociedade dado que o processo de mudança institucional ocorre gradativamente.

Portanto, uma vez que compreende-se o crescimento e o desenvolvimento como dependentes de mudanças institucionais, tais fenômenos não podem ser analisados de forma abrangente e sistêmica se não houver um *background* institucional que possa fundamentar a investigação.

4.4 Considerações finais

O presente capítulo buscou investigar a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Para tanto, apresentou-se a teoria proposta pelos autores da Economia do Desenvolvimento com o objetivo de extrair a relação desta com a Economia Institucional. Concluiu-se que, mesmo os autores não sendo considerados economistas institucionalistas, sua perspectiva em relação ao crescimento e desenvolvimento está permeada pelos conceitos de instituição e mudança institucional.

Foi possível aplicar os desenvolvimentos teóricos apresentados nos capítulos anteriores de forma a estabelecer uma ponte entre a Economia Clássica do Desenvolvimento e a Economia Institucional. Esta aproximação entre as duas escolas permite uma análise abrangente do processo de desenvolvimento incluindo os chamados “fatores não econômicos”. Na realidade, sob uma perspectiva institucional, tais fatores também fazem parte da análise econômica, pois conforme Veblen (1898) defendeu, o objetivo da Economia é delinear os fenômenos relacionados à manutenção da vida humana, os meios pelos quais a humanidade se organiza para suprir suas necessidades materiais, e a forma como estes meios são alterados ao longo do desenvolvimento de cada comunidade.

O desenvolvimento, enquanto um processo de mudança institucional, precisa ser analisado sob uma perspectiva institucional evolucionária. A capacidade do homem de deliberar e a capacidade de aprendizado são essenciais no processo de mudança institucional, o que remete novamente à ontologia do homem defendida por Veblen. Uma teoria que não trata das mudanças de preferências e comportamento do homem diante de novos contextos não é capaz de enfrentar de forma específica e eficaz a questão do desenvolvimento. Entender e tratar teoricamente o homem enquanto formado por valores e agente formador de valores é essencial para este tipo de análise.

Uma vez que o desenvolvimento é uma mudança nas atitudes das pessoas, argumenta-se que a mudança inicial ocorre nas formas de pensar. Um grupo dominante ou grande parte da sociedade começa perceber o processo econômico e social de maneira diferente, e alterações nos aspectos econômicos precisam ser traduzidas e acompanhadas por alterações em questões sociais e culturais de uma sociedade. O impulso inicial então começa na mudança de pensamentos. Quando esse grupo consegue transmitir essa nova forma de pensar para o comportamento, ou seja, consegue efetivar essa nova visão no comportamento, principalmente político, econômico e social, então a repetição desses comportamentos e a adesão da maioria da população a essa nova forma de pensar e agir vai fazer com que surjam novas instituições. A partir desse ponto, as instituições cooperam para que os novos valores ligados ao desenvolvimento sejam mantidos e repassados entre as gerações. Enquanto essa mudança se processa, também há o embate entre a nova instituição e as instituições antigas que já existiam na estrutura institucional.

Os autores clássicos do desenvolvimento econômico, mesmo não sendo reconhecidamente institucionalistas, fornecem exemplos de como as instituições estão relacionadas ao processo de desenvolvimento. O processo de desenvolvimento é considerado por eles como um processo de mudança de valores e comportamentos. A perspectiva de crescimento/desenvolvimento dos autores analisados acima está inserida em um modelo que valoriza a industrialização e consumo enquanto práticas que levam aos resultados esperados de crescimento. O aumento do consumo e o aumento da produção são altamente valorizados e incentivados, pois historicamente os países que conseguiram sucesso econômico (crescimento) adotaram tais práticas. Os autores defendem que as instituições devem então favorecer o aumento do comércio, o surgimento de novas tecnologias de produção, a liberdade de ação para que os indivíduos possam inovar e empenhar em atividades econômicas, etc. A busca pelo crescimento da produção e do consumo marcaram as políticas econômicas dos países no pós guerra e ainda são perseguidas até hoje.

Como foi defendido nos capítulos anteriores, o ambiente humano e não humano estão em constante mudança. As últimas décadas trouxeram mudanças econômicas, sociais e ambientais que fizeram alguns cientistas, dentre eles economistas, sociólogos, biólogos, físicos e etc., questionarem o atual modelo de crescimento/desenvolvimento baseado em industrialização e consumo. Surgiu uma nova concepção de desenvolvimento no final do século XX: um desenvolvimento constituído pelo equilíbrio entre fatores econômicos, sociais e ambientais.

A pergunta que se faz neste ponto é: como a teoria do desenvolvimento no âmbito da Ciência Econômica tem incorporado tais mudanças? Como tem lidado com essa mudança de perspectiva em relação ao desenvolvimento? Qual a relação entre instituições e os requerimentos do desenvolvimento sustentável? Compreender o desenvolvimento econômico sob a perspectiva de sustentabilidade (considerando o meio ambiente como limite físico para expansão das atividades humanas) é uma mudança de hábito de pensamento que tem se tornado cada vez mais frequente não só entre os cientistas, mas também entre os cidadãos de diversos países. Portanto, o próximo capítulo pretende lançar luz sobre a relação entre desenvolvimento sustentável e mudança institucional.

5. UMA LEITURA INSTITUCIONALISTA DA ABORDAGEM PROPOSTA PELA ECONOMIA ECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Nos séculos XVIII e XIX a humanidade passou por um intenso período de revolução material e social. Novas técnicas de produção agrícola, novos recursos materiais empregados na produção, novas máquinas e equipamentos, novas formas de energia utilizáveis, juntamente com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação possibilitaram o crescimento da produção e do consumo sem que os recursos naturais se constituíssem em entrave para a evolução do processo. Desta forma, a preocupação de Ricardo com a influência da qualidade das terras sobre o sistema econômico e de Malthus com a pressão do aumento da população mundial sobre a oferta de alimentos foram enfraquecidas no âmbito da teoria econômica pelo extraordinário avanço tecnológico que tomou força no período da revolução industrial.

Uma vez que as possibilidades de uso da natureza foram expandidas através das inovações tecnológicas e das descobertas de novas fontes recursos e novos materiais, tornou-se comum na teoria econômica considerar os recursos naturais como um fator de produção abundante. As preocupações em relação ao funcionamento da economia voltaram-se então para questões referentes ao trabalho e ao capital. A importância dada a estes fatores no processo de produção pode ser percebida pela relevância que ganharam nas teorias macroeconômicas de crescimento (por exemplo, o modelo de Solow e Harrod-Domar).

Como apresentado no capítulo anterior, as teorias que versavam sobre crescimento/desenvolvimento no período pós Segunda-Guerra diagnosticaram que os países que ainda não tinham alcançado significativas taxas de crescimento do PIB precisavam de uma série de políticas (econômicas, sociais, bem como mudanças institucionais) que tinham por objetivo final garantir ao país capacidade de

expandir a produção, o consumo e o comércio internacional. Herdada do período mercantilista²⁰, a concepção de crescimento alcançou status normativo nas políticas econômicas em diversos países na segunda metade do século XX.

O crescimento econômico na perspectiva dos autores clássicos do desenvolvimento requeria o estabelecimento de instituições voltadas para a eficiência econômica, para aumentar as possibilidades de produção e intercâmbio comercial (por exemplo, como indicado por Lewis e Kuznets). As mudanças de hábitos de pensamento propostas tinham como intuito corroborar o esquema institucional do sistema capitalista: os valores de eficiência econômica, expansão da produção, aumento do consumo, ampliação da liberdade de empreender atividades econômicas, etc.

Entretanto, ao longo do tempo, os impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente foram se acumulando e se tornando cada vez mais patentes. Os desafios atualmente enfrentados pela humanidade abrem uma perspectiva essencialmente diferente para os economistas que abordam o desenvolvimento no século XXI: a necessidade de reconsiderar o papel dos recursos naturais na teoria econômica. A partir da década de 1960, a investigação dos impactos do crescimento sobre o meio ambiente e o consequente questionamento do modelo vigente começaram a pautar debates internacionais envolvendo estudiosos de diversas áreas, representantes governamentais e da sociedade civil organizada. Gradualmente foi sendo incluída na discussão política internacional a necessidade de conciliar um processo de

²⁰ Sundaram e Reinert (2011) buscaram a origem da concepção de expansão do sistema econômico enquanto objeto de investigação teórica no período do Mercantilismo. Segundo os autores, a ideia de crescimento foi uma das primeiras inovações mercantilistas. A partir de uma perspectiva institucionalista, pode-se afirmar que a valorização gradual dessa concepção ocorreu por conta das mudanças nos hábitos de pensamento, que em grande parte foram originárias do desenvolvimento das ciências. O processo de crescimento dos núcleos urbanos, o fortalecimento da ciência enquanto guia para ação humana e a mudança nas relações sociais (afrouxamento do controle da religião sobre os aspectos da vida e intensificação das relações comerciais para além dos laços de parentesco) contribuíram para mudar o modo como o homem interpretava o mundo. Além desses aspectos, a necessidade de consolidação e fortalecimento de um Estado perante outros requeria e justificava a concepção de expansão no período Mercantilista.

desenvolvimento que além de garantir melhores condições econômicas e sociais para as populações garantisse também a sustentabilidade ambiental.

No âmbito da Economia, a relação entre desenvolvimento e meio ambiente passou a ser explorada por diversos autores a partir de concepções teóricas distintas. Não há consenso sobre o modo de classificar as correntes e tendências do pensamento econômico em relação às questões ambientais. Veiga (2010) afirma que há uma diversidade de classificações: algumas consideram a existência de dois campos – o da sustentabilidade forte e da sustentabilidade fraca; enquanto outras fazem distinção de três blocos de teorias – neoclássicas, institucionais e ecológicas. Romeiro (2010) e Cechin e Veiga (2010) apresentam duas correntes principais do debate acadêmico em Economia do Meio Ambiente: a Economia Ambiental e a Economia Ecológica.

Considerando a concepção elaborada nos capítulos anteriores de que as instituições importam na análise econômica e que o desenvolvimento está estreitamente relacionado à mudança institucional, o presente capítulo tem por objetivo realizar uma leitura institucionalista do desenvolvimento sustentável proposto por autores ligados à Economia Ecológica. O objetivo é estabelecer uma ponte teórica entre a Economia Institucional e a Economia Ecológica ao mostrar que o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança institucional. Como será defendido, este novo modelo de desenvolvimento requer mudanças institucionais mais profundas do que aquelas requeridas pelo modelo que emergiu no pós Segunda Guerra.

A história da humanidade, e conseqüentemente sua história econômica, se desenrola de acordo com um processo evolutivo, ou seja, muda cumulativamente ao longo do tempo em virtude das alterações ambientais (ambiente humano e não humano). A própria proposição de um novo tipo de desenvolvimento que considere não só os aspectos econômicos e sociais, mas também os aspectos ambientais é resultado da conjunção de fatores historicamente condicionados – enorme aumento

populacional, intensificação das atividades econômicas, globalização dos padrões de produção e consumo, etc. Estes fatores impulsionaram um padrão de vida que, embora seja amplamente valorizado, têm causado profundos impactos sobre o meio ambiente.

Desta forma, a teoria econômica sobre o desenvolvimento deve ser capaz de examinar este tipo de processo evolutivo. A Economia Ecológica se propõe a incluir o meio ambiente na análise como um fator fundamental para a vida humana e para suas atividades e indica que o atual modo de vida, e muito do que ele valoriza, não condiz com o desenvolvimento sustentável. A Economia Institucional estuda o processo econômico sob a perspectiva dos valores fundamentais (instituições) que o direcionam indicando a relação entre as instituições e analisando sua mudança. Neste sentido, estabelecer uma ponte teórica entre estas duas vertentes permite compreender quais instituições têm guiado o processo econômico atual e como estas instituições se relacionam com as proposições requeridas para o desenvolvimento sustentável. O presente capítulo investiga a relação entre instituições e desenvolvimento sustentável visando corroborar a concepção de desenvolvimento enquanto um processo evolutivo, contribuindo assim para a análise do desenvolvimento do século XXI.

A literatura econômica sobre sustentabilidade é vasta tanto a nível internacional quanto nacional. Escolheu-se então fazer um recorte teórico selecionando para este trabalho autores representativos ligados à Economia Ecológica. Dois motivos específicos fundamentaram esta escolha: a perspectiva teórica dos autores selecionados é compatível com o mote teórico desta dissertação no que diz respeito a uma abordagem heterodoxa e evolucionária, e também devido a possibilidade de fazer uma leitura institucionalista de suas proposições, mesmo que os autores não se reconheçam como economistas institucionalistas. Dentre os nomes selecionados estão autores internacionais como Nicholas Georgescu-Roegen, um pioneiros na introdução das questões ambientais na análise econômica, Herman Daly, aluno de

Georgescu e um dos principais economistas a trabalhar com desenvolvimento sustentável, e autores de importante expressão nacional como Ignacy Sachs, Ademar Romeiro e José Eli da Veiga.

Considerando que o objetivo deste capítulo é relacionar o conceito de desenvolvimento sustentável defendido pela Economia Ecológica com a abordagem institucionalista, é importante ressaltar que não faz parte do seu escopo apresentar e analisar as diversas correntes que tratam a relação entre o sistema econômico e o meio ambiente, assim como não será elaborada uma definição própria de desenvolvimento sustentável.

Para cumprir o objetivo proposto este capítulo conta com cinco seções além desta introdução. A seção 5.1 apresenta brevemente o contexto histórico no qual emergiu o debate das questões ambientais e como a preocupação com relação homem/meio ambiente se tornou um ponto importante na agenda internacional. A seção seguinte apresenta os princípios e as proposições da Economia Ecológica para o desenvolvimento sustentável a partir de autores selecionados. Em sequência, são apresentadas duas instituições fundamentais para capitalismo no século XXI. A seção 5.4 relaciona estas duas instituições com as proposições da Economia Ecológicas de forma a compreender a mudança institucional que é requerida pelo desenvolvimento sustentável. O capítulo é encerrado com considerações finais.

5.1 A preocupação com o meio ambiente na agenda global

No período compreendido entre a Revolução Industrial e a Segunda Guerra, o homem aprendeu a viver em um novo modo de produção com novos requerimentos e possibilidades. O aumento da diversidade e opção dos bens de consumo, as possibilidades de transporte e comunicação mais eficientes e a vida no meio urbano intensificaram o desejo de possuir bens e relativizaram os limites de tempo e de

capacidade do homem de agir sobre a natureza. A humanidade experimentou um período de grande expansão do conhecimento e das formas de utilizar o meio ambiente para atingir objetivos estabelecidos, de forma que a noção de limites tornou-se cada vez mais tênue para um homem cada vez mais capaz de expandir seu domínio sobre o meio material. A este respeito, Georgescu-Roegen (2012, p. 64) afirma que

As realizações sem precedentes da Revolução Industrial haviam impressionado tão bem a todos, quanto ao que o homem poderia fazer com a ajuda de novas máquinas, que a atenção geral se confinou sobre a fábrica. A profusão de descobertas científicas espetaculares ocasionadas pelos novos meios técnicos reforçou a admiração geral pelo poder da tecnologia. Ela induziu também os intelectuais a superestimar e, finalmente, a exaltar os poderes da ciência. Evidentemente, colocada em tal pedestal, ninguém poderia nem mesmo conceber a existência de obstáculos reais inerentes à condição humana.

A transformação do meio ambiente pelo homem era sinal de progresso de uma sociedade que conquistou conhecimento e instrumentalidade para tal tarefa. Entretanto, com a intensificação da ação humana sobre a natureza ao longo do tempo, os efeitos negativos dessa intervenção passaram a ser cada vez mais patentes e prejudiciais. A preocupação com os recursos naturais e com o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente só começou a ganhar atenção na segunda metade do século XX. Barbieri (1997) afirma que a preocupação com o meio ambiente se deu lentamente e de modo diferenciado entre os países. Conforme o autor, a percepção de que as atividades humanas estavam gerando impactos negativos sobre o meio ambiente foi gradualmente tomando espaço, primeiramente em âmbito local, depois nacional e global.

O período do pós-guerra contribuiu para agravar as consequências negativas do crescimento sobre o meio ambiente. Os países devastados pela guerra lançaram mão de um acelerado crescimento no intuito de reerguerem-se economicamente. Concomitantemente, as diferenças econômicas e sociais entre os países ricos e pobres tornavam-se gradativamente maiores, levando os economistas do desenvolvimento e governantes a defenderem a concepção de que os países

subdesenvolvidos deveriam espelhar-se nas políticas dos países industrializados a fim de alcançarem semelhante crescimento.

O referido período foi marcado pelo crescimento acelerado nos países desenvolvidos sob uma forma predatória dos recursos naturais e dos ecossistemas. Nos países em desenvolvimento intensificava-se a industrialização, a prática agrícola de larga escala e a urbanização, fazendo com que estes também passassem a experimentar os efeitos ambientais negativos do modelo de crescimento baseado na exploração ilimitada dos recursos naturais e na crescente produção de bens materiais. A aspiração pelo crescimento contínuo consolidou-se como objetivo condutor das políticas econômicas para um número cada vez maior de países ao redor do mundo, intensificando o problema ambiental tanto países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Os efeitos negativos das atividades humanas foram intensificados como resultado da busca incessante por taxas cada vez maiores do PIB e do aumento populacional a nível global. Dias (2011) afirma, com base no relatório de WBSC/PNUMA (1998)²¹, que na segunda metade do século XX foi empregada na produção mundial uma quantidade maior de recursos naturais do que em toda a história anterior da humanidade. Conforme o autor, um dos fatores que contribuiu para a tomada de consciência do impacto ambiental das atividades humanas foi a incidência de grandes acidentes ambientais no século XX, que chamaram a atenção da opinião pública pela extensão dos resultados prejudiciais gerados e alcançaram grande repercussão devido às facilidades de comunicação nessa época (comparado a períodos anteriores). Tais acidentes resultaram em mortes, contaminação de humanos e de recursos naturais (solo, ar, água), e ainda tornaram evidente a

²¹ WBSC/PNUMA. *Eco-efficiency and cleaner production*. Charting the course to sustainability. Paris: WBCSD, 1998.

dificuldade/impossibilidade de minimizar os efeitos negativos sobre os ecossistemas atingidos²².

As questões ambientais passaram a ser discutidas em nível internacional a partir da década de 1960. Dias (2011) aponta que o livro de Rachel Carson publicado em 1962 sobre os perigos da utilização do inseticida químico DDT na produção agrícola levou o Senado norte-americano a proibir totalmente seu uso nos Estados Unidos. Este acontecimento teve grande repercussão internacional, levando muitos países a realizar inspeção de terras, rios, mares e atmosfera e a preocuparem-se com danos ambientais. Contribuiu também para fazer emergir a questão da poluição como um dos grandes problemas ambientais no mundo²³.

O ano de 1968 é considerado um marco nas discussões sobre meio ambiente. Em abril daquele ano reuniram-se em Roma cientistas, educadores, industriais e funcionários públicos de 10 países com o objetivo debater os dilemas da humanidade no que se referia à interdependência entre desenvolvimento e limitações ambientais. Esse grupo foi intitulado Clube de Roma e seus integrantes comprometeram-se a fomentar a consciência sobre questões ambientais nas esferas política, acadêmica e profissional. Neste mesmo ano a Unesco realizou em Paris uma conferência sobre conservação e o uso racional dos recursos da biosfera. Conforme Dias (2011) afirma, o ano de 1968 foi marcado por grandes mobilizações sociais ao redor do mundo, principalmente estudantis, que questionavam a racionalidade do sistema capitalista e buscavam novas formas de convivência. Este fato histórico também contribuiu para a disseminação da discussão em relação à problemática ambiental.

²² Dias (2011) lista uma série de acidentes que tiveram repercussão internacional, dentre eles, o acidente na usina de Chernobyl (na antiga URSS) em 1986, que lançou na atmosfera um volume de radiação 30 vezes superior ao da bomba de Hiroshima contaminando diversos países europeus e até mesmo o Japão; e a contaminação de pessoas e recursos hídricos em decorrência da atuação da fábrica de pesticidas da Shell em Paulínea (SP) na década de 1970.

²³ CARSON, Rachel (1962). *Silent Spring*. Publicado no Brasil em 1968 com o título "Primavera Silenciosa" pela editora Melhoramentos (SP). Daly (1968) também cita este trabalho de Rachel Carson como uma importante avaliação dos impactos de pesticidas químicos sobre o ambiente.

Na década de 1970 o questionamento sobre o modelo de crescimento capitalista intensificou-se: apesar de avanços na esfera econômica, os níveis de subdesenvolvimento e pobreza permaneciam altos e a desigualdade tornava-se cada vez maior tanto em países ricos quanto em países pobres. Em relação às questões ambientais, contestava-se o mito da abundância do capital natural assim como era constatado o agravamento da deterioração do meio ambiente em decorrência do modelo de crescimento adotado (DIAS, 2011).

Em 1972 o Clube de Roma publicou o relatório “Limites do Crescimento”, que através da agregação de conhecimento de áreas diversas da ciência e a partir da teoria da dinâmica sistêmica e da modelagem computacional analisaram as consequências do crescimento populacional e do consumo sobre os limites físicos do planeta (MEADOWS *at al*, 2007). Embora tenha sido criticado por ser considerado alarmista, o relatório influenciou a opinião pública, governos e organizações internacionais. Dias (2011) ressalta que seu maior mérito foi fomentar um processo de debates contínuos que resultaram na apresentação de novas propostas para o desenvolvimento sustentável.

Ainda em 1972, a ONU realizou em Estocolmo, na Suécia, a Conferência da Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano com participação de 113 Estados-membros da ONU. Governos de todo o mundo manifestaram-se sobre as consequências da economia para o meio ambiente. O relatório do Clube de Roma e a Conferência das Nações Unidas contribuíram para o estabelecimento de preocupações normativo-institucionais no âmbito da ONU, dos Estados (criação de Ministérios, Agências e outros órgãos direcionados à fomentar a preservação do meio ambiente e estabelecer legislações ambientais), e de organizações financeiras multilaterais (DIAS, 2011).

Diversos acordos e conferências internacionais foram realizados a partir da década de 1970 e durante os anos 80 e 90. Em 1983 foi criada a Comissão Mundial sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) que publicou em 1987 o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, considerado um dos documentos mais importantes no cenário da discussão ambiental. O debate das questões ambientais passou gradualmente a fazer parte da agenda de discussão global. A nível internacional cabe ressaltar a realização de três Conferências das Nações Unidas: a Rio92, realizada no Rio de Janeiro onde se popularizou o conceito de desenvolvimento sustentável; a Rio+10, realizada em 2002 na cidade de Joanesburgo com o objetivo de avaliar a situação do meio ambiente global em função das medidas adotadas na conferência de 1992; e a Rio+20, que ocorreu em 2012 no Rio de Janeiro.

No final do século XX as agências internacionais de financiamento do desenvolvimento passaram a vincular a concessão de empréstimos à consecução de metas ambientais pelos requerentes. As Organizações Não Governamentais (ONG'S) também tiveram um papel muito importante para a colocação das questões ambientais na pauta de discussão mundial. Desde a década de 1960 ONG's ambientalistas já chamavam a atenção da sociedade e dos governos para as consequências da exploração predatória dos recursos naturais e da poluição gerada pelo modo de produção e consumo estabelecidos. Ao longo das últimas décadas o número de ONG's ambientalistas ao redor do mundo cresceu e atualmente elas têm importante papel no cenário mundial na identificação, monitoramento e solução de problemas ambientais (DIAS, 2011). Vários países criaram secretarias ou agências voltadas para a coordenação de políticas ambientais e para controle de atividades sobre o meio ambiente. Também foram criadas leis e códigos ambientais visando a preservação de áreas e a regulação da exploração de recursos naturais.

5.2 Desenvolvimento sustentável na perspectiva da Economia Ecológica

A Economia Ecológica compreende que o processo econômico está inserido dentro de um contexto mais amplo que é o ecossistema. Rejeita-se a análise do fluxo econômico fechado no qual a interação do meio ambiente e da economia não é analisada. Se a base material do processo econômico é construída a partir dos recursos naturais (energia e matéria) que são extraídos do meio ambiente e transformados em bens e resíduos, não se pode deixar o meio ambiente de fora da análise econômica. Conforme Daly (2004, p. 197), “Em suas dimensões físicas, a economia é um subsistema aberto do ecossistema terrestre, o qual é finito, não-crescente e materialmente fechado.”

Enquanto a análise padrão da economia foi construída considerando o modelo da física mecânica, a constituição da Economia Ecológica teve como base a termodinâmica. Esta vertente da física ofereceu os princípios fundamentais que ajudaram a estruturar uma teoria que incorpora os efeitos do processo econômico sobre o meio ambiente. Do ponto de vista puramente físico, o processo econômico transforma recursos naturais (baixa entropia) em resíduos (alta entropia). Georgescu-Roegen (2012), um dos precursores na introdução da termodinâmica na análise econômica, afirma que as atividades biológicas e econômicas sempre apresentam um custo maior do que o produto em termos de entropia.

O conceito de entropia é uma noção complexa até para os estudiosos da termodinâmica (HAAR, 1959, *apud* GEORGUSCU-ROEGEN, 2012, p. 57). A definição adotada por Georgescu conceitua entropia como uma medida de energia não utilizável num sistema termodinâmico. A energia utilizável diz respeito àquela sobre a qual o homem pode exercer domínio, podendo transformá-la em calor ou trabalho. Já a energia não utilizável é aquela que está caoticamente dissipada e não permite ser canalizada para realização de trabalho. Georgescu-Roegen (2012) exemplifica o conceito analisando a transformação em pedaço de carvão a ser

queimado: a energia química que contém inicialmente é utilizável podendo ser transformada em calor ou trabalho. Após sua queima, a energia anteriormente livre dissipa-se em forma de calor, fumaça e cinza. A quantidade de energia que compunha o pedaço de carvão não foi aumentada nem reduzida, mas transformou-se, mudou de qualidade, passando de uma energia com estrutura ordenada para uma energia caoticamente dissipada.

A termodinâmica aponta que as transformações de matéria e energia são transformações *qualitativas*. A física mecânica não pode lidar com tais transformações uma vez que preocupa-se somente com o movimento e distribuição de energia: a matéria e energia que entram num processo, no plano dos fenômenos mecânicos, devem sair sem alterações quantitativas ou qualitativas. Enquanto a Ciência Econômica esteve restrita às analogias com modelo mecânico, não pode perceber que o processo material da economia transforma qualitativamente os recursos que utiliza (GEORGESCU-ROEGEN, 2012). O foco da análise convencional sobre a utilidade gerada pelo processo econômico não deixou espaço para a discussão sobre a diferença qualitativa entre os recursos absorvidos neste processo e os resíduos dele resultantes.

Georgescu-Roegen introduz na análise econômica dois princípios da termodinâmica. O primeiro é a Lei da Conservação, formalmente idêntico ao princípio da conservação da energia mecânica, segundo o qual não se pode criar ou destruir energia e matéria. Mas foi a introdução do segundo princípio que abriu para a Economia uma nova perspectiva analítica: a chamada Lei da Entropia diz que a entropia num sistema isolado aumenta continuamente tendendo para um ponto máximo, um ponto de degradação no qual a energia torna-se indisponível para realizar trabalho. Ou seja, a energia utilizável é continuamente transformada em energia não utilizável. Nesta perspectiva, o processo econômico é caracterizado como um movimento irreversível, evolucionário e entrópico: “A verdade é que o processo econômico não é um processo isolado e independente. Ele não pode

funcionar sem uma troca contínua, que altera o meio ambiente de maneira cumulativa e sem ser, no retorno, influenciado por essas alterações” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 75).

A partir da concepção de Georgescu-Roegen de que a economia, como um subsistema do ecossistema, está suscetível à degradação entrópica, Cechin e Veiga (2009) afirmam que o fundamento central da Economia Ecológica não se refere à alocação dos fatores de produção (capital, trabalho e terra) ou à distribuição de renda – questões que absorveram praticamente todo o esforço analítico desde o surgimento da Economia. Antes, refere-se à questão de escala, do tamanho físico da economia em relação ao ecossistema. Para esta corrente teórica, há um limite para o crescimento da produção material a partir do qual a produção pode resultar em custos ecológicos e econômicos que ultrapassariam os benefícios da expansão material.

O dogma mecanicista na Ciência Econômica conduziu a uma análise na qual o movimento é reversível, e portanto, atemporal, fazendo proliferar modelos econométricos cada vez mais complicados que não dão conta de retratar um mundo não mecânico e que “muitas vezes, só servem para escamotear as mais fundamentais questões econômicas” (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 74)²⁴. Uma comprovação de como esse dogma influenciou a teoria econômica é o fato de que nos livros de introdução à Economia o processo econômico é apresentado como um fluxo circular entre produção e consumo, isolado e sem interdependência alguma com o meio ambiente (GEORGESCU-ROEGEN, 2012; CECHIN e VEIGA, 2010)²⁵.

²⁴ Cabe ressaltar que a crítica de Georgescu aos modelos econométricos é uma crítica de um matemático e estatístico que iniciou sua carreira na Economia realizando trabalhos de cunho ortodoxo com a utilização da estatística e que foi reconhecido, antes de voltar-se para a perspectiva ecológica, como um grande economista matemático. A esse respeito, ver Cechin (2008) e Veiga (2010).

²⁵ A este respeito, Veiga (2010, p. 51) afirma que “O modelo de pensamento dominante na ciência econômica sempre foi mecânico e fascinado pela ideia de equilíbrio. A prevalecente suposição de que o sistema econômico poderia atingir um ‘ótimo’ sempre ignorou a união entre os sistemas econômicos e bióticos, além de desdenhar a existência de limites naturais. Nos modelos econômicos convencionais, os fatores que devem ser maximizados são utilidades individuais e não necessidades de um sistema biótico.”

Essa visão mecanicista da Economia é rejeitada pela Economia Ecológica. Nos termos de Georgescu-Roegen (2012, p. 63):

Nada poderia, pois, estar mais longe da verdade do que a ideia de processo econômico como um fenômeno isolado e circular, como o representam tanto os marxistas quanto os economistas ortodoxos. O processo econômico está solidamente apoiado numa base material que está sujeita a pressões bem precisas. É por causa dessas pressões que o processo econômico comporta uma evolução irreversível em sentido único. No mundo econômico, unicamente a moeda circula em dois sentidos, de um setor econômico para outro (embora, na verdade, até mesmo a moeda metálica se desgasta lentamente, de modo que seu estoque deve ser reconstituído por retirada nos depósitos minerais).

Uma vez que a tendência do ecossistema é a degradação entrópica, o homem luta contra essa degradação nutrindo-se de baixa entropia retirada do ambiente. Mas a baixa entropia do ambiente é escassa. As necessidades da vida são providas a partir da combinação de matéria e energia e ambos os elementos se deterioram. Não reconhecendo esses fatos, criou-se na Ciência Econômica mitos relacionados à possibilidade de sempre encontrar novas fontes de energia e meios de torná-las utilizáveis. Georgescu-Roegen (2012) reconhece que a inovação tecnológica tem importante papel na redução do esgotamento das reservas de recursos materiais. Mas o autor é claro em afirmar que é preciso deixar de insistir na expansão da oferta de recursos e bens disponíveis e voltar-se para redução do uso de recursos de baixa entropia, ou seja, uma restrição na demanda por recursos.

A atividade econômica de uma geração causa impacto nas possibilidades de atividade econômicas que as gerações futuras terão. Neste sentido, Georgescu-Roegen destaca que a questão ecológica é justamente o problema da relação de qualidade de vida entre uma geração e outra. Esta relação depende da distribuição do dote da humanidade (recursos ambientais) entre as gerações de modo a possibilitar a manutenção da vida. O autor trabalha com um horizonte de longuíssimo prazo no qual a espécie humana teria continuidade por muitas gerações antes de atingir o ponto máximo de degradação entrópica.

O crescimento econômico não é inevitável, ou seja, o crescimento não é uma trajetória à qual não se pode escapar. Ele é, na verdade, o resultado de um processo multiplamente determinado. A história da humanidade mostra que os requisitos para o crescimento econômico, ou para o desenvolvimento (referindo-se a desenvolvimento como um processo de evolução, de mudança) foram sendo estabelecidos ao longo do tempo e que hábitos de pensamentos relacionados ao crescimento foram sendo incorporados e compartilhados gradativamente pela humanidade. Georgescu-Roegen (2012) afirma que o desejo por crescimento faz parte da constituição instintiva do homem, e para isso, recorre à caracterização dos instintos humanos descrita por Veblen:

As raízes do crescimento econômico estão profundamente fixadas na natureza humana. É por causa dos instintos humanos de artesanato e de curiosidade ociosa, descritos por Veblen, que uma inovação suscita outra – e é isso que constitui o desenvolvimento. Em razão também da fascinação do homem pelo conforto e pelas novidades, toda inovação conduz ao crescimento. Na verdade, o desenvolvimento não é uma característica inevitável da história: ele depende de diversos fatores e também de acidentes, o que explica que o passado do homem consista principalmente de longas sequências de estados quase estacionários, e que a era de efervescência atual não passe de uma pequena exceção (GEORGESCU-ROEGEN, 2012, p. 105).

O autor refere-se ao instinto para o artesanato e ao instinto de curiosidade como a raiz do processo de crescimento, e em sua concepção, se o crescimento ocorrer através das inovações, então pode ser chamado de desenvolvimento. Esta perspectiva do autor está diretamente relacionada à teoria schumpeteriana (Schumpeter foi o mentor de Georgescu-Roegen em teoria econômica). Uma vez que os instintos suscitam as inovações, e que estas alteram o ambiente no qual são estabelecidas, é possível afirmar, pelo exposto no trecho citado acima, que os instintos são a causa da mudança que resulta em crescimento/desenvolvimento. Ressalta-se que esta conclusão está em concordância com a perspectiva institucional adotada neste trabalho, principalmente no que se refere ao processo de mudança institucional.

Apesar de as raízes do crescimento estarem presentes na constituição instintiva do homem, Georgescu-Roegen (2012) afirma que o processo de expansão material depende de fatores diversos e até de acidentes. Pode-se concluir, a partir de uma visão institucionalista, que os instintos são apenas a razão suficiente. A causa eficiente englobaria a disponibilidade de recursos, o avanço da ciência, o estabelecimento de instituições que privilegiariam o consumo e a acumulação, por exemplo. Desta maneira, afirma-se que as trajetórias de crescimento não são um desenvolvimento obrigatório da constituição humana, mas foram conformadas dentro de um contexto social e histórico de acordo com valores incorporados e compartilhados em cada sociedade, sendo resultado então da conjunção da razão suficiente com a causa eficiente.

A evolução humana transcendeu os limites biológicos e incluiu a evolução de instrumentos fabricados pelo homem – os instrumentos exossomáticos. Todas as espécies utilizam instrumentos endossomáticos, ou seja, instrumentos dos quais os organismos individuais são dotados ao nascer (pernas, garras, asas e etc.). O homem, entretanto, conseguiu expandir grandemente sua ação sobre o meio ambiente a partir da produção de instrumentos que não faziam parte da sua dotação física natural. A evolução exossomática imprimiu duas transformações na espécie humana: o conflito social irreduzível que caracteriza a espécie humana e uma alta dependência do homem aos instrumentos exossomáticos (GEORGESCU, 2012).

Uma vez que o homem já está traçando o caminho do crescimento, da expansão econômica, e a partir da compreensão de que o processo econômico é evolucionário e irreversível, não é lógico/aceitável que se considere a possibilidade da humanidade voltar a viver em condições de sociedades primitivas em termos de utilização de recursos e impactos ambientais. Georgescu-Roegen (2012, p. 132) afirma que não é sensato propor à humanidade que renuncie totalmente ao conforto material proporcionado pela evolução exossomática: “A humanidade não voltará às cavernas [...]”. Mas embora não seja possível nem desejável retornar ao modo de

vida da sociedade de coletores, o autor argumenta que o decrescimento (redução da produção e consumo a níveis sustentáveis do ponto de vista ambiental) é uma necessidade real se os homens pretendem perpetuar a espécie.

Neste íterim, Georgescu-Roegen (2012) defende que o processo econômico deve estar alinhado com os requisitos de uma bioeconomia – uma economia que esteja alinhada com a lei da entropia e na qual seus agentes estejam preocupados com a qualidade de vida não só da geração presente e das subsequentes, mas também daquelas que virão após os descendentes diretos, ou seja, preocupação com a sobrevivência da espécie humana.

O autor propõe um programa bioeconômico mínimo no qual a economia reconheça a lei da entropia assim como a necessidade de reduzir o esgotamento dos recursos e a poluição. Tais propostas implicam necessariamente em redução da demanda por recursos naturais, redução da produção e do consumo sendo, portanto, diametralmente opostas à concepção de crescimento. Como exemplo das medidas defendidas por Georgescu-Roegen, podem ser citadas 1) a proibição de guerras e da produção de material bélico como forma de evitar mortes em massa e liberar recursos financeiros e produtivos para a ajuda internacional; 2) a redução progressiva da população até um nível em que a alimentação adequada pudesse ser fornecida pelo sistema de agricultura orgânica; 3) o abandono da tendência de produzir e consumir novos bens de variados tipos; 4) evitar desperdício de energia e substituir energia de fontes não renováveis por energia solar; 5) abandonar a imposição da moda (trocar de carro e de roupas a cada ano, e mudar a decoração da casa a cada dois anos, por exemplo); e 6) produzir bens que apresentem maior durabilidade.

A proposição de Georgescu-Roegen objetiva uma redução da tendência de extração de recursos naturais. O autor afirma que mecanismos monetários não são suficientes para reduzir essa tendência e que há necessidade de uma reeducação a

fim de que o homem preocupe-se com o bem-estar dos futuros seres humanos da mesma forma como preocupa-se com o próprio bem-estar contemporâneo. Esta concepção aponta para um comportamento econômico diferente (menos produção e menos consumo) e para uma visão de mundo bastante diversa da atual. No tocante à proposição de Georgescu-Roegen, Cechin (2008, p. 78) afirma que:

A ideia é que não bastará parar de crescer, ou mesmo estabilizar o fluxo de recursos naturais que entra na economia. A rigor, dever-se-ia estar pensando na redução desses fluxos. A partir do momento em que a entrada de recursos naturais for tão pequena que não é mais capaz de manter o fundo de capital intacto, este passa a se deteriorar fisicamente. Isso significa um decrescimento real da escala da economia. É por isso que no longuíssimo prazo Georgescu não via outra maneira de evitar que o processo de extinção da espécie humana seja acelerado a não ser por meio do decrescimento econômico.

A perspectiva de Georgescu-Roegen é considerada pessimista, pois a conclusão do autor é que a segunda lei da termodinâmica evidencia uma fatalidade: o ponto máximo da degradação entrópica será em algum momento atingido (Veiga, 2010). Uma vez que o sistema ecológico caminha para a degradação de matéria e energia de baixa entropia no longuíssimo prazo, quanto mais rápido for o desgaste anual dos recursos de baixa entropia, mais curta será a esperança de vida da espécie humana. Por isso o autor defende o decrescimento como forma de prolongar as condições materiais de existência da espécie humana. A energia solar (energia renovável abundante) deveria passar a ser a fonte principal de energia a fim de reduzir a pressão sobre recursos não renováveis e reduzir a poluição por eles gerada (GEORGESCU-ROEGEN, 2012).

Uma perspectiva diferente da concepção de decrescimento é apresentada por Herman Daly. Ele foi aluno de Georgescu-Roegen e seguiu o caminho de seu professor no que se refere a analisar o processo econômico como um processo inter-relacionado ao ecossistema. Entretanto, diferentemente de Georgescu, Daly não defende o decrescimento, e sim um estado estável que garanta as necessidades do contingente populacional e mantenha sustentáveis os ciclos biogeoquímicos dos quais toda forma de vida na Terra depende. A proposta de Daly

é menos pessimista do que os desenvolvimentos de seu professor e resgata dos clássicos (principalmente John Stuart Mill) a concepção de condição estacionária, que prefere chamar de *steady-state economy* (VEIGA, 2010).

Em seu artigo seminal, Daly (1968) chama a atenção para a necessidade de analisar a interação do processo econômico com o sistema ecológico. O autor compara a economia ao metabolismo nos seres vivos, onde há entrada de matéria e energia utilizáveis (baixa entropia) e a saída de matéria e energia degradadas (alta entropia) como resultado final do processo. Sendo assim, a análise do processo econômico não deve restringir-se a considerações em termos de utilidade marginal gerada pela produção, pois este tipo de análise deixa à parte os efeitos das atividades econômicas sobre o meio ambiente. Deve-se considerar a utilidade total produzida, ou seja, mensurar e avaliar tanto os ganhos quanto as perdas derivados das atividades econômicas.

Ao transformar recursos utilizáveis (baixa entropia) em recursos não utilizáveis (alta entropia), as atividades humanas sobre o meio ambiente são caracterizadas pela irreversível degradação de matéria e energia (pois não podem voltar ao seu estado original). Tal constatação levou Daly (1968) a afirmar que o produto final físico do processo econômico é lixo – matéria e energia não utilizáveis. A economia convencional busca maximizar a produção total, mas o autor destaca que não faz sentido maximizar matéria e energia degradadas.

O fluxo de matéria e energia que possibilita a realização das atividades econômicas e a manutenção da vida é unidirecional, não circular e irreversível em decorrência da segunda lei da termodinâmica. A lei da entropia é a razão da escassez natural observada no ambiente e da resultante escassez na atividade econômica. Por isso, essas atividades devem se descrever como um subsistema componente de um conjunto maior – o sistema ecológico, uma vez que toda manutenção e desenvolvimento da vida dependem da base material proporcionada pelo meio

ambiente (recursos naturais e funções ecossistêmicas²⁶). O desenvolvimento das atividades humanas está intrinsecamente ligado à natureza, como afirma Bates (1960, *apud* DALY, 1968, p. 399) no trecho a seguir:

The economy of nature and ecology of man are inseparable and attempts to separate them are more than misleading, they are dangerous. Man's destiny is tied to nature's destiny and the arrogance of the engineering mind does not change this. Man may be a very peculiar animal, but he is still a part of the system of nature.

Nesta perspectiva de inter-relação entre economia e meio ambiente, Daly (2002) propõe que o desenvolvimento econômico seja sustentável. O autor indica dois tipos de sustentabilidade: a) sustentabilidade da utilidade e b) sustentabilidade do *throughput* físico²⁷. A sustentabilidade com base na utilidade estabelece que a utilidade média *per capita* para os membros de uma geração deve ser não declinante, ou seja, a utilidade média deve pelo menos ser mantida constante entre as gerações. Por outro lado, a concepção de sustentabilidade do *throughput* físico define que a capacidade do ecossistema de sustentar os fluxos de extração de recursos naturais e absorção de resíduos não deve ser degradada.

Conforme Daly (2002), a utilização da definição de sustentabilidade como utilidade mantida para gerações futuras é inviabilizada por dois motivos. Primeiramente porque a utilidade é uma grandeza não mensurável, logo não é possível saber se está declinando, sendo mantida constante ou aumentando. E em segundo lugar porque a utilidade não é como um bem que possa ser deixado como herança para gerações futuras. Mesmo que desfrute de recursos proporcionais aos recursos atuais, não há como afirmar que uma geração futura terá a mesma utilidade média

²⁶ De acordo com Romeiro (2010), as funções ecossistêmicas podem ser definidas como as interações existentes entre os elementos estruturais de um ecossistema, como a transferência de energia, regulação de gás, ciclagem de nutrientes, regulação climática e do ciclo de água, por exemplo.

²⁷ Conforme indica Maria Amélia Enriquez na tradução do prefácio de May (2010), não há um termo preciso em português para *throughput*, mas a expressão pode ser traduzida como "transumo", entendido como o fluxo metabólico de matéria e energia que entra e sai da economia para o ecossistema.

da geração atual. Nas palavras de Daly (2002, p. 2), “Whether future generations make themselves happy or miserable with these gifts is simply not under our control”.

A abordagem de sustentabilidade com base no *throughput* oferece uma base concreta (conquanto a mensuração dessa base não seja tarefa trivial) para a avaliação do bem-estar entre gerações e permite indicar algo mais objetivo para ser transmitido às futuras gerações. O que deve ser preservado e transmitido é a capacidade da natureza de manter seus fluxos metabólicos, dos quais dependem as atividades econômicas e toda forma de vida no planeta. As atividades humanas se mantêm ao contrariar a força entrópica (degradadora) à qual todo o sistema natural está exposto (DALY, 2002). Sendo assim, para que a vida seja mantida ao longo das gerações faz-se necessário dispor de recursos naturais e manter as funções ecossistêmicas funcionando com a capacidade de gerar recursos e absorver resíduos. Daly salienta que utilizar este conceito de sustentabilidade não significa reduzir a economia à física, mas reconhecer as limitações que são impostas à economia pelas leis da física.

Reconhecer essa limitação imposta à economia implica reconhecer que, mesmo operando sustentavelmente, o processo econômico não poderá se perpetuar para sempre. Uma vez que a degradação entrópica é uma tendência verificada ao longo do tempo e que muitos recursos não são renováveis, a expectativa de vida da economia é muito menor do que a do universo²⁸ (DALY, 2002). Essa perspectiva de finitude é de certa forma incômoda para os economistas uma vez que, independente da corrente teórica, a concepção de crescimento e expansão da economia faz parte da formação acadêmica dos economistas, estando arraigada em seu *background* analítico. Uma visão teórica mais tradicional argumentaria que questões relacionadas à finitude da vida, assim como as questões relacionadas aos valores mantidos pela sociedade não fazem parte do escopo teórico da Economia.

²⁸ A este respeito Daly (2002, p. 2) afirma que: “Science tells us the physical world will end either in the big cooling or the big crunch. ‘Forever’ requires a ‘new creation’ – death and rebirth, not perpetual extension. Economics is not eschatology”.

A sustentabilidade no sentido do *throughput* estabelece que a longevidade da vida humana requer uma crescente dependência de recursos renováveis e a vontade de compartilhar os recursos não renováveis com as gerações futuras. O desenvolvimento é conceituado como um processo no qual se obtém maior utilidade por unidade de *throughput*, em contrapartida, o crescimento é definido simplesmente como aumento do *throughput* (DALY, 2002). Neste sentido, o desenvolvimento é um processo de melhor utilização dos fluxos metabólicos da natureza de forma que a riqueza gerada seja maior do que os malefícios resultantes. Enquanto o crescimento refere-se simplesmente à intensificação da utilização dos fluxos metabólicos sem considerar os efeitos líquidos decorrentes.

O desenvolvimento é consequência de um processo econômico que gera resultados líquidos positivos para o bem-estar humano. E sob a perspectiva de limites ambientais físicos, o crescimento pode ser antieconômico uma vez que pressiona o estoque de recursos e as funções ecossistêmicas sem considerar os efeitos negativos dessa pressão. A esse respeito, Daly (2002, p. 4) afirma que “Building the throughput into economic theory as a basic concept allows us to see that illth is necessarily generated along with wealth. When a growing throughput generates illth faster than wealth then its growth has become uneconomic”²⁹. Para a Economia Ecológica, o crescimento gera benefícios, mas ao mesmo tempo resulta em consequências não desejadas (esgotamento dos recursos naturais, poluição, alterações nos fluxos ecológicos) que têm impacto direto sobre a qualidade de vida e o bem-estar humanos. Para os autores dessa corrente teórica, o padrão de crescimento vigente é altamente prejudicial à manutenção da vida atual e futura. Nesta perspectiva, desenvolvimento e crescimento são condições bem distintas.

O fato de grande parte dos economistas não considerarem a relação entre o *throughput* e o processo econômico faz com que erroneamente identifiquem crescimento e desenvolvimento como sinônimos. No âmbito da macroeconomia, o

²⁹ Daly (2002) esclarece que “‘Illth’ is John Ruskin’s useful term for the opposite of wealth, i.e., an accumulated stock of bads as opposed to a stock of goods”.

PIB reflete apenas a soma do valor adicionado pelo trabalho e capital no processo de produção. Ele não contabiliza o valor e a depreciação da base material à qual o valor é adicionado (os recursos naturais), e por isso constitui-se numa medida que não reflete o resultado líquido do processo econômico. Ao focar somente o valor adicionado, os economistas estão desconsiderando a quantidade e qualidade da energia e matéria de baixa entropia utilizadas no processo de produção, assim como a contínua depleção (degradação) dos recursos e poluição do meio ambiente. A depleção e a poluição são efeitos que não podem ser deixados à margem porque sua intensificação reduz as possibilidades de produção e também de geração de bem-estar.

Na microeconomia, a função de produção geralmente conta apenas com trabalho e capital como insumos. E mesmo quando são incluídos os recursos naturais, a forma multiplicativa assumida na função implica que estes recursos podem ser substituídos por uma quantidade suficiente de capital e trabalho. Entretanto, o homem não pode produzir recursos de baixa entropia utilizando capital e trabalho, pois tais recursos são uma dívida da natureza e não da atividade humana. Daly (2002, p. 7) argumenta que essas falhas na teoria macro e microeconômica levam os economistas a formularem análises ilusórias sobre o processo econômico:

Since human action cannot produce low entropy in net terms we are entirely dependent on nature for this ultimate resource by which we live and produce. Any theory of production that ignores this fundamental dependence on throughput is bound to be seriously misleading.

A intensificação da utilização dos recursos naturais em resposta aos requerimentos do “crescimento como desenvolvimento” impacta o sistema de preços da economia. Daly (2007, p. 235) indica que a inflação de preços dos recursos naturais é caracteristicamente o resultado de um sistema que insiste em crescer além do limite imposto pela natureza: “If our financial institutions and plants insist on exponential growth in money values, but physical systems are unable to growth exponentially,

then inflation is the result – it is a symptom of the basic error of attempting the impossible”.

Conforme o autor, as teorias monetárias e macroeconômicas tradicionais têm tido dificuldades em conciliar inflação e desemprego e também a universalidade da inflação no sistema econômico porque falham em reconhecer o crescente custo real dos recursos naturais. Daly (2007, p. 234) indica uma relação entre o esquema institucional e a sustentabilidade ao afirmar que “It is likely that we simply cannot afford to pay the real cost of all the resources necessary to maintain full employment in the *context of the current economic institutions*” (grifo nosso). Esta afirmação indica que as instituições econômicas vigentes, ao reforçarem o objetivo de crescimento contínuo, tornam o processo inflacionário insustentável do ponto de vista econômico, além da já mencionada insustentabilidade ambiental.

Para o autor, a ideologia do crescimento contínuo não é factível. O ecossistema não suportaria a propagação do padrão de consumo corrente dos EUA (aceito comumente como um padrão de consumo que reflete o desenvolvimento) para a população mundial atual. Tão pouco haveria possibilidade estender um padrão de consumo crescente para uma população mundial também crescente (DALY, 2007). O crescimento ilimitado da produção e do consumo é antieconômico, pois resulta na escassez e inflação dos recursos naturais, na redução da capacidade de absorção de resíduos pelo meio ambiente, bem como a redução da capacidade do meio ambiente de manter os fluxos biogeoquímicos que sustentam a vida.

Embora a ideologia do “desenvolvimento como crescimento” seja o pensamento dominante tanto na teoria econômica quanto na política dos governos e agentes econômicos internacionais, Daly (2002) duvida que ela continue tendo sucesso por duas razões: 1) os limites ecológicos estão convertendo rapidamente o crescimento econômico em crescimento antieconômico em virtude da depleção, poluição e sacrifício das funções do ecossistema; e 2) o crescimento não eleva a renda relativa

de todos os indivíduos conjuntamente, mas resulta em concentração de renda e problemas sociais decorrentes desse processo. Uma vez que a pobreza e o bem-estar são função da renda relativa e não da renda absoluta, o crescimento é pouco efetivo sobre a distribuição de renda e sobre o bem-estar das populações.

Diante deste cenário, Daly (2004; 2007) propõe que se abandone o crescimento e volte-se para o *steady-state*. A economia no *steady-state* é caracterizada por uma população constante e um estoque físico de riqueza constante. O nível da população e do estoque de riqueza seria determinado por uma taxa de *throughput* que permitisse alta longevidade humana e alta durabilidade dos bens produzidos. A eficiência neste tipo de economia não é maximizar o *throughput*, como ocorre numa economia voltada para o crescimento, mas consiste em maximizar os serviços gerados pelos estoques constantes de recursos e minimizar o *throughput*. Nesta perspectiva, “The current fetish of maximizing throughput flow (or its close relative, real GNP) is [...] grossly antieconomic in that it implies maximization of depletion and waste” (DALY, 2007, p. 238). Romeiro (1999, p. 12) indica que para Daly a economia do *steady-state* não significa ausência de desenvolvimento, mas “um tipo de desenvolvimento que se define pela melhoria qualitativa na transformação e uso dos recursos naturais através da ciência e tecnologia, em acordo com um padrão de consumo menos centrado no uso de recursos não renováveis”.

Os autores ligados à vertente da Economia Ecológica fazem distinção entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento é o processo de contínua expansão da produção e do consumo, enquanto o processo de desenvolvimento é aquele no qual os seres humanos obtêm um nível de vida satisfatório sem comprometer o equilíbrio dinâmico do meio ambiente que garante a sustentação da vida. Conforme Daly (2004, p. 198),

O termo *desenvolvimento sustentável*, portanto, faz sentido para a economia, mas apenas se entendido como *desenvolvimento sem crescimento* – a melhoria qualitativa de uma base econômica física que é mantida num estado estacionário

pelo transumo de matéria-energia que está dentro das capacidades regenerativas e assimilativas do ecossistema (grifos do autor).

O desenvolvimento implica em melhoria qualitativa da vida humana. Sendo assim, a pobreza precisa ser atacada – os países em desenvolvimento precisam elevar a qualidade de vida de suas populações, o que vai requerer algum crescimento, mas esse crescimento deve observar os limites impostos pela natureza. Por outro lado, os países desenvolvidos precisam reduzir sua avidez por consumo (DALY, 2007). Compartilhando da visão de Daly, Sachs (1993) afirma que a superação da pobreza e da destruição do meio ambiente exige ainda um período de crescimento econômico pelo menos no Sul e no Leste, embora esse crescimento deva ser diferente do modelo de crescimento que “externaliza livremente os custos sociais e ambientais e que alarga a desigualdade social e econômica” (SACHS, 1993, p. 34).

Uma vez que os países em desenvolvimento buscam obter os padrões de consumo dos países desenvolvidos (o que já é realidade pelo menos para uma parte da população de nações em desenvolvimento), a necessidade da redução do consumo já abrange grande parte da população do planeta. Em contraposição, ainda há uma parte substancial da população mundial que vive em condições degradantes de pobreza e que por isso precisa ter acesso ao consumo de itens básicos como alimentação, vestuário e moradia (isso ocorre não só nos países mais pobres, mas também em países com nível de renda mais elevado). As disparidades sociais intranacionais também precisam ser reduzidas. O desenvolvimento sustentável aponta para uma sociedade com menos desigualdades econômicas e sociais, na qual os cidadãos tenham suas liberdades ampliadas e seus direitos garantidos.

Esse novo modelo de desenvolvimento que troca o crescimento por um estado estacionário aponta para uma forma de vida diferente da atual forma de vida que é comum nos países desenvolvidos e que tem se tornado cada vez mais o alvo dos países em desenvolvimento. Conforme Daly (2007), uma vida melhor deverá ser uma vida *menos materialista e menos agitada, com menos pobreza e desigualdade*

de renda. Segundo o autor, é preciso reintroduzir no pensamento econômico a noção de suficiência, de compartilhamento e de responsabilidade. Este novo modelo de desenvolvimento requer que a *frugalidade* seja um princípio anterior à *eficiência*. A eficiência como primeiro objetivo não induz à frugalidade, entretanto, a frugalidade enquanto objetivo principal induz a eficiência como consequência secundária (DALY, 2004). O autor defende que a ciência econômica deve reduzir seu foco sobre a maximização de utilidades individuais, de forma a permitir que a análise passe a considerar dois valores objetivos fundamentais para a garantia da continuidade da vida: a sustentabilidade ambiental e justiça social. Assim, a Economia não deve mais buscar ser uma ciência “positiva”, furtando-se da discussão ética no intuito de “parecer” uma ciência livre de valores. Daly (2007, p. 241) afirma que:

The world cannot stand another decade of positivistic economists who are unable to define either “entropy” or a “sacrament”, and yet who behave as if growth were sacred, and as if there were no such thing as the entropy law. The greatest contribution that modern economists could make would be to return to the serious study of political economy with considerable secondary emphasis on ecology and moral philosophy.

Daly (2002) sugere algumas políticas para alcançar o desenvolvimento sustentável: precificar os bens ambientais e impor limites de utilização no intuito de deter o transumo ou reduzi-lo a níveis sustentáveis; utilizar os recursos adquiridos com os bens ambientais para aliviar a pobreza e financiar fornecimento de bens públicos; retirar o conhecimento da disciplina do sistema de preços (o conhecimento deve ser compartilhado entre os países como uma forma de ampliar o acesso às novas tecnologias poupadoras de recursos). Daly (2004) também recomenda que o Estado coordene uma política de gerenciamento de recursos baseada em três regras: as taxas de extração de recursos renováveis não devem exceder as taxas de regeneração dos recursos; as emissões de resíduos não devem exceder a capacidade assimilativa renovável do meio ambiente; e os recursos não renováveis deveriam ser utilizados a uma taxa igual de criação de recursos substitutos renováveis. Cabe ressaltar que a política de precificação é somente uma das políticas direcionadas para a modificação do comportamento dos agentes

econômicos, uma vez que sua utilização individual não garante melhor emprego dos recursos naturais na perspectiva de sustentabilidade ambiental³⁰.

Sachs (2008) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável, ou ecodesenvolvimento é baseado no seguinte tripé: primeiro, os objetivos do desenvolvimento devem ser visar o progresso social; segundo, existe uma condicionalidade ambiental que deve ser observada (meio ambiente como limite para atividades humanas); e terceiro, é necessário que haja viabilidade econômica. Conforme o autor, apenas as soluções que promovam crescimento econômico com impactos positivos em termos sociais e ambientais podem ser denominadas desenvolvimento sustentável.

Para Sachs (1993), o desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões que devem ser consideradas simultaneamente. A primeira diz respeito à *sustentabilidade social*, expressa através de maior equidade na distribuição de renda e bens, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres. A segunda dimensão é a dimensão da *sustentabilidade econômica*, alcançada através da alocação e gerenciamento de recursos de forma mais eficiente e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais e não em termos de rentabilidade empresarial microeconômica. A terceira é a *sustentabilidade ecológica*, estabelecida através da limitação do consumo de combustíveis fósseis e outros recursos não renováveis, da redução de resíduos e poluição, da limitação do consumo material, da intensificação de pesquisa de tecnologias mais eficientes em relação à utilização de recursos, e a definição de normas de proteção ambientais através de instrumentos econômicos, legais e administrativos.

³⁰ Veiga (2010, p. 206) indica que “O registro dos preços do petróleo desde 1973 prova que, numa sociedade de livre mercado, o efeito da multiplicação dos custos de energia de doze a quinze vezes em seis anos não foi a diminuição do uso de energia, mas torná-lo mais eficiente, estimulando ao mesmo tempo um maciço investimento em novas e ambientalmente duvidosas fontes do insubstituível combustível fóssil. Estas, por sua vez, tornaram a baixar o preço e estimular mais desperdícios”.

A quarta dimensão do desenvolvimento sustentável para Sachs (1993) é a *sustentabilidade espacial* que preza por uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial da ocupação humana e das atividades econômicas. A última é a dimensão da *sustentabilidade cultural*, alcançada através da busca do ecodesenvolvimento preservando a constituição cultural, ou seja, a incorporação de um conjunto de soluções específicas para a cultura e ecossistemas locais. Essa proposta de desenvolvimento sustentável advogada por Sachs é mais abrangente do que a proposta de Daly que é focada em três aspectos principais: o ecológico, o social e o econômico.

Sachs (1993) propõe algumas estratégias para a transição da sociedade para o século XXI. Tais estratégias constituem um projeto de desenvolvimento de longo prazo, que demanda um novo equilíbrio entre todas as formas de capital (humano, natural, físico e financeiro), considerando também os recursos institucionais e culturais. Um projeto de transição deve ter um horizonte temporal de várias décadas, pois a reestruturação e expansão da infraestrutura (setor de fundamental importância do ponto de vista ambiental), a produção e disseminação de novas técnicas agrícolas, assim como as mudanças culturais e de comportamento são mudanças graduais e lentas.

Conforme defende o autor, os países industrializados devem assumir uma fatia mais do que proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico por apresentarem maior capacidade financeira e de produção tecnológica. Essa estratégia depende de uma visão cooperação internacional em detrimento da competição. Faz-se necessário também mudanças no nível institucional, que segundo Sachs (1993) dizem respeito a métodos diferentes de regulação de economias mistas (economia de mercado e planejamento governamental), uma vez que as normas para uma “economia de mercado civilizada” não surgirão automaticamente através das forças de mercado.

É possível extrair da abordagem da Economia Ecológica que o desenvolvimento sustentável requer mudanças de comportamentos e de instituições apesar de seus autores não se expressarem em termos da perspectiva institucionalistas. As proposições para este novo desenvolvimento requerem que atitudes e valores estabelecidos sejam repensados a partir de uma nova mentalidade que reflita a preocupação com a questão ecológica e com a justiça social. É interessante perceber que os autores da vertente ecológica referem-se a economistas institucionalistas em seus trabalhos. Georgescu-Roegen (2012) cita Veblen fazendo referência aos dois instintos identificados pelo autor para caracterização do comportamento humano. Ao defender que a ciência econômica retome considerações morais e éticas em sua análise (ou seja, retorno à economia política), Romeiro (2010) observa que dentre os economistas que preocupam-se com a moral e a ética encontra-se Veblen, além de Smith, Ricardo, Marx, Stuart Mill e Myrdal, dentre outros. Veiga (2010) refere-se à Veblen e Hodgson pelo fato destes autores preferirem as analogias biológicas às analogias físicas. Os economistas da vertente ecológica também fazem uso do termo “instituições” sem, contudo esclarecerem a qual conceito se referem ou quais seriam essas instituições³¹.

A caracterização que Romeiro (2010) faz acerca do comportamento humano encontra ressonância na ontologia do homem apresentada no segundo capítulo desta dissertação. O autor afirma que a economia política da sustentabilidade trata de um processo que envolve agentes econômicos cujo comportamento é complexo e inclui motivações sociais, culturais, morais e ideológicas. Essa caracterização do comportamento humano é compatível com a caracterização apresentada por Veblen e por autores veblenianos, que consideram o comportamento do homem construído a partir da interação deste com o ambiente (humano e não humano), e também afirmam que os valores que direcionam o comportamento são produto do contexto social e cultural, rejeitando assim o individualismo metodológico.

³¹ Um exemplo encontra-se em Daly (2007), quando este refere-se a “financial institutions” e “current economic institutions”. Os trechos com estes termos foram citados anteriormente nesta seção.

Os autores da Economia Ecológica frequentemente relacionam o desenvolvimento sustentável à mudança de atitudes, de valores e a um modo de vida diferente que precisam ser estabelecidos como requerimentos fundamentais deste desenvolvimento. Romeiro (2010) afirma que dois objetivos são importantes na busca do desenvolvimento sustentável: criar condições socioeconômicas, institucionais e culturais que estimulem o progresso tecnológico poupador de recursos naturais e alterar padrões de consumo que não impliquem em crescimento contínuo e ilimitado da utilização de recursos naturais *per capita*. O autor não define quais seriam essas condições institucionais, mas ressalta que o segundo objetivo é mais complexo e difícil de ser alcançado, porque

[...] a estabilização dos níveis de consumo *per capita* pressupõe uma *mudança de atitudes, de valores*, que contraria aquela prevalecente ligada à lógica do processo de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo, e que se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo (ROMEIRO, 2010, p. 7, grifo nosso).

Será defendido nas seções seguintes que as mudanças necessárias para o desenvolvimento sustentável são mudanças institucionais que contrapõem duas instituições fundamentais do capitalismo, concordando assim com o que indica Romeiro no trecho acima. Por ora, é possível encontrar mais passagens onde autores ligados à Economia Ecológica chamam a atenção para a necessidade de mudança de atitudes e valores. Daly (2007), conforme citado anteriormente, assegura que a economia sob a condição do *steady-state* possibilita uma forma de vida melhor – menos materialista, menos agitada e com menos pobreza – que é essencialmente diferente do modo de vida atual. De acordo com Veiga (2010, p. 195),

Foi-se o tempo em que produzir mais significava, quase sempre, viver melhor. [...] muitas das necessidades ainda insatisfeitas não exigem que se produza mais, mas sim que se *produza de outra maneira, outra coisa* ou até que se *produza menos*. É particularmente o caso do ar, da água, do espaço, do silêncio, da beleza, do tempo, dos contatos humanos. (VEIGA, 2010, p. 195)

A economia do *steady-state* depende da escolha da humanidade em relação ao tamanho que o sistema econômico deve ocupar no ecossistema. Desta forma, Daly (2007, p. 239) afirma que “the choice of the best combinations from among the feasible set requires *value judgments*, and here we must learn something about ethics”. A resposta que a humanidade dá em relação ao processo de desenvolvimento está baseada em suposições ecológicas e morais, em julgamentos de valores, que segundo o autor devem estar cada vez mais explícitos no âmbito da teoria econômica. Em suma, a questão central é estabelecer os valores fundamentais que devem guiar o processo de desenvolvimento, o que necessitaria que os economistas retornassem para a economia política com ênfase na ecologia e na filosofia moral (DALY, 2007).

Georgescu-Roegen (2012) é cético quanto à capacidade que os mecanismos de mercado têm para proteger o futuro da espécie humana. O autor afirma que a humanidade precisa ter simpatia pelos futuros seres humanos da mesma forma como preocupa-se com o bem-estar contemporâneo, e neste sentido “Temos um único meio de proteger as gerações futuras, pelo menos do consumo excessivo dos recursos enquanto os temos em abundância. *É nos reeducarmos [...]*” e ainda “Este paralelo não significa que a *nova orientação ética* seja coisa fácil” (GEORGESCU-ROEGEN 2012, p. 130, grifo nosso). Para o autor, somente uma nova ética direcionada a comportamentos diferentes em relação ao meio ambiente poderá ajudar a humanidade a promover a sobrevivência da espécie humana. Ainda sobre este ponto, Georgescu-Roegen (2012, p. 156, grifo nosso) afirma que

O mundo tem a maior necessidade de uma nova ética. *Se os nossos valores forem justos*, todo o resto – preço, produção, distribuição e até poluição – deve ser justo. No princípio, o homem procurou (pelo menos em certa medida) observar o mandamento: “Não matarás”; mais tarde, “Amarás ao teu próximo como a ti mesmo”. O mandamento desta era é este: “Amarás a tua espécie como a ti mesmo”.

O trecho acima está estreitamente relacionada a abordagem institucionalista: quando Georgescu-Roegen afirma que se os valores forem justos todo o resto será

justo, está indicando que valores são importantes para a conformação das atividades humanas. E conforme sua perspectiva, a sobrevivência da humanidade depende de uma nova ética na qual os valores sejam mais justos em relação a geração atual e as futuras gerações.

Sachs (1993) indica que as estratégias de transição para o desenvolvimento sustentável devem atuar sobre a demanda por meio de mudanças nos estilos de vida e nos padrões de consumo. Atuar sobre a mudança do estilo de vida “implica em *modificar hábitos profundamente arraigados* e a *visão de ‘sociedade boa’*, cada vez mais identificada com o consumismo; significa também limitar os privilégios da minoria afluenta e progressivamente redistribuir renda e bens em favor da maioria deserdada” (SACHS, 1993, p. 44, grifo nosso).

Pelo exposto, conclui-se que o desenvolvimento sustentável é essencialmente mudança de valores arraigados na sociedade atual, ou seja, instituições mantidas pela humanidade. As proposições para o desenvolvimento sustentável defendidas pela Economia Ecológica podem ser resumidas no seguinte conjunto: economia funcionando no estado estacionário; redução da produção e consumo de bens; modo de vida que propicie uma taxa decrescente de utilização de recursos não renováveis; utilização de recursos renováveis de acordo com a capacidade do ecossistema de manter seus serviços ecológicos; distribuição de renda mais equitativa; cooperação internacional; solidariedade com as gerações futuras e retorno da teoria econômica à economia política.

5.3 Duas instituições fundamentais do capitalismo no século XXI: o crescimento como objetivo primordial de política e o hiperconsumo

Após terem sido apresentados os fundamentos e as proposições do desenvolvimento sustentável a partir de autores selecionados, este trabalho se

dedica ao exame de como se relacionam essas proposições com o esquema institucional capitalista no século XXI. Conforme afirma Neale (1987), a análise institucionalista deve se concentrar em explicar como as instituições estão relacionadas umas com as outras em cada sociedade. Para que este exame seja possível, inicialmente faz-se necessário indicar instituições fundamentais para o esquema institucional vigente. Por isso, serão analisadas duas instituições características do capitalismo no século XXI que têm muita influência sobre o modelo de desenvolvimento adotado atualmente.

Conforme discutido no capítulo 3, as instituições de uma sociedade estão relacionadas entre si e formam um conjunto de hábitos de pensamentos incorporados e compartilhados que orientam a ação dos indivíduos, fornecem regras e critérios para as atividades dos membros do grupo (VEBLEN, 1987; NEALE, 1987). A partir desta perspectiva teórica, acredita-se que as instituições a serem analisadas têm profunda influência sobre o modo de vida, a relação entre os homens e, principalmente, sobre a relação dos homens com o meio ambiente. Sendo assim, são muito representativas dos valores que dirigem as atividades humanas no século XXI e, portanto, representativas para a análise aqui proposta.

Para a identificação das instituições, resgata-se aqui a abordagem de Neale (1987). O autor afirma que uma instituição é uma construção mental, portanto, não se pode observar a instituição em si e sim suas características através das atividades das pessoas, e do comportamento dos indivíduos em determinadas situações. As três características para a identificação de instituições são: 1) a maioria da população sob análise está atuando em concordância com tal instituição; 2) existem regras que fornecem repetição, estabilidade e sequência previsível às atividades dos indivíduos; 3) existem critérios tradicionais (princípios que motivam a ação) que justificam a ação e explicam sua continuidade no determinado contexto. As regras estão relacionadas ao “como?” ou “o que?” as pessoas fazem em determinada situação, enquanto os critérios tradicionais estão relacionados ao “por que?” as pessoas agem

de determinada maneira. Para o autor, o termo instituição implica em especificidades de tempo e de lugar contrastando com características que sejam gerais/universais. Neste sentido, a família americana de classe média e a contabilidade moderna podem ser identificadas como instituições, mas o amor, a reprodução e o lucro econômico não podem ser assim identificados (NEALE, 1987).

Considerando a especificidade de tempo e lugar, o crescimento econômico e o consumo não podem ser considerados instituições, pois não são específicos de uma época. O consumo é uma atividade comum ao homem desde os primórdios de sua história, e muitas sociedades além da capitalista apresentaram períodos de crescimento material (VEIGA, 2010). O que mudou ao longo do tempo foram as relações em torno do consumo, sua importância na vida humana, assim como a intensidade com a qual se defende o crescimento e o empenho em alcançá-lo. Tendo isto em mente, o crescimento e o consumo não são considerados instituições características do capitalismo no século XXI, mas sim o *crescimento como objetivo primordial de política* (COPP) e o *hiperconsumo* (HC).

É necessário observar que a especificidade de lugar torna-se uma característica menos relevante na identificação de instituições referentes à sociedade capitalista no século XXI uma vez que o mundo passou por um intenso processo de globalização nas últimas décadas. A análise aqui empreendida é direcionada à sociedade capitalista como um todo, ou seja, ao conjunto das populações que compõem a maior parte dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. A intensificação do comércio global, a ampliação do acesso à informação em nível mundial, a difusão da cultura ocidental, dentre outros fatores, fizeram com que as sociedades em diferentes partes do mundo convergissem para comportamentos semelhantes em relação ao modo de produzir, de consumir, em relação às atividades culturais e de lazer, assemelhando assim seus modos de vida (ressalta-se, entretanto, que mesmo em meio à globalização, diferenças culturais persistem entre as sociedades). Dado essa convergência de valores relacionados ao sistema

capitalista experimentada por sociedades ao redor do mundo, defende-se aqui que o *crescimento como objetivo primordial de política* e o *hiperconsumo* fazem parte do esquema institucional de muitas nações e, em nível mais amplo, compõem o esquema institucional do capitalismo no século XXI.

Em relação à primeira das três características de uma instituição mencionadas acima, pode-se afirmar que há pessoas atuando de acordo com a instituição de crescimento como objetivo primordial de política (COPP). Principalmente os economistas no âmbito da teoria, e os governos, no âmbito das políticas econômicas. O crescimento enquanto objetivo primordial é uma instituição dentro do esquema de vida da sociedade, mas pode ser mais especificamente representada na teoria e na política econômicas. A teoria econômica está, em grande parte, assentada no ideal de promover o crescimento. Daly (2008) afirma que desde o período pós Segunda Guerra, a sabedoria tradicional declara que o crescimento é o objetivo primordial de política a ser perseguido pelos países. Sendo assim, desde o pós Guerra, o crescimento econômico tem ocupado lugar de destaque nas teorias econômicas (teorias macroeconômicas de crescimento como por exemplo o modelo de Solow e Harrod-Domar; as teorias clássicas do desenvolvimento, etc.).

Georgescu-Roegen (2012) observa que os planos econômicos elaborados pelos países visam, sem exceção alcançar o maior crescimento econômico possível, por isso são avaliados por sua capacidade de sustentar taxas elevadas de crescimento do PIB. O autor chama atenção para o fenômeno descrito por Mishan (1971) como mania do crescimento (*Growthmania*). Mishan (1971) argumenta que no século XX o crescimento econômico tornou-se fim primordial da política econômica. Tanto economistas, como jornalistas, políticos e cidadãos em geral passaram a estar preocupados com o índice de crescimento por entenderem que este é um indicador adequado para expressar o desempenho econômico do país. Segundo o autor, o fascínio pela “economia de índice” desvia a atenção dos objetivos mais amplos de política econômica e acaba por se tornar um substituto deles.

Estabeleceu-se a crença popular e explícita de que a elevação da renda *per capita* é algo bom por si só (MISHAN, 1971). Os governantes prometem medidas para elevar o PIB, os economistas estão constantemente dedicados a prever o nível de crescimento dos países e apontar os fatores que ameaçam esse processo, os empresários estão buscando expansão de seus negócios e os cidadãos esperam que o país cresça e que esta expansão resulte em melhores condições de vida. Um crescimento menor do que o esperado causa alvoroço nos noticiários e na discussão econômica e política. Logo, a noção de crescimento tem guiado as atividades humanas em diversas esferas da sociedade e está incorporada no modo de vida atual. A esse respeito, Mishan (1971, p. 161) afirma que “yet so entrenched are the interests involved, comercial, institutional and scientific, and so pervasive the influence of modern communications, that economic growth has *embedded* itself in the *ethos of our civilization*” (grifo nosso). O que o autor considera como incorporado ao *ethos* da nossa civilização é exatamente o que está sendo apresentado como um hábito de pensamento incorporado e compartilhado que molda a vida no século XXI em vários aspectos.

Daly (2008) indica que o crescimento tornou-se um “credo” para muitos formuladores de política econômica. Segundo ele, o relatório *The Growth Report*³², publicado pelo Banco Mundial em 2008, reafirma e celebra a concepção do crescimento como principal objetivo de política econômica. Esse relatório avalia a experiência e as políticas adotadas por 13 países que apresentaram crescimento médio anual do PIB de 7% durante 25 anos e assegura que essa taxa pode ser alcançada pelos demais países do mundo se estes aderirem a um conjunto específico de políticas econômicas. Daly afirma que o relatório é um dos indicativos de que o crescimento se tornou o objetivo principal na política econômica defendida por economistas e

³² The Growth Report: Strategies for Sustained Growth and Inclusive Development. Washington, DC: The World Bank, 2008. Conforme Daly (2008), o relatório foi produzido por 18 renomados especialistas de 16 países sob a liderança de dois economistas Prêmio Nobel, Michael Spence e Robert Solow, e o vice presidente do Banco Mundial Danny Leipziger. Publicado em diversas línguas, o relatório está disponível para acesso na internet: «http://www.growthcommission.org/index.php?option=com_content&task=view&id=96&Itemid=169».

organismos internacionais, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio. As análises de Mishan (1971) e Daly (2008) oferecem uma clara visão de que há pessoas atuando de acordo com a instituição COPP.

Em relação ao segundo dos três elementos que identificam um comportamento como instituição – a existência de regras que determinam e dão previsibilidade à ação – pode-se afirmar que os programas nacionais de crescimento de diversos países constituem um tipo de regra sob a qual todas as políticas estão submetidas. Eles estabelecem que “o que” e “como” deve ser feito, tendo sempre como alvo a meta de crescimento. Também há outra regra neste sentido que diz respeito à concepção teórica e prática de que o crescimento é a solução para os países pobres e para os países em crise, fazendo com que, nestas situações, se intensifique a busca pela expansão da atividade econômica.

A terceira característica de uma instituição é sua sustentação através dos critérios tradicionais, entendidos como a justificativa para agir em concordância com a instituição (explicam o porquê se age de tal modo). Com relação ao COPP, podem ser elencadas três justificativas: 1) a teoria econômica durante muito tempo tem tratado crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Em outras palavras, para que o país se torne desenvolvido é preciso crescer, e crescer a taxas cada vez maiores; 2) porque os países desenvolvidos no começo do século XX eram aqueles que experimentaram crescimento, tornando-se, portanto, um modelo a ser seguido; e 3) o domínio cada vez maior do homem sobre o ambiente através do avanço da tecnologia corroborou a ideia de expansão como progresso, como conquista desejável e louvável socialmente. Esses três fatores concorrem para justificar o comportamento voltado para o crescimento. A partir dos três elementos de caracterização propostos por Neale (1987) e da identificação realizada acima, é possível afirmar que o COPP é uma instituição componente do esquema institucional do capitalismo no século XXI.

Quanto à segunda instituição a ser indicada, cabe ressaltar que o termo *hiperconsumo* (HC) foi cunhado pelo filósofo Gilles Lipovetsky (2007). O conceito está sendo utilizado neste trabalho com o intuito de distinguir um tipo de consumo específico que se consolidou no fim do século XX da atividade de consumo empreendida pelo homem ao longo da história. Lipovetsky (2007) divide a história da civilização de massa em três ciclos. O primeiro ciclo teve início por volta dos anos 1880, terminando com a Segunda Guerra Mundial, e é caracterizado pela expansão da produção utilizando o sistema fordista. Neste período surge o *marketing* de massa que trouxe uma tripla invenção: a marca, a embalagem e a publicidade. Os produtos passaram a ser associados à marca e a publicidade exerceu papel fundamental nesse processo. O segundo ciclo é estabelecido por volta de 1950 e permanece até a década de 1970. Neste período, o poder de compra dos salários foi multiplicado gerando expansão do consumo de bens duráveis para além das camadas sociais abastadas, numa espécie de democratização do consumo. Foi denominado por Lipovetsky como a era da sociedade do desejo, que experimentou a revolução do conforto, a revolução do cotidiano e a revolução sexual e onde o consumo ainda era fortemente um símbolo distintivo de superioridade social.

A terceira fase da história do consumo de massa teve início no final dos anos 1970 e permanece até hoje. É a época do hiperconsumo, caracterizada pela mercantilização moderna das necessidades e por uma lógica subjetiva e emocional. Nesta fase o consumo se dá primordialmente em função de gostos e critérios individuais, contrapondo-se ao consumo de massa das fases anteriores. Cada vez mais busca-se diferenciação no consumo, exclusividade. O consumo que antes era principalmente um modo de classificar pessoas em relação às outras, volta-se para satisfazer os desejos do consumidor e permitir que ele seja mais independente, tenha mais mobilidade, experimente sensações, viva experiências, melhore a qualidade de vida, conserve juventude e saúde (LIPOVETSKY, 2007).

A distinção pelo consumo, ou o consumo ostentatório (efeito Veblen), segundo Lipovetsky (2007), ainda está presente, mas em segundo plano. O consumo nesta fase tem um componente emocional muito pronunciado: os produtos, suas formas de apresentação, as lojas e as propagandas buscam mobilizar os cinco sentidos. Mais do que um símbolo de distinção, o consumo atual tem por característica principal satisfazer os crescentes e diversificados anseios individuais. Associado ao produto pretende-se vender um “conceito”, um estilo de vida proposto pela marca. Desta forma, Lipovetsky (2007, p. 15) afirma que “de um consumidor sujeito às coerções sociais da posição, passou-se a um hiperconsumidor à espreita de experiências emocionais e de maior bem-estar, de qualidade de vida e de saúde, de marcas e de autenticidade, de imediatismo e de comunicação”. Os ideais de felicidade privada são amplamente exaltados na sociedade do HC: gozar os prazeres da vida, viver melhor, não se privar, e dispor de supérfluos aparecem cada vez mais como comportamentos legítimos, como finalidades em si (LIPOVETSKY, 2007, p. 40).

Esta fase do consumo também é marcada pelo gosto incessante pelo novo e pela dominância da moda em vários seguimentos. Conforme afirma Lipovetsky (2007), as origens do culto pelo novo são remetidas ao fim da Idade Média, principalmente devido à emergência da moda. O acesso aos bens da moda estava até então circunscrito às classes mais abastadas. Porém, na era do hiperconsumo, o gosto pela novidade e pela mudança incessante foi difundido na sociedade, atravessando as barreiras de classe social e de faixa etária. A moda corrobora o desejo pelo novo e incentiva a troca de bens que estão em bom estado de uso, mas não estão mais de acordo com as últimas tendências.

Esta é a fase da produção personalizada; da hipersegmentação do consumo; da disseminação da moda para além do vestuário atingindo bens duráveis, automóveis, móveis, decoração da casa, etc.; da corrida acelerada por inovação; da aceleração da obsolescência de produtos e métodos. Em resumo, na atividade de consumo triunfa “a força dos valores hedonistas, o gosto pela mudança, o desejo generalizado

de participar da sociedade-moda” (LIPOVETSKY, 2007, p. 94). A constante criação de produtos e o conseqüente estímulo a novas “necessidades” é uma característica central do capitalismo no século XXI:

[...] a expansão constante do capital e a busca da produção pela produção refletem o fim último e o *modus operandi* do sistema. Longe de buscar a satisfação das necessidades, o capitalismo se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades, única forma pela qual o excedente gerado na produção pode realizar-se no mercado. A produção crescente exige um consumo crescente, ou seja: necessidades continuamente insatisfeitas (Stahel, 1994, p. 72).

As três características para a identificação do HC como instituição serão apresentadas a seguir. Em primeiro lugar, a verificação de que há pessoas atuando vem da observação de que o consumo mundial tem crescido além do crescimento populacional nas últimas décadas. O consumo mundial em 2010 cresceu 28% em relação aos US\$ 23,9 trilhões gastos em 1996, e cresceu seis vezes mais em relação aos US\$ 4,9 trilhões gastos em 1960 (em dólares de 2008). No período compreendido entre 1960 e 2006, entretanto, a população mundial cresceu a uma razão de 2,2 apenas (ASSADOURIAN, 2010). Corroborando o fato de que as pessoas estão consumindo mais, observa-se o desdobramento dos nichos consumidores (homens, mulheres, jovens, crianças, idosos, grupos homoafetivos, evangélicos, etc.) com cada vez mais produtos e *marketing* específicos para cada grupo. Uma infinidade de novos produtos e “novas necessidades” são criados todos os anos assim como reduziu-se o tempo para o lançamento de novas edições e modelos de produtos, principalmente os eletrônicos. A análise feita por Lipovetsky (2007) de que consumidor atual é inclinado para o gosto pelas novidades e pela insaciabilidade em relação a produtos que ofereçam bem-estar e qualidade de vida também reforça o argumento do aumento do consumo.

Com relação à segunda característica, podem ser destacadas três regras que cooperam na manutenção do comportamento de hiperconsumo: 1) a moda, que periodicamente traz a necessidade de comprar novos produtos; 2) a menor durabilidade dos bens (que muitas vezes são propositalmente fabricados para durar

menos); e 3) o desincentivo a consertar produtos pela impossibilidade (inexistência de peças ou assistência técnica) ou pelo alto custo do conserto comparado ao preço do bem novo. Essas regras, que respondem às perguntas “o que?” e “como?”, indicam que as pessoas estão sempre consumindo mais produtos num processo de consumo continuado.

Em terceiro lugar, resta responder o por quê as pessoas se comportam como hiperconsumidores, ou seja, cabe identificar os critérios tradicionais tais como proposto por Neale. De acordo com Lipovetsky (2007) o que move o consumo atual é fundamentalmente a busca por felicidade e satisfação pessoal. Para além do consumo ostentatório, ou consumo conspícuo conforme apontado por Veblen na *Teoria da Classe Ociosa*, o consumo da sociedade do século XXI tem o propósito de trazer conforto material e espiritual, de trazer bem-estar e sentido à vida. A felicidade foi erigida como ideal supremo na sociedade atual e a produção e o consumo de bens foram colocados como meios de atingir essa felicidade (LIPOVETSKY, 2007).

Após definir o COPP e o HC como duas instituições características do capitalismo no século XXI, coloca-se a seguinte questão: como as mudanças propostas pelo desenvolvimento sustentável se relacionam com o esquema institucional do capitalismo? A análise a seguir examina a relação entre as duas instituições selecionadas e as propostas da Economia Ecológica.

5.4 Instituições e desenvolvimento sustentável

No capítulo anterior, o processo de desenvolvimento foi amplamente identificado como um processo de mudança institucional: os próprios autores indicaram que o desenvolvimento necessitaria do estabelecimento de valores e comportamentos diferenciados. Tais autores apontavam para um tipo de mudança que visava corroborar o esquema institucional capitalista: as instituições deveriam contribuir

para valorização da eficiência, para aumentar a produção, a liberdade de transacionar, o acúmulo de capital, etc.

As propostas de políticas e estratégias de mudança para o desenvolvimento sustentável apresentadas na seção 5.2, tais como a proposição de uma economia que funcione no estado estacionário, a necessidade de redução nos níveis de consumo e produção, e maior cooperação internacional, podem ser amplamente identificadas como mudanças institucionais. Contudo, essas mudanças não objetivam corroborar o esquema institucional capitalista, mas na verdade apontam para uma direção oposta em relação às duas instituições fundamentais deste esquema: o COPP e o HC.

Propor o funcionamento da economia na condição estacionária ao invés de crescimento extensivo requer mudanças no âmbito da teoria econômica e das políticas econômicas. O crescimento continuado não deve mais fazer parte das proposições da teoria econômica e não deve mais ser o objetivo principal das políticas de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os autores que defendem o desenvolvimento sustentável deixam claro que é preciso aumentar o nível de consumo daquelas pessoas que, em países de renda elevada ou média e baixa, não têm acesso aos meios básicos de vida com qualidade (alimentação, moradia, saneamento, saúde, etc.). Entretanto, esta elevação do consumo também deve estar sob os critérios de sustentabilidade. Uma vez que o crescimento continuado é um bom indicador econômico no cenário mundial, seu abandono requer não somente uma contraposição a expectativas nacionais, mas também contraposição a expectativas dos mercados internacionais. Contrapor-se ao modelo econômico estabelecido no cenário internacional torna-se uma tarefa ainda mais difícil em tempos de crise, como a que o mundo experimenta desde 2008.

A necessidade de redução dos níveis de consumo de energia, de matérias e bens finais por si só contraria tanto o COPP quanto o HC. A humanidade precisa aprender

a viver um tipo de vida que valorize mais o *ser* do que o *ter* (SACHS, 1993), que valorize mais a interação com o meio ambiente e as relações humanas. A concepção de um estilo de vida mais tranquilo e com a necessidade de menos bens inicialmente causa espanto e parece conduzir o homem de volta a condições primitivas. Os autores do desenvolvimento sustentável não defendem o retorno da humanidade a uma sociedade de coletores (GEORSGECU-ROEGEN, 2012), mas são enfáticos ao apontar a necessidade de um novo estilo de vida, que precisará contar com criatividade humana e inovações voltadas para o equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a preservação da condição da vida na Terra.

A cooperação internacional é outro ponto importante para estabelecer o desenvolvimento sustentável. Daly (2004) defende que a ajuda internacional deve ser cada vez menos realizada através de empréstimos a juros e cada vez mais tomar a forma de conhecimento compartilhado livre e ativamente. O intercâmbio de conhecimento (conhecimento teórico, técnicas e modos de produção mais eficientes) é fundamental para que países menos desenvolvidos alcancem qualidade de vida e para que inovações que visem à sustentabilidade sejam difundidas entre os países. Contudo, a cooperação internacional que vise o bem-estar das populações acima da promoção de crescimento econômico é um desafio no atual esquema institucional que privilegia a competição em detrimento da cooperação. A proposição de Sachs (1993) de que países mais ricos deveriam assumir uma parcela mais do que proporcional dos custos com desenvolvimento de novas tecnologias e a proposição de Daly (2002) de que a difusão do conhecimento não esteja mais submetida ao sistema de preços entram em oposição frontal com os valores estabelecidos que visam a eficiência econômica e com a frequentemente aceita (e crescente) de materialização dos aspectos da vida.

Uma importante mudança é o retorno da teoria econômica à Economia Política – com suas considerações morais e éticas – em contraposição à teoria positiva advogada pela corrente neoclássica. A Economia precisa incorporar esses novos

valores ligados à sustentabilidade para que possa desenvolver novas análises e novos modelos que permitam à sociedade uma visão mais realista do processo de produção e consumo, de seus benefícios e impactos. Também é necessário que a teoria econômica estabeleça um diálogo mais profundo com outras ciências como a Biologia, Ecologia, Sociologia, História, Psicologia e Filosofia. Esse movimento de interdisciplinaridade é fundamental para que a Economia possa tratar do modelo de desenvolvimento que é requerido no século XXI. Contudo, a formação atual dos economistas valoriza muito pouco o debate com outros campos da ciência.

Todas estas mudanças remetem a alteração de valores que são mantidos pela sociedade capitalista do século XXI. Requerem uma nova visão de mundo, da inter-relação entre homem e ambiente, novos hábitos de pensamento direcionados à valorização do meio ambiente enquanto fonte de recursos que sustentam a vida, em detrimento do consumismo, do individualismo e da busca constante pelo crescimento. Ao contrário de uma mudança que corrobora as instituições capitalistas, o desenvolvimento sustentável requer uma mudança mais profunda na visão de mundo, nos valores que constituem o cerne do esquema institucional.

Romeiro (2010) faz alusão à necessidade de mudança institucional para que o desenvolvimento sustentável ocorra, muito embora não utilize estes termos. O autor afirma que criar condições socioeconômicas, institucionais e culturais para estimular uma mudança para padrões de consumo que não impliquem em crescimento contínuo e ilimitado do uso de recursos naturais *per capita* depende de “uma mudança de *atitudes*, de *valores*, que *contraria a lógica do processo* de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo, e que se caracteriza pela criação incessante de novas necessidades de consumo” (ROMEIRO, 2010, p. 7).

É interessante observar que o autor afirma que as condições para o desenvolvimento sustentável precisam ser criadas. Sendo assim, elas serão resultados de ações ativas da humanidade no enfrentamento da questão ambiental.

Não surgirão espontaneamente, uma vez que o esquema institucional atual não estimula tais condições. Depreende-se também do trecho acima citado e das políticas e propostas apresentadas no âmbito da Economia Ecológica, que as mudanças que os autores estão propondo são na verdade mudanças em instituições fundamentais do esquema institucional das sociedades, ou seja, nos valores fundamentais incorporados que governam a vida humana neste século. Defende-se aqui que a mudança institucional necessária é um grande rearranjo do esquema institucional porque é o estabelecimento de instituições que contrariam os valores subjacentes ao modo capitalista de governar os recursos, contrariam as instituições fundamentais do capitalismo no século XXI.

Veblen (1987) afirma que o esquema de vida da sociedade, ou o conjunto de valores que governam a ação dos indivíduos, é aquilo que é considerado bom, conveniente e belo na natureza da vida humana. O que é considerado bom e conveniente no esquema de vida atual é crescer mais, produzir mais e consumir mais. Mas enquanto esses forem os valores que primordialmente direcionam o comportamento humano, o desenvolvimento sustentável não poderá ser estabelecido.

O processo de tomada de decisão em direção ao desenvolvimento sustentável é supraindividual, ou seja, baseado em ações coletivas altruisticamente motivadas e não em decisões individuais maximizadoras de bem-estar de cada agente econômico. Por isso, o desenvolvimento sustentável não pode ser enfrentado a partir de uma perspectiva que desconsidere as dimensões culturais e éticas no processo de tomada de decisão (Romeiro, 2010). O desenvolvimento sustentável está relacionado a uma construção social na qual os valores relacionados à coletividade têm mais importância do que as decisões motivadas por desejos individuais. O que está em jogo não é a garantia de felicidade e satisfação de desejos individuais, mas a garantia de uma vida de qualidade para a coletividade dentro da perspectiva de que o meio ambiente é a fonte dos recursos necessários à vida humana e impõe limites para a expansão das atividades do homem.

Enquanto os economistas clássicos de desenvolvimento indicaram a necessidade de mudanças institucionais dentro do contexto do esquema institucional capitalista, as propostas dos economistas da economia ecológica requerem mudanças que não condizem com os valores fundamentais do capitalismo que está vigorando no século XXI. Na verdade, o que eles estão propondo (mesmo que não se refiram dessa maneira) é uma mudança do esquema institucional, uma mudança profunda nos valores fundamentais mantidos pelas sociedades, uma mudança da forma de ver o mundo e de interagir com ele.

Como todo desenvolvimento, no sentido evolucionário do termo, o desenvolvimento sustentável é um processo que só pode resultar da acumulação de um conjunto de fatores favoráveis e também ocorrerá de forma gradual ao longo do tempo. É um processo que precisa da intervenção ativa do homem para mudar os princípios que estão postos. Intervenção ativa porque depende de uma decisão coletiva e consciente e porque, como foi visto, a mudança de instituição depende de o homem comportar-se de uma maneira diferente.

Os seres humanos são capazes de realizar essas modificações e de estabelecer comportamentos diferentes. Conforme as conclusões delineadas no capítulo 3 a partir do Modelo de Seleção por Consequências, afirmou-se que para que um hábito seja incorporado e compartilhado, se tornando uma instituição, é preciso que surja um novo comportamento e que ele seja repetido e transmitido a outros indivíduos e outras gerações. As contingências de reforço que afetam o comportamento (que fazem com que ele seja repetido) podem ser planejadas. O planejamento cultural torna possível alterar comportamentos atuais dos indivíduos de forma que estes sejam direcionados para a sobrevivência da cultura e dos membros do grupo. Conforme Dittrich (2008), o planejamento cultural é justamente a utilização de reforçadores imediatos (com consequências no curto prazo) para a produção de comportamentos com consequências favoráveis à sobrevivência das culturas. A afirmação de Abib (2008, p. 4) a seguir é pontualmente interessante por ressaltar a

possibilidade de planejamento de práticas culturais que visem um novo modelo de desenvolvimento sustentável:

É possível intervir no processo de seleção. Com efeito, nos casos dramáticos das práticas culturais atuais que levam à exaustão dos recursos naturais, ao aquecimento global, à poluição ambiental e superpopulação, bem como à ameaça sempre presente do holocausto nuclear, pode-se esperar que, por meio do arranjo deliberado de novos ambientes educacionais, surjam práticas culturais inéditas, [...] que tenham condições de interferir no processo de seleção das práticas deletérias atuais (ABIB, 2008, p. 4).

Dittrich (2004, p. 184) afirma que “seres humanos agem em função de consequências reforçadoras e não em função da sobrevivência do grupo”. Isto significa que o que direciona o comportamento dos indivíduos são as consequências que esses comportamentos têm sobre o próprio indivíduo. O mecanismo que reforça um comportamento fazendo com que ele seja repetido ou extinguido do repertório comportamental atua especificamente sobre o indivíduo, é função do arranjo ambiental (estímulos e respostas) do qual ele participa. Sendo assim, seu comportamento posterior depende das consequências que o comportamento anterior trouxe para ele. Por isso que se afirma que os seres humanos agem de acordo com consequências reforçadoras e não em função da sobrevivência do grupo. Portanto, o Behaviorismo Radical exclui a possibilidade de contar com a “boa vontade” do indivíduo de modo a promover o bem da cultura porque a boa vontade não é a causa do comportamento. O que causa/mantém um comportamento são as consequências que ele produz no ambiente, e tais consequências retroagem sobre ele mesmo.

A prática cultural (instituição) do COPP foi incorporada e compartilhada como um valor para a cultura porque experiências econômicas em alguns países associavam crescimento ao objetivo de desenvolvimento, e porque foi transmitida enquanto prática na política e foi ensinada na teoria. Mas a difusão dessa prática e sua intensificação estão se mostrando prejudiciais para a sobrevivência da cultura. O HC é uma prática cultural que possui uma característica de reforçamento muito pronunciada uma vez que a própria constituição instintiva do homem (instinto para o

artesanato e curiosidade ociosa) direciona-o para buscar o crescimento, buscar novidades e aumentar seu conforto, assim como afirmou Georgescu-Roegen (2012). Baseado no ideal de promover a felicidade, o HC tem um forte papel constitutivo sobre o comportamento. Entretanto, essas duas práticas culturais estão em desacordo com a sobrevivência da espécie humana. As condições ambientais mudaram e o homem então precisa mudar suas práticas culturais para garantir sua sobrevivência.

É interessante observar que os próprios autores ligados ao Behaviorismo Radical fazem referência aos problemas ambientais e indicam a necessidade de planejamento cultural de práticas condizentes com o desenvolvimento sustentável conforme proposto neste trabalho. Skinner (1971, *apud* DITTRICH, 2004, p. 193) reconhece que práticas culturais podem ser prejudiciais à sobrevivência da cultura. Práticas culturais contemporâneas como a poluição, a exploração indiscriminada de recursos naturais e o belicismo são exemplo de práticas que ameaçam à continuidade genética da espécie humana. O planejamento cultural diz respeito exatamente ao arranjo das contingências individuais de forma que as práticas culturais nocivas ao grupo sejam desincentivadas e práticas boas para o grupo sejam estabelecidas e mantidas. Por exemplo, manter um trânsito tranquilo e seguro é uma consequência cultural boa para o grupo, mas em geral não mantém um comportamento individual. Para isso, o planejamento cultural administra consequências individuais para o comportamento (multas, apreensão do veículo, perda de pontos na carteira, perda do direito de dirigir, etc.) a fim de que ele mantenha a consequência cultural que é boa para todo o grupo: trânsito sem acidentes, menor taxa de mortalidade, etc. O planejamento cultural só é possível a partir da reorganização de contingências de reforço no nível individual. Conforme afirma Dittrich (2008), Skinner defende práticas de controle positivamente reforçadoras, que criem incentivos para o comportamento que favoreça o bem da cultura.

Grandes questões se colocam em virtude da necessidade de haver agentes mobilizadores para iniciar o movimento de mudança institucional, ou para planejar a cultura. Um importante agente nesse processo é o Estado, que pode agir sobre a regulamentação e taxação de recursos, disponibilizar incentivos para que a população mude de comportamento (por exemplo, organizando coleta seletiva de lixo) e atuar na educação ambiental. Dittrich (2008) ressalta que as decisões tomadas por governos e empresas têm influência decisiva sobre os problemas enfrentados pelas culturas, inclusive os problemas relativos à questão ambiental.

Uma vez que as atividades das empresas muitas vezes desconsideram os custos ambientais e sociais incorridos, é necessário que o público, diretamente ou através de seus representantes políticos, aja para tornar as práticas nocivas ao ambiente não lucrativas e ilegais, restringindo assim tal comportamento prejudicial (DITTRICH, 2004). Os membros da cultura, enquanto responsáveis pelas circunstâncias em que o poder é exercido na sociedade, “certamente têm um papel fundamental de vigilância e controle sobre a atividade política e empresarial” (DITTRICH, 2004, p. 257). Portanto, a responsabilidade para a mudança do esquema institucional é de toda a sociedade: governos, empresas, as organizações civis, igrejas, as ONG’s e também de cada cidadão. Autores como Romeiro, Veiga e Sachs indicam que essas modificações são resultado de uma escolha social, de um consenso coletivo sobre prioridades e desejos humanos frente às limitações ecossistêmicas e às necessidades sociais.

Referindo-se aos problemas ambientais enfrentados pela sociedade contemporânea, Diamond (2005, *apud* DITTRICH, 2008) afirma que pela primeira vez na história a humanidade se depara com a possibilidade de um colapso global, uma vez que a globalização impede que as sociedades modernas entrem em colapso isoladamente. A magnitude do problema ambiental e as relações construídas no processo de globalização tornam o enfrentamento da degradação do meio ambiente um problema global. Diamond afirma que o destino das culturas depende diretamente

do comportamento de seus membros e, sobretudo de como eles administram os recursos que possuem. As práticas culturais podem ser alteradas através do planejamento cultural. Neste contexto, o desenvolvimento da ciência (estudos sobre os impactos ambientais, desenvolvimento de novas tecnologias, etc.) e as políticas públicas têm importante papel no planejamento cultural (DITTRICH, 2008).

A seguinte citação de Assadourian (2010, p.3) extraída do relatório Estado do Mundo 2010, da organização WorldWatch, resume bem o que foi discutido nesta seção:

Para prevenir o colapso da civilização humana é necessário nada menos do que uma transformação generalizada de padrões culturais dominantes. Essa transformação rejeitaria o consumismo – a orientação cultural que leva as pessoas a encontrar significado, satisfação e reconhecimento através daquilo que consomem – que seria então tido como um tabu, e criaria em seu lugar um novo arcabouço cultural centrado na sustentabilidade. No processo, surgiria um entendimento reformulado do significado de “natural”: significaria escolhas individuais e da sociedade que causassem dano ecológico mínimo ou, melhor ainda, que devolvessem a saúde aos sistemas ecológicos da Terra. Tal mudança – algo mais fundamental do que a adoção de novas tecnologias ou políticas governamentais, que não raro são consideradas os principais propulsores de uma mudança para sociedades sustentáveis – remodelaria radicalmente o modo como as pessoas entendem e agem no mundo. Transformar culturas não é, obviamente, uma tarefa pequena. Isso exigirá décadas de esforço em que os pioneiros culturais – aqueles que conseguem se descolar de suas realidades culturais o suficiente para examiná-las criticamente – trabalharão sem trégua para o redirecionamento das principais instituições que dão corpo à cultura: educação, empresas, governo e mídia, bem como dos movimentos sociais e tradições humanas arraigadas.

A essência do argumento do autor está de acordo com a perspectiva teórica defendida neste trabalho de que o desenvolvimento sustentável requer necessariamente de mudança nos hábitos de pensamentos arraigados na sociedade, nos “padrões culturais dominantes”. O autor reconhece que essa mudança vai além de novas técnicas ou políticas, mas é uma mudança de valores, uma mudança na forma do homem se comportar diante do ambiente natural que é dádiva da natureza e diante do ambiente que ele criou: sua relação com os homens e sua relação com os bens que produz. Assim como foi mostrado nesta seção, mudar o esquema institucional de sociedades, ou “transformar culturas” é um

empreendimento que leva tempo e é complexo, pois se trata de redirecionar instituições, alterar práticas culturais.

Após o exame e discussão de tantos conceitos, é importante condensar o trabalho realizado nesta seção no intuito de organizar as principais conclusões obtidas. Para tanto, a discussão realizada neste capítulo é sumariada nos quatro parágrafos a seguir.

Autores ligados à Economia Ecológica chamam a atenção para o fato de que é imprescindível tratar as questões ambientais na teoria do desenvolvimento no século XXI. Eles indicam que para atingir o desenvolvimento sustentável faz-se necessário mudança de atitudes, de valores e de modo de vida. O desenvolvimento sustentável requer mudança de instituições, o que numa perspectiva institucional significa dizer que novos hábitos de pensamento precisam emergir, ser incorporados e compartilhados. Entretanto, esses autores não tratam como os valores se relacionam nem especificam esse processo de mudança.

Conforme examinado, a leitura institucionalista da abordagem do desenvolvimento sustentável a partir da Economia Ecológica mostrou que a mudança institucional requerida é uma mudança que se contrapõe a duas instituições fundamentais no esquema institucional do capitalismo no século XXI: o crescimento como objetivo primordial de política e o hiperconsumo. Diferentemente da mudança proposta pelos autores clássicos do desenvolvimento - que apontavam mudanças que corroborariam o esquema institucional capitalista, a mudança em direção ao desenvolvimento sustentável vai de encontro a valores muito arraigados na sociedade atual, contudo, é extremamente necessária para que se alcance conjuntamente o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A partir do modelo de seleção por consequências foi possível compreender que comportamentos sustentáveis serão repetidos e incorporados se eles produzirem

consequências reforçadoras sobre o indivíduo. A mudança de comportamento deve ser alcançada pela combinação de incentivos ao comportamento desejado e restrições ao comportamento indesejado. Os incentivos ao comportamento desejado funcionam como um reforço positivo sobre o comportamento fazendo com que ele seja mantido. E a restrição/punição sobre o comportamento indesejado faz com sua frequência seja reduzida. Assim é possível planejar consequências reforçadoras para comportamentos que visem o desenvolvimento sustentável³³. Neste sentido, o Estado pode desempenhar um importante papel, pois dispõe de meios para estabelecer incentivos e punições tanto sobre o comportamento de indivíduos quanto de empresas e organizações.

A mudança de hábitos de pensamentos requerida é complexa e, possivelmente, novos hábitos só se tornarão instituições (serão estabelecidas enquanto práticas culturais) no longo prazo como resultado da consequência reforçadora que provocaram sobre a sobrevivência da cultura, ou seja, se essas práticas culturais contribuírem para a sobrevivência dos indivíduos e forem transmitidas entre eles. Embora o estabelecimento de novos hábitos de pensamento seja uma questão de longo prazo, a boa notícia é que é possível interferir nesse processo através do planejamento cultural.

O desenvolvimento sustentável só será estabelecido de fato se 1) atores sociais continuarem lutando para ampliar o conhecimento a respeito dos impactos ambientais e sociais do modelo atual de desenvolvimento; 2) se continuarem a ser desenvolvidas pesquisas para novos métodos de produção que economizem recursos; 3) se o crescimento econômico não for mais o objetivo primordial; 4) se os custos ambientais passarem a ser considerados na contabilidade nacional e das empresas; 5) se o consumo deixar de desempenhar o papel de promotor da felicidade e bem-estar e voltar a ser uma atividade com o intuito primordial de suprir

³³ O comportamento desejado no contexto de um desenvolvimento sustentável é aquele comportamento que considera a sustentabilidade do *throughput* como um valor fundamental.

necessidades físicas (e não psicológicas e emocionais) dos indivíduos; 6) se as empresas que causarem danos ambientais decorrentes de suas atividades econômicas forem devidamente multadas e obrigadas a remediar (na medida do possível) o impacto negativo causado; 7) se houver redução da utilização de recursos não renováveis; 8) se houver distribuição mais equitativa da renda e 9) se as liberdades fundamentais forem garantidas (conforme afirma Amartya Sen)³⁴. Enfim, o apreço e o cuidado com o meio ambiente enquanto fonte dos recursos que suportam a vida devem ser estabelecidos como valores que conduzem as atividades humanas em todos os aspectos.

5.5 Considerações finais

A perspectiva da sustentabilidade aqui apresentada aponta para uma mudança de instituições fundamentais no esquema institucional da sociedade do século XXI. Para que o desenvolvimento sustentável seja estabelecido são necessários novos comportamentos e novos valores. Valores e comportamentos estes que não são incentivados pelo esquema institucional atual. Entretanto, o esquema institucional enquanto construção humana a partir da interação dos indivíduos com o ambiente, não é algo imutável. Os valores que o homem adquire podem sofrer alterações no ambiente, acúmulo de aprendizado e conhecimento. Veblen (1987, p. 88) ressalta que “As instituições têm de mudar com a mudança das circunstâncias, uma vez que é de natureza do seu método habitual corresponder aos estímulos que essas circunstâncias variáveis lhes proporcionam”.

Os valores do capitalismo têm guiado a humanidade há pelo menos dois séculos – período relativamente curto considerando a história do homem sobre a Terra – mas isso não quer dizer que eles são os melhores a serem seguidos. Até aqui eles foram

³⁴ SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

incorporados e transmitidos; as pessoas foram incentivadas a manter um comportamento “capitalista” e assim esses valores foram sendo incorporados, foram moldando a vida e cada vez mais passaram a permear as relações e a visão de mundo. Só que as condições sociais e ambientais do mundo no século XXI indicam que esses valores estão em contradição com a sustentação da vida humana.

O desenvolvimento sustentável não requer apenas o estabelecimento de um “hábito de pensamento direcionado à sustentabilidade” que seja incluído no esquema institucional atual. Ele demanda mais do que isso; requer que instituições fundamentais sejam alteradas. É necessário que os valores ligados ao consumismo, eficiência econômica, crescimento e competição estejam subordinados a valores objetivos fundamentais no contexto histórico atual, como a frugalidade, o respeito aos limites da natureza, a solidariedade pelas gerações futuras e a cooperação. O estabelecimento desses valores como fundamentais no esquema institucional, ou seja, a incorporação de novos hábitos de pensamento e seu compartilhamento social, dependem da ação ativa dos seres humanos. A citação de Donella Meadows na epígrafe deste trabalho corrobora esta afirmação ao reconhecer que os seres humanos foram inteligentes o suficiente para criar sistemas complexos e uma incrível produtividade, e com certeza, também são suficientemente inteligentes para administrar o mundo de forma sustentável.

A preocupação com o meio ambiente é resultado do processo de evolução histórico da vida da humanidade moldado pelos seguintes fatores: explosão populacional que foi resultou em pressão sobre os recursos naturais; utilização cada vez mais intensa dos recursos extraídos da natureza assim como de seus serviços ambientais; produção cada vez maior de bens e de resíduos; acúmulo dos efeitos negativos (poluições) do modelo econômico sobre os ecossistemas. Assim como o crescimento estabeleceu-se enquanto objetivo de política em um momento histórico e social específico, da mesma forma, a preocupação com o meio ambiente figura como uma das grandes questões da humanidade no século XXI. Este fato confirma

que as relações econômicas se dão sob uma perspectiva evolucionária (se desenvolvendo no tempo em relação aos acontecimentos que se acumulam) e que a economia deve sim, como Veblen defendeu, ser uma ciência evolucionária – uma ciência que lida com as mudanças na estrutura econômica a partir da percepção da mudança dos hábitos de pensamentos incorporados nas sociedades.

Entendendo que as relações econômicas são evolucionárias, a economia deve preocupar-se em analisar e compreender essas mudanças de forma a cooperar para que o desenvolvimento da humanidade seja efetivado da melhor forma. Analisar o processo de mudança, seus princípios e os mecanismos que permitem sua condução é essencial para lidar com o desenvolvimento sustentável, tarefa que inclusive aponta cada vez mais para a interdisciplinaridade. A teoria do desenvolvimento no século XXI volta-se para o meio ambiente enquanto fonte dos recursos que sustentam a vida e enquanto fator limitador do crescimento econômico. Tal teoria requer mudança na perspectiva temporal da análise: a preocupação com o curto e o longo prazo é inserida numa perspectiva mais ampla, considerando seus impactos sobre as gerações futuras. A preocupação projeta-se para o longuíssimo prazo. É uma mudança na visão dos economistas sobre o que é fundamental na análise econômica e uma mudança na compreensão e visão de mundo da sociedade. Desta forma, a teoria do desenvolvimento sustentável não pode prescindir da discussão e julgamento de hábitos de pensamento incorporados à sociedade e da necessidade de mudança desses hábitos.

A mudança institucional em direção ao desenvolvimento sustentável depende também do aumento de conhecimento em relação aos impactos ambientais causados pelas atividades humanas e ao funcionamento do ecossistema. Como apresentado na seção 5.1, a partir da década de 1960 os impactos do crescimento sobre o meio ambiente foram intensificados, levando estudiosos de diversas áreas a investigar o tema. As pesquisas e análises contribuíram para aumentar o conhecimento do homem sobre o problema da finitude dos recursos, sobre o tempo

de regeneração tanto de recursos renováveis e quanto dos serviços ambientais, assim como permitiu concluir que os processos industriais e de consumo estão em desacordo com a sustentabilidade ambiental. Os estudos, as discussões e os eventos internacionais contribuíram para chamar atenção para a questão ambiental.

Ainda há divergência no âmbito acadêmico sobre a intensidade do impacto humano sobre alguns aspectos ambientais (por exemplo, sobre o aquecimento global), o que intensifica a necessidade de estudos. Entretanto, como foi apresentado acima, as atividades de produção e consumo causam impactos sobre o meio ambiente e o meio ambiente impõe limites para a expansão econômica. Dado este conhecimento, torna-se patente a necessidade de mudar o comportamento dos agentes. Como foi demonstrado, as instituições do COPP e HC, que governam grande parte dos comportamentos atuais, estão em contradição com o desenvolvimento sustentável.

Em suma, esta análise mostrou que o estabelecimento do modelo de desenvolvimento sustentável defendido pela economia ecológica requer mudanças institucionais que contrariam o esquema capitalista no século XXI. E essa mudança não será alcançada somente com a implementação de códigos ambientais e taxaço de recursos, porque essas medidas não são suficientes para alterar o comportamento dos agentes. A mudança para o desenvolvimento sustentável requer mudança de hábitos de pensamentos arraigados, de valores estabelecidos. Requer que a humanidade reconsidere seu modo de vida, reconsidere o conceito de riqueza, a necessidade e os resultados do crescimento, repense a lógica de produção e consumo; enfim, reconsidere as relações sociais e sua relação com a natureza. A mudança proposta é, portanto, uma mudança no esquema de vida, pois conforme Veblen (1987, p. 90) aponta, “o esquema de vida aceito pelo grupo é o consenso de opiniões mantidas pelo conjunto desses indivíduos no tocante ao que é certo, bom, conveniente e belo na natureza da vida humana”.

6. CONCLUSÃO

Com o intuito de examinar as relações entre instituições e desenvolvimento sustentável, este trabalho foi organizado em quatro passos. Primeiramente apresentou-se a abordagem da Economia Institucional Original em relação à caracterização do homem e do processo econômico definindo também os conceitos de instintos, hábitos e instituições. Considerando que o processo econômico de acordo com esta vertente é dirigido pelas instituições (valores incorporados) e que elas mudam ao longo do tempo, o segundo passo constituiu-se da análise do processo de mudança institucional. Esta análise indicou as características, as causas e os mecanismos deste processo.

Na sequência, o terceiro passo realizou uma leitura institucionalista do conceito clássico de desenvolvimento, relacionando-o com o conceito de instituições e com o processo de mudança institucional. Este passo foi fundamental para uma primeira aproximação da relação entre instituições e desenvolvimento. Por fim, foram apresentadas as proposições necessárias para o desenvolvimento sustentável de acordo com a Economia Ecológica e relacionadas a duas instituições fundamentais do capitalismo no século XXI: o COPP e o HC. O quarto passo também relacionou mudança institucional e planejamento cultural, mostrando que o estabelecimento de novas instituições pode ser auxiliado pelo planejamento de consequências reforçadoras para comportamentos desejáveis e consequências restritivas/punitivas para comportamentos indesejáveis do ponto de vista da sustentabilidade.

Este trabalho justapôs literaturas diferentes – Economia Institucional, Economia do Desenvolvimento, Economia Ecológica e ainda o Modelo de Seleção por Consequências (extraído da vertente da Psicologia denominada Behaviorismo Radical). Ao mesmo tempo, foram trazidos para a análise autores de épocas distintas: a abordagem de Veblen, Commons e Mitchell, dentre outros autores do início do século XX, foi retomada para fazer uma leitura institucionalista do conceito

de desenvolvimento consolidado no período pós Segunda Guerra e do novo conceito de desenvolvimento que está sendo discutido no século XXI, o desenvolvimento sustentável. Apesar de ser uma tarefa um tanto quanto arriscada, foi necessária para cumprir os objetivos propostos e no final revelou-se útil e proveitosa.

Este trabalho lançou luz sobre o processo de habituação, tema indicado por Hodgson em 2001 como um ponto de pesquisa na agenda institucionalista. A analogia entre a Economia Institucional e o Modelo de Seleção por Consequências (MSC) permitiu responder como um hábito de pensamento se torna incorporado ao indivíduo e compartilhado socialmente. Mostrou-se que os conceitos de instintos, hábitos, instituições são muito semelhantes aos conceitos de comportamento respondente, comportamento operante e práticas culturais. Para além do que se esperava, o Behaviorismo Radical contribuiu também com a concepção do planejamento cultural, que pode ser utilizado para conduzir as mudanças institucionais necessárias para o desenvolvimento sustentável.

A leitura institucionalista do conceito clássico de desenvolvimento e do conceito de desenvolvimento sustentável permitiu relacionar instituições e desenvolvimento em dois momentos históricos distintos, o que contribuiu para reforçar a concepção de que os valores incorporados e compartilhados têm estrita relação com o contexto histórico no qual estão inseridos os indivíduos. Esta análise também evidenciou que os requerimentos do desenvolvimento no século XXI são significativamente diferentes em relação ao que foi proposto pelo conceito anterior, corroborando a concepção de que o processo econômico é evolucionário.

Este trabalho também realizou a caracterização de duas instituições fundamentais para o capitalismo no século XXI a partir das três características componentes das instituições apontadas por Neale (1987). Apesar de esta tarefa não ser difundida entre os autores institucionalistas (não constitui prática comum), buscou-se

estabelecer a caracterização com o apoio da análise de economistas e também de um filósofo em relação a valores incorporados e compartilhados atualmente.

Este trabalho contribuiu para aprimorar a análise institucionalista do desenvolvimento, mas ao mesmo tempo suscita questões para uma agenda futura. Uma tarefa interessante que não pode ser realizada aqui diz respeito a elaborar a evolução histórica do conceito de crescimento/desenvolvimento desde o período mercantilista chegando ao conceito de desenvolvimento sustentável. Trabalhos futuros também podem caracterizar outras instituições do capitalismo no século XXI além das que foram apresentadas, investigando sua relação com os requerimentos do desenvolvimento sustentável, assim como podem indicar instituições vigentes que contribuiriam para o estabelecimento de um sistema econômico que considere as limitações impostas pelo meio ambiente. Outro ponto a ser pesquisado é o exame de políticas econômicas e políticas públicas que contribuam para estabelecer valores relacionados à sustentabilidade. Este projeto necessitaria da justaposição entre a abordagem institucionalista, ecológica e behaviorista radical conforme proposto nesta dissertação e neste íterim, o planejamento cultural deve ser explorado pelos economistas institucionalistas.

7. REFERÊNCIAS

ABIB, J. A. D. Skinner, Darwin e Dawkins: Encontros. **Boletim ABPMC**. Campinas: São Paulo, jun., 2008.

ANDERY, Maria Amalia P. A., *at al*. A análise de fenômenos sociais: esboçando uma proposta para identificação de contingências entrelaçadas e metacontingências. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, v. 1, n. 2, 2005.

ANDERY, Maria Amalia P. A., *at al* (Org). **Comportamento e causalidade**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

ASSADOURIAN, Erik. Ascensão e queda das culturas de consumo. *In*: ASSADOURIAN, Erik (Org.). **Estado do Mundo, 2010: estado do consumo e o consumo sustentável**. Worldwatch Institute, Salvador, 2010.

BAUM. W. M. **Compreender o Behaviorismo**: comportamento, cultura e evolução. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BOCK, A. M. B. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. A teoria do desenvolvimento econômico e a crise de identidade do Banco Mundial. **Revista de Economia Política**, v. 5, n. 1, jan./mar., 1995.

BUSH, Paul D. The theory of institutional change. **Journal of Economic Issues**, v. XXI, n. 3, 1987.

CAVALIERI, Marco Antonio R. Um lugar, um tempo e um sistema de economia: ensaio interpretativo sobre o surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen. **Texto para discussão**, n. 349. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

CECHIN, Andrei Domingues. **Georgescu-Roegen e o desenvolvimento sustentável: diálogo ou anátema?** São Paulo, 2008. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental) – Programa de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo.

CECHIN, Andrei Domingues; VEIGA, José Eli da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 3, julho/setembro, 2010.

CHANG, Ha-Joon; EVANS, Peter. The role of institutions in economic change. *In*: De Paula; Dymski (Org.). **Reimagining growth: towards a renewal of development theory**. London: Zed Books, 2005.

COMMONS, John R. Institutional economics. **The American Economic Review**. V. 21, n. 4, 1931.

CONCEIÇÃO, Daniel Negreiros. Thorstein Veblen: Nota introdutória. **Oikos: Revista de Economia Heterodoxa**. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. A contribuição das abordagens institucionalistas para a constituição de uma teoria econômica das instituições. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, 2002a.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C. O conceito de instituição nas modernas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2002b.

DALY, Herman E. On economics as a life science. **Journal of Political Economy**, v. 76, n. 3, May/Jun., 1968.

DALY, Herman E. Sustainable Development: Definitions, Principles, Policies. 2002 *In*:http://millenniumindicators.un.org/unsd/envaccounting/ceea/archive/Framework/Daly_SD_Def_Priciples_Policies.PDF. Acesso em: 14/04/2013.

DALY, Herman E. Crescimento sustentável? Não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 2, jul./dez., 2004.

DALY, Herman E. Developing economies and steady state. **The Developing Economies**, v. 13, issue 3, 2007.

DALY, Herman E. Growth and development: critique of a credo. **Population and Development Review**, v. 34, issue 3, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2011.

DITTRICH, Alexandre. **Behaviorismo Radical, ética e política**: aspectos teóricos do compromisso social. São Carlos, 2004. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Doutorado em Filosofia da Universidade de São Carlos.

DITTRICH, Alexandre. Sobrevivência ou Colapso? B. F. Skinner, J. M. Diamond e o Destino das Culturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 2, 2008.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico-estrutural. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 4, out./dez., 2004.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. **O decrescimento**: entropia, ecologia e economia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012.

HAMILTON, Walton H. The Institutional Approach to Economic Theory. **The American Economic Review**. V. 9, n. 1, 1919.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. 5 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e instituições**: manifesto por uma economia institucionalista moderna. Celta Editora, 1994.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e evolução**: o regresso da vida à teoria econômica. Celta Editora, 1997.

HODGSON, Geoffrey M. A evolução das instituições: uma agenda de pesquisa teórica futura. **Revista Econômica**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2001.

- HODGSON, Geoffrey M. Darwinism in economics: from analogy to ontology. *Journal of Evolutionary Economics*, n. 12, 2002.
- HODGSON, Geoffrey M. The mystery of the routine: the darwinian destiny of an evolutionary theory of economic change. **Revue Économique**, v. 54, n. 2, 2003.
- HODGSON, Geoffrey M. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal of Economic Psychology**, V. 25, 2004a.
- HODGSON, Geoffrey M. Veblen and Darwinism. **International Review of Sociology**, v. 14, n. 3, 2004b.
- HODGSON, Geoffrey M. Institutions and economic development: constraining, enabling and reconstituting. *In: De Paula; Dymski (Org.). Reimagining growth: towards a renewal of development theory.* London: Zed Books, 2005.
- HODGSON, Geoffrey M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**, v. XL, n. 1, 2006.
- KINDLEBERGER, Charles Poor. **Desenvolvimento econômico.** São Paulo: McGraw-Hill, 1976.
- KUZNETS, Simon. **O crescimento econômico do pós-guerra.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1966.
- KUZNETS, Simon. **Crescimento econômico moderno.** São Paulo: Nova Cultural, 1986.
- LEWIS, W. Arthur. **A teoria do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1960.
- LEWIS, W. Arthur. O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão de obra. *In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). A Economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo.** São Paulo: Companhia da Letras, 2007.

MAY, Peter H (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MAYR, Ernest. **O que é evolução**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MEADOWS, Donella; *at al.* **Limites do crescimento**: a atualização de 30 anos. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Tereza Maria de Azevedo. Homem: Objeto ou Sujeito para Skinner? Temas em Psicologia - Análises da Análise do Comportamento: do conceito à aplicação. **Sociedade Brasileira de Psicologia**, n. 2, 1993.

MISHAN, E. J. **Technology and growth**: the price we pay. New York: Praeger Publishers, 1971.

MITCHELL, Wesley Clair. The rationality of economic activity. **Journal of Political Economy**. V. 18, n. 3, 1910.

MONASTÉRIO, Leonardo Monteiro. **Veblen e o comportamento humano**: uma avaliação após um século de “A teoria da classe ociosa”. São Leopoldo: Caderno IHU Ideias, ano 3, n. 42, 2005.

NEALE, Walter C. Institutions. **Journal of Economic Issues**, v. XXI, n. 3, 1987.

NURKSE, Ragnar. Problemas da formação de capitais em países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Economia**, v. 5, n.4, 1951.

NURKSE, Ragnar. Notas sobre trabalho de Furtado. **Revista Brasileira de Economia**, v. 7 n. 1, 1953.

NURKSE, Ragnar. Alguns aspectos internacionais do desenvolvimento econômico. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Org.). **A Economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2010.

POSSAS, Mario Luiz. Economia evolucionária neo-schumpeteriana: elementos para uma integração micro-macrodinâmica. **Estudos Avançados**, 22 (63), 2008.

RIDLEY, Mark. **Evolução**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ROMEIRO, Ademar R. Desenvolvimento sustentável e mudança institucional: notas preliminares. **Texto para Discussão**, IE/UNICAMP, Campinas, n. 68, abril, 1999.

ROMEIRO, Ademar R. Economia ou economia política da sustentabilidade. *In*: MAY, Peter H (Org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process. *In*: Meier, G. M. e Seers, Dudley (Org.). **Pioneers in development**. Oxford: Oxford University Press for the World Bank, 1984.

ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of Industrialisation of Eastern and South-Eastern Europe. **The Economic Journal**, v. 53, n. 210/211, Jun. - Sep., 1943.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. *In*: BURSZTYN, Marcel (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEERS, Dudley. The birth, life and death of development economic. **Development and Change**, v. 10, 1979.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n.28-29, 1993.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. Economic development and capability expansion in historical perspective. **Pacific Economic Review**, v. 6, n. 2, 2001.

STAHEL, Andri Werner. Capitalismo e entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis. *In*: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e natureza**: Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal. Recife, 1994.

SUNDARAM, Jomo Kwame; REINERT, Erik S. (Org.). **As origens do desenvolvimento econômico**: como as escolas de pensamento econômico têm abordado o desenvolvimento. São Paulo: Globus Editora e Livraria, 2011.

SKINNER, B. F. Selection by consequences. **Science**, 213, 1981.

SKINNER, B. F. **O mito da liberdade**. São Paulo: Summus, 1983.

SKINNER, B. F. **O comportamento verbal**. São Paulo: Cultrix, Universidade de São Paulo, 1978.

SKINNER, B. F. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 9, n. 1, 2007.

VEBLEN, Thorstein B. Why is economic not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**. Oxford, v. 12, n. 4, 1898a.

VEBLEN, Thorstein B. The limitations of marginal utility. **Journal of Political Economy**. Chicago, v. 17, n. 9, 1909.

VEBLEN, Thorstein B. **The instinct of workmanship and the state of the industrial arts**. New York: The MacMillan Company, 1914.

VEBLEN, Thorstein B. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1987. (Os Economistas).

VEBLEN, Thorstein B. Instinto para o artesanato e aversão ao trabalho em geral. **Oikos: Revista de Economia Heterodoxa**. Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, 2007.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.